



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS –  
CAMPUS V**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA REGIONAL  
E LOCAL**

**ELAINE DA SILVA SANTOS**

**Antônio Rodrigues Garcia: a trajetória de um  
cristão-novo nos Sertões do Rio São Francisco.  
(Bahia, s. XVIII).**

**SANTO ANTONIO DE JESUS**

**HISTÓRIA/PPGHIS**

**2023**

**ELAINE DA SILVA SANTOS**

**Antônio Rodrigues Garcia: a trajetória de um  
cristão-novo nos Sertões do Rio São Francisco.  
(Bahia, s. XVIII).**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em História Regional e Local pelo Programa de Pós-graduação em História Regional e Local do Departamento de Ciências Humanas – Campus V, Santo Antônio de Jesus, da Universidade do Estado da Bahia, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Suzana Maria de Sousa Santos Severs e coorientação do Prof. Dr. Pablo Antônio Iglesias Magalhães, da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

**SANTO ANTÔNIO DE JESUS, BA.**

**2023**

**ELAINE DA SILVA SANTOS**

**Antônio Rodrigues Garcia: a trajetória de um  
cristão-novo nos Sertões do Rio São Francisco.  
(Bahia, s. XVIII).**


Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em História.

Santo Antônio de Jesus-BA, 05 de maio de 2023.

Banca Examinadora:

  
Prof.ª, Dra. SUZANA MARIA DE SOUSA S

Prof.ª, Dra. Suzana Maria de Souza Santos Severs (orientadora)



Prof. Dr. Pablo Antônio Iglesias Magalhães (coorientador)



Prof.ª, Dra. Héli da Santos Conceição (UNEB)



Prof. Dr. Emanuel Luiz Souza e Silva (IFMA)

## FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB  
Dados fornecidos pelo autor

Santos, Elaine da Silva

Antônio Rodrigues Garcia: a trajetória de um cristão-novo nos Sertões do Rio São Francisco). (Bahia, S. XVIII) / Elaine da Silva Santos. – Santo Antônio de Jesus, 2023.

120 fls.

Orientadora: da Prof.<sup>a</sup> Dra. Suzana Maria de Souza Santos Severs e  
coorientador Prof. Dr. Pablo Antônio Iglesias Magalhães

Dissertação (Mestrado acadêmico - PPGHIST) Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local – (PPGHIST), *Campus V*. 2023.

Inclui Referências.

1. História. 2. Religião. 3. Práticas Judaicas. 4. Intolerância religiosa. I. Severs, Suzana Maria de Souza Santos II. Magalhães, Antônio Iglesias. III. Título. IV. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas.

Dedico esta dissertação a todas as pessoas que, em algum período ou local,  
tiverem sofrido algum gesto de intolerância.

## AGRADECIMENTOS

Talvez, esse seja o momento mais difícil e gratificante dessa minha trajetória pelos caminhos da história e da pesquisa, “o agradecer”. Foram dias de muito trabalho e labuta, tendo a certeza que a construção desta pesquisa não se deu só por mim, mas com a ajuda de diversas mãos, que foram indubitavelmente importantes para a conclusão da mesma. Muitos olhares, lágrimas e incentivos fizeram parte desses anos de leituras.

Quero neste momento externar toda a minha gratidão, por cada um que de alguma forma contribuiu, percorreu comigo essa tão árdua caminhada, mas que agora, se tornou tão prazerosa. Nestes anos de mestrado, pude solidificar amizades a qual contribuíram para o meu crescimento intelectual, social e humano, e é por esses que me apoiaram que escrevo e dedico o meu agradecimento.

Em primeiro lugar agradeço ao meu bom D’us, pela vida e por estar presente nos momentos mais difíceis, sempre soube que estive ao meu lado.

À Doralice Silva, minha Mainha, mulher guerreira, meu exemplo de força e fé, e por sempre acreditar em mim, e por me apoiar mesmo sem muitas vezes concordar com minhas decisões. Obrigada por iluminar o meu caminho, desejando sempre o melhor para mim. Ao meu pai, digo meu “pai” Enoch Menezes de Oliveira, que me acolheu e abraçou, estive ao meu lado, pelo carinho e amor por mim. Aos meus dois irmãos, Enoch Junior e Emerson, que sempre estenderam o braço amigo para me ajudar.

Agradeço à minha família, pelo carinho e dedicação comigo. Aos meus filhos Felipe, Vitória e Maria Clara. Que todos esses anos me apoiaram, entenderam minhas ausências e minhas escolhas. Mas, o amor, a paciência, de vocês foi uma âncora para que eu pudesse trilhar o caminho e chegar onde cheguei. Que de alguma forma eu possa retribuir todo amor que me deram.

Agradeço aos meus orientadores/as Professora Dra. Suzana Severs e o Professor Dr. Pablo Antônio Iglesias Magalhães, por terem aceitado orientar o meu trabalho, pelo qual tenho grande apreço. Sou eternamente grata pela confiança no meu projeto de pesquisa, pelas valiosas indicações e sugestões, a pesquisa de vocês, a dedicação acadêmica e científica, me inspirou a busca de documentos, me instigando a cada vez mais melhorar a minha escrita. Suas orientações foram essenciais para a conclusão deste trabalho. A todos/as os meus professores e professoras

do mestrado em História Regional e Local da Universidade Estadual da Bahia, todos vocês foram importantes para o meu crescimento dentro da Academia, e hoje sou um pouco de cada um/a de vocês. Estou encerrando esse ciclo com a certeza de que levo uma bagagem histórica, intelectual e humana muito grande, graças a dedicação de todos, este trabalho também tem um toque de cada um, seja no olhar crítico, na percepção dos fatos, na construção das narrativas, na estrutura de cada parágrafo. Muito obrigada por tudo!

Aos professores da minha banca examinadora: Héliida Santos Conceição e Emãnuel Luiz Souza e Silva, que contribuíram para um “salto” na minha dissertação e me proporcionaram um aprendizado significativo que moldou a minha pesquisa e os meus estudos de forma preciosa. Agradeço, por terem aceitado fazer parte da banca deste trabalho, por toda a paciência, pela leitura atenta deste trabalho e pelos conselhos valiosos.

A minha querida turma de mestrado, meus colegas e grandes amigos. Aos que comigo iniciaram essa loucura que é “fazer história”, e a todos os outros que conheci ao longo do curso. Todos vocês me iluminaram nesta minha trajetória, fizeram de mim uma pessoa melhor, mais humana. Agradeço pelo carinho, pelo respeito, pela amizade que sempre tiveram por mim. E todos os outros que também foram essenciais para a minha caminhada acadêmica. Gratidão!

Agradeço ao meu amigo e companheiro de pesquisas Luciano Canuto De Oliveira, me ajudou resolvendo enigmas da paleografia, ao mesmo tempo, foi prestativo quando se disponibilizou em ler todo o processo do meu personagem, teceu excelentes comentários sobre o meu trabalho, e me fez refletir em algumas questões concernentes ao mesmo. Muito Obrigada pela disponibilidade nas horas que lhe importunei em busca de respostas, minha eterna gratidão.

Por fim, dedico esse trabalho aos Bnei Anussin, os filhos dos forçados, que tiveram seus antepassados, queimados, perseguidos e torturados por um sistema que maculou com violência e medo a suas histórias, mas que hoje, graças as pesquisas, estão retornando para aquilo que lhes foi tirado violentamente, a identidade cultural e religiosa.

*"(...) repugnavam-me, igualmente, todos os termos pejorativos em relação aos árabes, aos ciganos e aos alemães. A experiência judia leva-me a me sentir solidário com as vítimas do desprezo e a desprezar não aqueles que desprezam por educação, hábito, conformismo e tolice, mas o próprio desprezo. O fato de estar entre as vítimas de uma generalização abusiva ou delirante (responsável pela condenação de Cristo, pelo capitalismo e pelo bolchevismo) levou-me a uma vigilância, ao mesmo tempo intelectual e ética, contra qualquer tipo de generalização que dá a um indivíduo os supostos traços de uma raça, etnia ou nacionalidade. E tudo isto levou-me a me situar de um ponto de vista universal, válido para todos."*

*(Edgar Morin, "Meus Demônios")*

*“Poderoso e Grão Senhor em sua santa mão me livra,  
rogo-te meo creador, que aplaque a sua ira,  
porque o rei da perdição contra nós prevalece,  
posto que não o mereça dá me Salvação contra o consistório divino de Adonai  
pedi e rogai ao Senhor por mim.”*

*(ANTT/TSO-IL N° 1779, processo de Domingo Nunes)*

## RESUMO

Esta dissertação de Mestrado apresenta os resultados da pesquisa sobre a trajetória do cristão-novo português, Antônio Rodrigues Garcia homem de negócio que se estabeleceu na capitania da Bahia, até finalmente se fixar no sertão do rio de São Francisco, território da referida capitania. Membro de uma família com vasta passagem pelos cárceres do Santo Ofício, Rodrigues encontrou dentro da América portuguesa um pressuposto para escapar da mira dos inquisidores. Sendo assim, Antônio Rodrigues Garcia se firmou como um notável comerciante, assegurado por uma rede de compadrio que envolvia cristãos-velhos, parentes e outros cristãos-novos também atuantes no comércio.

Contudo, seu status social não foi capaz de apagar a mácula cristã-nova, nem de seus companheiros, todos foram acusados de judaísmo, sendo então denunciados e presos pelo Santo Ofício durante a primeira metade do século XVIII. O trabalho também busca situar Rodrigues Garcia em seu meio social, comercial e familiar, bem como analisar suas formas de confissão e resistência nos cárceres. Além disso, procurou-se observar diferentes práticas judaicas que foram identificadas pela Inquisição.

**Palavras- Chaves:** Inquisição, práticas judaicas, cristão-novo, Santo Ofício.

## **ABSTRACT**

This Master's thesis presents the results of research on the trajectory of the Portuguese New Christian, Antônio Rodrigues Garcia, a businessman who established himself in the captaincy of Bahia, until finally settling in the backlands of the São Francisco River, territory of the aforementioned captaincy. Member of a family with extensive experience in the prisons of the Holy Office, Rodrigues found within Portuguese America a way to escape the sights of the inquisitors. Therefore, Antônio Rodrigues Garcia established himself as a notable merchant, ensured by a network of cronyism that involved Old Christians, relatives and other New Christians also active in the trade.

However, his social status was not able to erase the New Christian stain, nor that of his companions, they were all accused of Judaism, and were then denounced and arrested by the Holy Office during the first half of the 18th century. The work also seeks to place Rodrigues Garcia in his social, commercial and family environment, as well as to analyze his forms of confession and resistance in prison. Furthermore, we sought to observe different Jewish practices that were identified by the Inquisition.

**Keywords:** Inquisition, Jewish practices, New Christian, Holy Office.

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

## Figuras

Figura 1: Mapa do rio São Francisco .....	32
Figura 2: Rio São Francisco .....	33
Figura 3: Caminhos do Interior de Minas, a Comarca de Rio das Velhas.....	39
Figura 4: Morro do Bom Jesus da Lapa .....	49
Figura 5: Genealógica de Antônio Rodrigues Garcia.....	51
Figura 6: Manuscrito dos Irmãos Nunes.....	58
Figura 8: Mandado de prisão de Ana Mendes .....	86
Figura 9: Mandado de prisão de Antônio Rodrigues Garcia .....	94
Figura 10: Sobre o Mandado de Prisão de Antônio Rodrigues Garcia.....	96
Figura 11: Mandado de prisão de Domingos Nunes.....	97
Figura 12: Declaração de Impenitente de Domingos Nunes.....	99
Figura 13: Ida e Permanência.....	105

## Mapas

Mapa 1: Caminho da Bahia, Estradas reais: caminhos do ouro e do diamante no Brasil.....	59
---	----

## Tabelas

Tabela I: Cristãos-novos que cruzaram os caminhos do Sertão do Rio de São Francisco.....	64
Tabela 2: Bens.....	70
Tabela 3: Créditos a Receber.....	72
Tabela 4: Dívidas a pagar.....	73
Tabela 5: Parentes presos.....	91
Tabela 6: Processos de cristãos-novos, que contém denúncias contra Rodrigues Garcia.....	93

## Sumário

AGRADECIMENTOS .....	6
<b>RESUMO</b> .....	9
<b>ABSTRACT</b> .....	10
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS</b> .....	11
Figuras .....	11
Mapas .....	11
Tabelas .....	12
Sumário .....	13
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I</b> .....	23
1.1 O sertão do São Francisco inserido no mundo Atlântico.....	23
1.2 A expansão territorial no sertão. ....	28
1.3. O Ouro nos Caminhos do Sertão .....	34
<b>CAPITULO II</b> .....	42
2.1 A transferência para a América portuguesa .....	42
2.2 A rede familiar de Antônio Rodrigues Garcia, genealogia e o assentamento na praça comercial:.....	47
2.3 Diogo Nunes Henriques: redes de comércio entre cristãos-novos.....	52
2.4 Inventário .....	68
<b>CAPITULO III</b> .....	74
3.1 Criptojudaísmo: religiosidade, costumes e vivências nos caminhos dos sertões do rio de São Francisco .....	74
3.1.1 Ana Mendes que estas coisas lhe diziam e ensinavam e criam e viviam na Lei de Moisés .....	84
3.2 A prisão:.....	90
3.1.2 O irmão Domingos Nunes.....	96
3.3 A Vida nos Cárceres e o Desfecho do Processo. ....	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	107
Apêndice .....	110
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	114
Fontes.....	114
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	115
<b>SITES</b> .....	120

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como protagonista o homem de negócio, Antônio Rodrigues Garcia, cristão-novo, nascido na cidade de Frexeidas, Bispado de Viseu, Portugal. Garcia, foi um homem moldado pela sua mobilidade entre os sertões do rio de São Francisco e outras regiões da América portuguesa. A baliza temporal utilizada insere-se nas três primeiras décadas do século XVIII. O pano de fundo deste enredo, o sertão do rio de São Francisco é importante, pois tramita por um espaço de grandes transformações políticas, sociais e econômicas na América portuguesa. Os cristãos-novos<sup>1</sup> portugueses estruturaram-se em torno de redes de comércio e espalharam-se com agentes comerciais em todo o globo.

Para reconstruir a trajetória de Antônio Rodrigues Garcia e seus ascendentes, consultamos 26 processos inquisitoriais de outros cristãos-novos. Este trabalho utiliza, predominantemente a documentação inquisitorial, sobretudo os processos gerados pelo Tribunal de Lisboa, que estão disponíveis online e custodiados no Arquivo Nacional na Torre do Tombo (ANTT), em Portugal. Também foram consultados, processos do Tribunal de Coimbra<sup>2</sup>. Não foi possível mensurar a vida de Antônio Rodrigues Garcia apenas pelo seu único processo inquisitorial<sup>3</sup>. O desenrolar de sua trajetória pelos caminhos do sertão deu-se graças aos relatos de terceiros que participaram da sua vida social, religiosa e a descreveram aos inquisidores. É importante evidenciar como a história de Antônio Rodrigues Garcia conecta-se com diversas outras histórias, como peças de um enorme quebra-cabeça que necessita de encaixe. Neste sentido, foi basilar realizar uma seleção de informações documentais em diversas fontes, as quais possibilitou a análise desse grande enigma. Consideramos também os processos que pudessem oferecer uma perspectiva favorável à reconstrução da vida cotidiana e do cenário o qual o cristão-novo fez parte, há processos que não citam Rodrigues de forma primária, mas fazem sim menção a outros indivíduos que faziam parte do seu grupo. As informações contidas nesses processos foram essenciais para escrever e contar essa trajetória. Sendo assim o número de processos analisados é indicativo, expressando que o resgate dos passos de Rodrigues Garcia não foi algo simples de

---

<sup>1</sup> Foi a designação dada há um grupo de pessoas que se convertiam ao cristianismo. Em Portugal esse termo ficou cunhado principalmente aos judeus que foram convertidos ao cristianismo e seus descendentes, em contraposição aos cristãos-velhos (genuínos). A expressão foi difundida após a conversão forçada de judeus feita em 1497 pelo rei de Portugal, anos antes da instauração do Tribunal da Inquisição.

<sup>2</sup> Os processos da Inquisição de Coimbra não se encontram disponíveis para consulta, como foi o caso do Processo de Manuel Fernandes avô materno de Rodrigues Garcia, para ter acesso ao processo foi preciso pagar um valor.

<sup>3</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Tribunal do Santo Ofício - Inquisição de Lisboa, nº 6292, processo de Antônio Rodrigues Garcia, cristão-novo, homem de negócio

ser realizado. Logo, a construção de uma trajetória requer a análise crítica dos processos sociais e as vivências cotidianas de um personagem que segundo Bourdieu, “[...] a noção de trajetória como uma série de posições, sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes. [...]”<sup>4</sup>.

Antônio Rodrigues Garcia transitou e atuou em diversas praças mercantis da América portuguesa, consolidou-se no espaço colonial, adquirindo notabilidade, negociando créditos, produtos e escravos. Assegurou-se por meio de alianças com outros indivíduos, um complexo processo de conexões singulares as quais denominamos de redes sociais. Segundo Cátia Antunes, as redes são uma formação de grupos e comunidades baseado em preocupações puramente de identidade e relação econômica, passando pelo vínculo do crescimento econômico e terminando com a ligação entre o papel assumido de seus membros e as conexões auto-organizadas dando origem ao nascimento do processo de globalização<sup>5</sup>.

À luz dos caminhos teórico-metodológicos aqui utilizados, foi possível dialogar por inúmeras escalas de ponderações. Tal perspectiva privilegiou a observação de pequenos detalhes em grandes contextos da história, possibilitando olhar para essa trajetória com a complexidade necessária, e o entendimento das relações cotidianas e os comportamentos dos sujeitos, frente às adversidades de uma sociedade regulada por diversas lógicas intrínsecas ao seu tempo. É quase intuitiva a imagem de um Antigo Regime cuja ação se limitava ao Rei e seus familiares, seus funcionários, cortesãos e ao alto clero, generalizando e vulgarizando o comportamento e as relações das camadas sociais mais baixas

Avançamos assim, com a micro história, elegendo um personagem principal para esta trama. A análise da trajetória de Antônio Rodrigues Garcia não permite apenas entender sua história individual, afinal, como já mencionado, ela se conecta a várias outras histórias individuais, trazendo à luz o funcionamento e atuação dos grupos, a construção das solidariedades e a forma em como produziram seu espaço, isso se torna importante pois relaciona os sujeitos dentro do contexto histórico. Como toda pesquisa, além das perguntas formuladas pelo projeto inicial, velhas indagações são descartadas e novas são propostas. Algumas questões principais que esta pesquisa pretende levantar são: quem foi Antônio Rodrigues Garcia? Como construiu sua vida no sertão do rio de São Francisco? Quais foram suas relações com os

---

<sup>4</sup> Pierre Bourdieu. A ilusão biográfica, p. 81. IN: Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2008.

<sup>5</sup> Cátia Antunes - A história da análise de redes e a análise de redes em história- História. Revista da FLUP Porto, IV Série, vol. 2 - 2012, pp 11-22

criptojudeus? Com quem se relacionou? Como a Inquisição se fez presente em sua vida? Foram estas indagações que procuramos ao longo da pesquisa solucioná-las, procurando respostas às problemáticas levantadas.

O estudo aqui apresentado, portanto, procura dialogar com vários trabalhos que abordam a temática cristã-nova. Não só aos que tratam sobre as sociabilidades e os desafios da convivência e a resistência identitária perante a Instituição inquisitorial, mas também com os trabalhos que levantam a questão dos cristãos-novos e de suas redes comerciais, o protagonismo no trato mercantil transcontinental moderno. Em um primeiro momento, a produção historiográfica relacionada aos cristãos-novos partiu de uma análise mais próxima da questão institucional do Santo Ofício, gerando valiosos trabalhos sobre o entendimento do funcionamento da máquina inquisitorial. Mais contemporaneamente consolidou-se o interesse pelo estudo de casos de grupos e famílias de conversos como personagens centrais das tramas. Além, é claro, dos estudos que se debruçam na análise da economia-mundo e na prática comercial da época moderna, situando esses sujeitos como agentes importantes dentro da expansão territorial na América portuguesa e do comércio transatlântico.

As pesquisadoras Anita Novinsky e Suzana Severs apresentam estudos minuciosos sobre os cristãos-novos na Bahia, tornando assim, uma leitura obrigatória para entender a dimensão social dos cristãos novos na sociedade baiana do século XVII e XVIII. O livro de Anita Novinsky intitulado "*Cristãos-Novos na Bahia*", foi um dos pioneiros e é leitura obrigatória não só pelo tema, mas também pela revelação de uma história que esteve muito tempo oculto aos olhos da historiografia brasileira. Escrito em 1970 a obra aborda a trajetória dos cristãos novos na sociedade baiana do século XVII. O papel desses personagens na vida econômica e em que medida participou da construção da sociedade da época, da vida administrativa, política e religiosa. Novinsky em seu livro aborda sobre "o homem dividido", a autora examinou os processos de alguns condenados baianos. É uma análise rica, revelando não só a capacidade de reconstituição do contexto mais uma metódica interpretação das denúncias sobre o comportamento ambíguo dos indiciados. Caracterizando o que era ser um cristão-novo na colônia brasileira. Como se formou o criptojudaísmo, com a atribuição dessa característica a muitos que não o eram e acabaram pela confissão premiados por torturas. Todavia, é certo que havia cristãos-novos, que praticavam o criptojudaísmo. "*Cristãos-Novos na Bahia*" é um livro que se impõe pela pesquisa, estrutura e análise da vasta documentação do Santo Ofício de Lisboa. Esses documentos analisados pela autora demonstraram o quadro da população cristã-nova que

viveu no Brasil a partir do ano de 1605 dando bases sólidas para a fase seguinte, esses registros foram utilizados para a identificação de grande parte dos cristãos-novos na Bahia.

Suzana Severs é uma das referências no assunto, e seu trabalho, impulsionou a produção historiográfica sobre a atuação inquisitorial na Bahia. Seu estudo pioneiro sobre os cristãos-novos na sociedade baiana setecentista foi o passo inicial para localizarmos o processo de Antônio Rodrigues Garcia. Sua tese de doutorado intitulada “*Além da Exclusão*” abarca grande parte da comunidade de cristãos-novos presos na Bahia no século XVIII. Com uma sólida leitura documental, abordou com maestria vários aspectos culturais, sociais e econômicos dessa comunidade, balizando inúmeros sujeitos e suas dinâmicas com os cristãos-velhos. Sendo assim, essa leitura se tornou indispensável para quem busca entender o cenário baiano e o cotidiano dos cristãos-novos. Com relação a Antônio Rodrigues Garcia, Severs faz menção a ele relacionando-o com o grupo de penitenciados na Bahia. Neste sentido, “*Além da Exclusão*” se torna uma leitura obrigatória para se compreender o cenário baiano no período do reacendimento das forças inquisitoriais no ultramar, nos dando um norte para as análises das fontes e o entendimento do *corpus social*.

Esta pesquisa também utilizou-se de vários trabalhos clássicos da historiografia inquisitorial como Antônio José Saraiva<sup>6</sup>, Israel Salvador Reváh<sup>7</sup>, Elias Lipiner<sup>8</sup>, Ronaldo Vainfas<sup>9</sup>, José Gonçalves Salvador<sup>10</sup> entre outros. Estes estudos tornaram-se imprescindíveis aos pesquisadores interessados em analisar não apenas a ação inquisitorial, mas o impacto que esta causou na sociedade; e continuam a influenciar uma infinidade de estudos de caso sobre as vítimas do Santo Ofício, apresentando como pano de fundo o cotidiano colonial em suas mais diversas facetas. Sobre a perspectiva de entender o cristão-novo, a pesquisa analisou o clássico debate entre Saraiva e Reváh. Saraiva buscou revisar a historiografia sobre as causas e consequências da Inquisição. Sobre essa perspectiva, em analisar o cristão-novo e sua percepção identitária, Saraiva dialoga sobre a “*fábrica de judeus*”. Para o autor, a Inquisição fabricou ao longo dos quase três séculos, com o elemento cristão-novo os judaizantes, ele afirma que se o

---

<sup>6</sup> SARAIVA, Antônio José. *Inquisição e Cristãos-Novos*. Porto: Editora Inova Porto. 1968.

<sup>7</sup> REVAH, I. S. Os marranos. In: FALBEL, Nachman; GUINSBURG, Jacó (Org). *Os marranos*. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos, 1977.

<sup>8</sup> LIPINER, Elias. *Os Judaizantes nas Capitanias de Cima*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1969.

<sup>9</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil* ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

<sup>10</sup> SALVADOR, José Gonçalves. *Os Cristãos-Novos em Minas Gerais durante o Ciclo do Ouro (1695-1755) Relações com a Inglaterra*. São Paulo: Pioneira. 1992.

tribunal não tivesse sido instituído em Portugal, os judeus teriam se assimilado com a nação portuguesa. Uma visão muito equivocada do autor, partindo do pressuposto que, a cultura e a religião judaica se revigoraram ao longo do processo histórico, mediante todas as mazelas as quais foram subjugadas. Para dar veracidade aos seus argumentos, Saraiva<sup>11</sup>, traz três exemplos de processos que ele chama de “exemplares”: Gomes Henriques, António José da Silva<sup>12</sup> e Villa Real. O autor argumenta que esses exemplos; dialoga com a perspectiva de serem já cristãos praticantes, mas que com a anuência do Santo Ofício os tornaram criptojudeus da *Lei de Moisés*. Para Reváh, a obra de Saraiva tem caráter demagógico e sem embasamento, abordando que o autor defende teses absurdas e sem o menor comprometimento ou conhecimento da documentação inquisitorial, por não ter tido o trabalho de verificar os processos inquisitoriais, elucubrando assim apenas afirmações imparciais. Reváh afirma a existência de alguns cristãos-novos sinceramente convertidos e - principalmente, de muitas famílias de cristãos-novos que voltaram ao judaísmo assim que puderam, isso mesmo no século XVII. O historiador fecha seu raciocínio afirmando que “numerosos cristãos-novos praticavam aquilo que se poderia chamar de religião Marranica” (REVAH, 1977, p. 120), ou seja, não abandonaram o judaísmo, apenas o praticavam de modo não ortodoxo.

O campo religioso, no qual estavam inseridos os cristãos-novos, perpassava por oscilações concernentes ao contexto híbrido por eles vivenciado, e nos aponta a permanência nas tradições judaicas no comportamento desses indivíduos. Neste sentido, visualizamos essas observações nos processos de Ana Bernal de Miranda<sup>13</sup> e Dionísia da Fonseca<sup>14</sup>, que foram presas pelo Santo Ofício mais de duas vezes. Sobre Ana Bernal, Ademir Schetini Jr. fez uma excelente explanação em sua dissertação de mestrado, onde o autor abordou os caminhos percorridos por essa cristã-nova e seus familiares, afirmando que estes tiveram uma larga passagem pelos tribunais da fé. Esses desdobramentos processuais nos levam a presumir que mesmo sabendo dos riscos que corriam, essas cristãs-novas continuavam a judaizar. Segundo Bourdieu, “(...) a

---

<sup>11</sup> Quando o cristão-novo assim instruído cai na Inquisição, o seu primeiro cuidado é pôr em prática o que lhe foi ensinado, declarando que é judeu e denunciando todas as pessoas que imaginava que imagina que o podem ter acusado ou que o podem vir acusar. Mas verifica no decorrer do processo que o número das testemunhas aumenta desde que ele está na prisão. Com efeito, outros cristãos-novos que ficaram em liberdade e que receiam ser denunciados pelo preso vêm apresentar-se ao tribunal, antecipando a prevista denuncia [...]. (SARAIVA, 1969.180).

<sup>12</sup> Conhecido como “o judeu”, António José da Silva nasceu no Rio de Janeiro de uma família abastada e letrada. O pai João Mendes da Silva era advogado [...], [...], a Inquisição prendeu o pai, a mãe e os outros parentes de António José. Todos trataram de salvar-se confessando e denunciando o maior número possível de pessoas [...]. (SARAIVA, 1969. 125).

<sup>13</sup> ANTT/TSOL-IL Proc. N° 2424

<sup>14</sup> ANTT/TSOL-IL Proc. N° 2422

sobrevivência constitui sempre uma resistência, isto é, a expressão da recusa em deixar-se desapropriar dos instrumentos de produção religiosos.” (BOURDIEU, 2009). No processo de Ana Bernal de Miranda<sup>15</sup>, subscrito na seção de denúncias contra a ré, Simão Rodrigues da Fonseca<sup>16</sup>, um cristão-novo morador no Engenho Velho distrito da Paraíba, filho de Antônio da Fonseca Rego e primo terceiro de Dionísia da Fonseca, descreveu um diálogo entre cristãos-novos que evoca o sentimento de pertencimento à identidade de seus antepassados incluso nas falas dos mesmos.

Disse mais que na quinta-feira à noite antes do jejum do dia grande em que chegou a casa do dito André Mendes da Silva, Ana Páscoa dos Rios, digo de Miranda em companhia da Dionísia da Fonseca parenta dele denunciante para o fim de celebrarem o dito jejum, entre práticas que ele denunciante teve com as ditas Ana Páscoa e Dionísia da Fonseca, perguntou ele a dita Ana Páscoa de Miranda se seu marido o capitão José da Costa estava constante na Lei de Moisés, ao que a dita Ana Páscoa respondeu que na mesma vivia firme, e logo a dita sua parenta Dionísia da Fonseca respondeu que todos aqueles que chegavam a conhecer a verdade, nunca mais a largava (...). (ANTT/TSO-IL Proc. Nº 2424, Fólio; 22.).

E seguindo a diversidade analítica, recorreremos aos trabalhos mais recentes que tiveram como foco a realização de estudos de caso, como o de Natalia Ribeiro Martins sobre a trajetória de Diogo Nunes Henriques, tio de Rodrigues Garcia, um trabalho importante para entendermos as dinâmicas comerciais entre a Capitania da Bahia e Minas Gerais; Ângelo Adriano Faria com seu trabalho *As Macabeias da Colônia*. Outrossim, procuramos discutir no trabalho, uma historiografia que buscou pontuar as dinâmicas tecidas dentro dos grupos comerciais que se estabeleceram ou tiveram passagem nos sertões do rio de São Francisco. O trabalho de Júnia Ferreira Furtado, *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*, bem como o *Mapa que inventou o Brasil* embora não trate como tema principal a temática cristãos-novos, todavia, esquadrinhou qual o lugar destes sujeitos comerciantes dentro da economia colonial do século XVIII. Os tais indivíduos estavam ligados às práticas comerciais, sendo assim, os cristãos-novos atuaram como agentes essenciais para o abastecimento do território das Minas Gerais e dos sertões da Bahia. Portanto, podem ser vistos como protagonistas nas rotas da interiorização e produziram a diversificação da economia colonial.

---

<sup>15</sup> ANTT/TSO-IL Proc. Nº 2424

<sup>16</sup> ANTT/TSO-IL Proc. Nº 2919

Foi importante para esta pesquisa avançar na discussão historiográfica realizada por alguns pesquisadores sobre os aspectos da economia colonial e do Império português, já que o trabalho traz as rotas comerciais e a diversidade de negócios praticados dentro dessas redes. Analisando desde os clássicos como Caio Prado Jr<sup>17</sup>., às leituras mais recentes de João Fragoso e Manolo Florentino<sup>18</sup>. Durante algum tempo, as discussões sobre a economia colonial giraram sob a perspectiva do mercantilismo enquanto um projeto econômico, cujo mote principal era abordar a então acumulação primitiva de capital sendo um processo de acumulação de riquezas que aconteceu na Europa e suas colônias. Os textos mais clássicos procuravam compreender o significado de viver na colônia desde a economia-mundo. Sendo assim, estes apontamentos demonstravam uma administração desordenada, ineficaz e burocrática por parte da Coroa lusitana. Neste sentido, as análises mais recentes desconstróem diversos entendimentos desta historiografia clássica, utilizando critérios de eficiência da Era Moderna e discutem a ideia de sentido da colonização, como o resultado do projeto expansionista português, que previa a reprodução de uma estrutura “parasitária”, gerida por uma pequena elite arcaica que buscava com todas as forças suprimir a expansão da classe burguesa mercante para, desta forma, impedir sua ameaça a ordem do Antigo Regime e garantir a hegemonia da nobreza.

Procuramos também analisar estudos que abordassem a temática sobre os sertões do São Francisco e a dinâmica mercantil das relações entre o Reino e suas áreas de conquistas. A historiadora Héliida Santos Conceição, em sua abordagem sobre a temática, pontuou que a coroa não atendia mais as especificidades e as complexidades dos territórios. Assim, como a própria heterogeneidade das redes comerciais que passaram a ter um caráter informal, desvinculado do poder real. A autora nos traz uma análise mais abrangente sobre a importância do sertão como parte do império ultramarino português ampliando o conceito sobre monarquia pluricontinental, cuja carga para ela, remete à compreensão do conjunto de relações que possibilitaram o funcionamento do mesmo, em face das dinâmicas ultramarinas.

Apropriamo-nos, neste trabalho, das opções metodológicas propostas pela corrente que se convencionou chamar de micro-história. A aproximação desta pesquisa à abordagem micro analítica se deu em muito por elaborar uma “microanálise”, isto é, a análise de elementos do passado histórico dos sujeitos em nível de escala muito reduzido, tendo como alvo aspectos

---

<sup>17</sup> JUNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2006.

<sup>18</sup> FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

culturais, religiosos, econômicos e sociais. Um exemplo é a análise da trajetória de Antônio Rodrigues Garcia, portanto, como arquivos judiciais, os processos inquisitoriais por definição se caracterizam por tratar do local, de grupos e pessoas. *A Micro História e outros ensaios* de Carlo Ginzburg é uma leitura importante para os historiadores que tem como objetivo discutir o conceito de micro história, para dar conta das heterogeneidades, descontinuidades da realidade histórica e do conhecimento que o trabalho do historiador produz sobre esses conceitos. Essa metodologia nos permitiu reconstruir a trajetória da família de Antônio Rodrigues Garcia e sua biografia diferindo do modelo tradicional de se estudar as comunidades ou uma única vida. A importância desta nova perspectiva coloca o sujeito no lugar central da trama, começando a conferir aos sujeitos o papel de atores sociais responsáveis por suas trajetórias individuais e familiares.

Posto isto, Ginzburg nos auxilia no entendimento do vivido, do cotidiano e da subjetividade dos personagens, concentrando esse tema singular e entrelaçando em contextos mais amplos. A micro história surgiu com a busca de reconstruir, a partir de uma situação voltada para o particular, o modo como os sujeitos compuseram o mundo social, por meio de suas alianças e conflitos, através dos encadeamentos que os ligam ou dos combates que as opõem. Para Ginzburg, é de suma importância analisar as vivências dos indivíduos das camadas populares.

A análise micro histórica é, portanto, bifronte. Por um lado, movendo-se em uma escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição impensável em outros tipos de historiografia do vivido. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis que aquele vivido se articula. [...] (GINZBURG, 1991, p. 131-132).

Essas análises dialogam com outras ciências como a Antropologia e as Ciências Sociais, investigando a organização dos grupos sociais e suas transformações. Sua percepção e debates sobre o contexto cultural abordam que os modelos explicativos não foram suficientes para dar significados e explorar as generalizações produzidas por contextos históricos de pluralidade. Neste sentido, fenômenos que eram anteriormente compreendidos, ganharam um novo significado quando são observados através da ótica da micro história, que se volta a entender e abordar uma análise minuciosa de fatos e fontes.

Os resultados desta dissertação dividem-se em três capítulos. Não pretendendo restringir a uma narrativa sequencial, o capítulo primeiro intitulado: *Subsídios para uma análise da inserção do sertão do rio de São Francisco no sistema da economia do Atlântico a partir das*

*redes comerciais*, abordamos uma perspectiva histórica e espacial do sertão do rio de São Francisco, o local onde processou as trocas mercantis entre o Recôncavo da Bahia e a Capitania de Minas Gerais. Outrossim, buscamos mapear as rotas de comércio trilhadas pelos negociantes cristãos-novos, que em algum momento de suas andanças, pela colônia cruzaram estes caminhos, demonstrando a importância desse território para a economia ultramarina. Usamos uma vasta historiografia para entendermos como o sertão do rio de São franciscano se tornou um importante entreposto comercial na América portuguesa. Sendo assim, ressaltamos alguns mecanismos dentro da formação do Estado Nacional Moderno na Europa a partir do século XVI, quando as monarquias europeias se fortaleceram através de um processo de centralização política, gerando o revigoramento do Antigo Regime.

O segundo capítulo, *Antônio Rodrigues Garcia: do reino português aos caminhos dos sertões do Rio de São Francisco*, introduz nossa personagem principal no enredo do trabalho. É uma narrativa que segue pelo eixo das relações familiares de Antônio Rodrigues Garcia, puxando o fio, em um primeiro momento, para a análise sobre sua vida em Portugal até o seu estabelecimento na colônia brasileira. Por meio de arranjos familiares e sociais neste capítulo, também se problematiza a escalada da perseguição à família de Rodrigues Garcia focalizando também sua trajetória e a dinâmica familiar em Portugal, a constituição de novos agregados, a mobilidade de seus parentes pelo território e as estratégias da sobrevivência familiar. Atento às propostas metodológicas do ofício do historiador, elucidamos as principais dificuldades advindas da leitura processual e da atribuição de parentescos.

Também, procuramos demonstrar os rastros de Antônio Rodrigues Garcia enquanto mercador homem de negócio. Em um primeiro momento, tentamos situar os cristãos-novos no contexto político-econômico do Império português, como se organizaram e as similitudes desta organização com as diversas esferas sociais do Antigo Regime português. Passa-se então ao cruzamento da trajetória de Rodrigues Garcia com outras trajetórias individuais. Primeiro, com Diogo Nunes Henriques, visando demonstrar como ambos decidiram deixar Portugal, embarcando para o Brasil. Portanto, foi esse grupo de indivíduos, relacionados entre graus de parentesco e amigos, que se tornaram grandes aliados e parceiros comerciais pelos circuitos entre Bahia e Minas. Dá-se então um panorama geral dos sertões baianos no momento em que houve um grande trânsito de pessoas com os achados auríferos em Minas e também na Bahia, no qual se inserem Rodrigues Garcia e os demais agentes. Buscou-se compreender suas relações e como construíram seu espaço e as suas atividades no território.

O terceiro e último capítulo *Inquisição e criptojudáismo* é uma montagem descritiva onde se analisa a última fase da trajetória do cristão-novo, que foi a própria ação do Santo Ofício e seus desdobramentos. Trata-se de um tópico que deseja demonstrar, em um primeiro momento, como o Santo Ofício passou a prender e perseguir os aliados comerciais de Antônio Rodrigues Garcia, até que finalmente bateu em sua porta no sertão do São Francisco. Depois, deseja-se demonstrar como foram construídas as narrativas do trabalho a partir das diligências de outros cristãos-novos, para então passar para a análise única do processo de Antônio Rodrigues Garcia. Busca-se compreender e descrever o momento de sua prisão, o que ofereceu com suas confissões, as considerações e o julgamento dos inquisidores licenciados que tomaram partido de seu processo. Após receber as penas no auto-de-fé, seu rastro se perdeu, assim como de outros cristãos-novos. Analisando também, o criptojudáismo contido no decurso da vida de Antônio Rodrigues Garcia e seu grupo.

As considerações finais entram como um último cuidado no intuito de reunir uma discussão sobre as principais questões que podem ser absorvidas através do estudo da trajetória de Antônio Rodrigues Garcia. Com um trabalho edificado entre as conexões estabelecidas das sociabilidades, da religiosidade, da política e do comércio, além de contar com fontes pouco fluídas, que precisaram ser analisadas com bastante cuidado, tendo uma percepção analítica dos fatos. Sabendo que muitas vezes essas fontes foram embebedadas em condições de produção que sobrepõem a voz do inquisidor sobre a do réu, o resultado não poderia deixar de ser bastante descritivo. O compasso do trabalho toma, muitas vezes, caminhos sinuosos, gerando um emaranhado de informações que ganham forma ao perseguir o contexto da decadência imperial e das ações inquisitoriais, que competem e se transformam com a grandiosidade do comércio ultramarino, com a riqueza aurífera encontrada em terras brasílicas e a crescente necessidade de controle do precioso território, por isso a necessidade uma maior investidura por parte do Império português nesse território. Antônio Rodrigues Garcia não foi apenas um ator histórico autônomo, mas também testemunha de importante de um tempo arbitrário. Por isso, buscamos, sobretudo, reconstruir um cotidiano nos principais detalhes que puderam ser remontados; a partir de uma reflexão historiográfica.

# CAPÍTULO I

## **Subsídios para uma análise da inserção do sertão do rio de São Francisco no sistema da economia do Atlântico a partir das redes comerciais.**

*“Sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o lugar. Viver é muito perigoso...”.*

*(Guimarães Rosa)*

### **1.1 O sertão do São Francisco inserido no mundo Atlântico.**

Para compreendermos a trajetória do cristão-novo, Antônio Rodrigues Garcia no século XVIII, é necessário vislumbrar o mundo em que ele vivia. Não apenas o sertão do Rio de São Francisco, como Espaço mercantil, inserido no Império ultramarino português. Do mesmo modo, apresentar o mundo setecentista não simplesmente sobre a ótica inquisitorial, mas, traçar um panorama sobre o eixo comercial. Outrossim, abordaremos a sociedade do Antigo Regime que se formou nos Trópicos, na qual pode-se perscrutar o delineamento de dinâmicas sociais específicas nas possessões ultramarinas. Neste sentido, entenderemos como o sertão do rio de São franciscano se tornou um importante entreposto comercial na América portuguesa. Sendo assim, compreendendo alguns mecanismos dentro da formação do Estado Nacional Moderno na Europa, a partir do século XVI, quando as monarquias europeias se fortaleceram através de um processo de centralização política, gerando o revigoramento do Antigo Regime. Todavia, os estados modernos da Península Ibérica não tinham uma característica centralizadora, de acordo com António Manuel Hespanha, apesar do fortalecimento do poder real, a coroa era apenas um dos vários polos de poder existentes, sendo todos autônomos e autorregulados. As análises abordadas, de acordo com essa ótica, o rei exerce seu poder como o membro principal de um corpo político, cujos os integrantes possuem funções diferentes e essenciais para o funcionamento equilibrado do todo. O rei, como cabeça, tem o poderio absoluto, o que significa que ele tem uma autoridade que se sobrepõe aos demais poderes, mas sem aniquilá-los, ou tiranizá-los. Ele governa em conjunto com os outros poderes, entendidos como corpos políticos e sociais, com direitos e jurisdições próprias e que devem ser respeitados.

[...] o poder real partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia; o direito legislativo da Coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica [...] e pelos usos e práticas jurídicos locais; os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e de clientes; os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real (HESPANHA, 2001, p. 166)

Manuel Hespánha conjectura que, entre os séculos XVII e XVIII o poder da monarquia portuguesa se estruturou naquilo que se designava de “paradigma jurisdicionalista” um conceito que traz um novo olhar para entendermos as monarquias ibéricas e os limites de suas dominações-Atrelada ao seu significado, o termo denomina o sistema corporativo clássico e adequado à lógica do Antigo Regime, e não num contexto de um governo estadualista, único no qual muitos historiadores principiam as suas análises. Para ele, isso ocorre justamente porque o poder não era exclusivo da coroa, havendo uma complexidade de núcleos autônomos em relação ao centro, com jurisdição e direito próprios.

Esses territórios foram controlados através desses instrumentos, tanto social, como jurídico, econômico e religioso, para Weber, o Estado Moderno, é tido como uma comunidade humana, que dentro de suas regras e normas legitimou o monopólio da força física dentro de um determinado território. Em outras palavras, o Estado como detentor da autoridade e da ordem é o único que pode, por direito, usar a violência; ele só existe, então, se os dominados aceitarem e respeitarem a autoridade dos que detêm o poder. Para tal, é, extremamente importante entender o funcionamento do Antigo Regime, como se davam essas relações de poder. Logo, para o autor, a política é a participação do poder ou a luta para conseguir influenciar dentro da espacialidade envolvida na distribuição de poder. Este poder é legitimado de três maneiras diversas: o domínio tradicional, gerando a conformidade com um poder antigo; outro que se destaca é o poder carismático, surgindo da “autoridade do dom da graça (carisma) extraordinário e pessoal”; e, em síntese, há o “domínio em virtude da “legalidade”, [...] fé na validade do estatuto legal e da “competência” funcional” (WEBER, 1982, p. 99). Foi dentro das estruturas de poder do Antigo Regime que a Coroa portuguesa se fortaleceu, dominando o Atlântico e expandindo o comércio ultramarino.

A centralização do poder das monarquias Ibéricas do Antigo Regime, transformara os Estados Nacionais da idade Moderna em verdadeiras máquinas exploratórias. Logo, a expansão

marítima<sup>19</sup> coordenada pelos portugueses e espanhóis deu novos rumos ao comércio global, redesenhando o mapa mundo e quebrando o isolamento de algumas sociedades, promovendo uma reconfiguração no sistema comercial do mundo Atlântico. Caio Prado Júnior coloca a expansão marítima como um fator principal para o desenvolvimento do comércio continental europeu, de acordo com Prado Júnior, a Europa deixou de viver recolhida sobre si mesma para enfrentar o oceano, esse acontecimento convencionou em um capítulo importante na história da economia europeia.

Para Stuart B. Schwartz, o Império Português foi um sistema administrativo e econômico tão vasto que atingiu uma grande área do Globo, ligando continentes, povos de diversas culturas e organizações econômicas numa rede de barganhas. Esse sistema organizacional, que teve um período longo de história, foi modificando-se e se ajustando consideravelmente com o tempo. Segundo Schwartz, o seu enfoque espacial ou núcleo modificou-se à medida que os diferentes produtos se tornaram predominantes no seu comércio e produção, e dentro daquele contexto pareciam criar ciclos de atividade econômica como foi o caso das investidas expansionistas e exploratórias da Coroa portuguesa como: as especiarias, o açúcar e o ouro. No entanto, o autor aborda que o conceito de ciclos consecutivos pode se tornar enganador porque, segundo ele, “[...] embora, cada um destes bens tenha tido um apogeu, a sua produção sobrepôs-se, eles mantiveram-se muitas vezes predominantes apenas a nível local, e houve muitos outros produtos que também contribuíram para a economia imperial”. (SCHWARTZ, 2007, pág. 22). Schwartz tenta fazer uma análise, traçando o retrato da economia do Império Português, reconhecendo o fator político e econômico no desenvolvimento da Expansão Marítima no Ultramar.

O Império Português foi essencialmente um sistema marítimo que ligou uma série de portos comerciais e pequenos povoados. Só em alguns lugares, em particular no Brasil, foram estabelecidos colonatos e um vasto controlo territorial. Embora as linhas comerciais do império se estendessem de Macau ao Japão e do Norte de África ao Brasil, após o século XVII o império pode ser essencialmente imaginado como dois grandes subsistemas: no oceano Indico, um complexo de fortalezas, comunidades mercantis e centros administrativos, estendendo-se da África Oriental à costa da China mas centrado em Goa e na Índia Ocidental; e um sistema atlântico, dominado pelo Brasil mas incluindo as feitorias e os portos da África Ocidental e Central, e as ilhas atlânticas. No século XVII, os Portugueses debateram-se com o problema de controlar e subordinar a activa vida comercial e económica dos mares asiáticos, enquanto ao mesmo tempo criavam no Atlântico - com excepção da África Ocidental, que nalguns aspectos se assemelhava mais à Ásia - uma economia a partir do zero. No século XVIII, a vibrante economia interna do Brasil e a sua centralidade na

---

<sup>19</sup> [...] A expansão colonial e a formação do Império ultramarino português propiciaram a monarquia católica espaços comerciais novos e novas possessões de carácter inédito na história. (IVO, 2012, p.112).

economia portuguesa causaram a Lisboa novos problemas de controlo. (SCHWARTZ, 2007, pag. 22)

Com a expansão marítima e a colonização da América portuguesa, abriu-se uma janela importante para o enriquecimento de uma gama de comerciantes que deixaram o Reino. Principalmente os cristãos-novos, que até então, eram dotados de habilidades para o trato mercantil, como também estavam à procura de um meio de se distanciar do Santo Ofício. Os cristãos-novos encontravam-se envoltos entre diversos fatores que os conectavam, dentre os tais estava a mobilidade, sendo esta- uma característica estrutural das sociedades ibéricas desde o século XVI, após o descobrimento do novo mundo. Neste sentido, também ela pode ser associada aos diversos interesses comerciais, uma habilidade em que se introduziram muito bem os cristãos-novos. Se a locomoção foi uma particularidade da modernidade, pode-se dizer, então, que os cristãos-novos souberam aproveitar de tal método e que, ainda, aperfeiçoaram-no. Amelia Apolônia descreve como as redes informais de comércio dos cristãos-novos, e sua mobilidade fizeram do Atlântico uma ponte no fervilhar das transações comerciais - entre a metrópole e a América portuguesa, o Brasil havia alcançado o universo dos negócios portugueses entrando no espaço mercantil do além-mar.

Na verdade, é reconhecido que a navegação, emigração e exploração econômica do Brasil não foram nunca seriamente condicionadas por uma política colonial, centralizada, antes dependiam da atuação de indivíduos e de redes, que se revelaram agentes essenciais para a estruturação do povoamento e para a exploração econômica do território brasileiro. Isso explica ainda a influência marcadamente regional de determinados espaços: o Minho português tende a projetar-se particularmente no Nordeste brasileiro. Estas tendências não resultam, nos séculos XVI a XVIII, de qualquer planificação concertada pela coroa ou pelo Governo Geral, antes decorrem de estratégias de emigração definidas em rede, e através de procedimentos auto-organizados, de que as “cartas de chamada” e as redes de angariadores de emigrantes são instrumento em séculos subsequentes. O mesmo se diga de toda a estruturação municipal no Brasil, construção de grupos em consolidação e espaço institucional de vertebração de oligarquias que se definem de acordo com estratégias de autoafirmação e de consolidação de critérios de prestígio e de ascensão social que não repercutem necessariamente os reinóis. O hibridismo, rático e social das elites municipais brasileiras é disso prova. (APOLONIA, 2012).

Foi dentro do funcionamento da arquitetura jurisdicional do Estado Moderno, que os negócios, ou melhor, as diversas formas de negociação no Antigo Regime constituíram-se em um conjunto de práticas políticas e socioculturais responsáveis por ligar as diversas estruturas sociais da época moderna. Foram essas estruturas que sustentaram as formas tomadas pela governança e pela administração metropolitana portuguesa sobre suas colônias, sendo um bom exemplo destas dinâmicas administrativas, pois a partir de sua análise é possível perceber a

atuação das redes que conseguiram reproduzir e interiorizar o poder central, através de estratégias capazes de agrupar e dinamizar o conjunto imperial. E foram essas redes que inseriram o sertão do rio de São Francisco na rota do comércio ultramarino, dentro dessa perspectiva de análise é importante ressaltar como o curso dos rios, principalmente o São Francisco, foi um palco para intensas explorações, as comerciais e as mineradoras. Isnara Pereira Ivo, dialoga sobre essa perspectiva, segundo Ivo, as circulações e trânsitos foram intensificadas pela expansão ultramarina ibérica que permitiu a conexão entre esses dois mundos. O sertão que por muito tempo foi considerado por alguns tão distante, obviamente, estavam circulando práticas, experiências, aprendizados, culturas, promovendo o encontro de universos totalmente diversos estreitando as fronteiras do mundo.

Nos sertões de Minas Gerais e da Bahia, os cursos dos rios foram palcos das descobertas minerais realizadas pelos exploradores, que esculpiram os caminhos em várias direções, ligando-os às áreas mais dinamizadas da economia colonial. As conexões entre Bahia e Minas Gerais há muito tem sido citadas pela historiografia que, de forma esparsa, supervaloriza as relações econômicas veiculadas, principalmente pelo rio São Francisco e sua margem direita. O norte de Minas Gerais estava conectado com os sertões da Bahia desde os primeiros anos da colonização e, a partir do século XVIII, estes contatos foram intensificados com as buscas de riquezas minerais. (IVO, 2009. pag.118).

Analisando todo esse contexto, foi possível visualizar como a penetração da metrópole portuguesa, na colônia, mostrou os dispositivos utilizados pelos portugueses para adentrar o interior da América portuguesa, mediante a formação das redes de comércio que atravessavam o Atlântico, inserido o território desses sertões, (mineiro e baiano) nos mecanismos do comércio do além mar. Contribuindo para a construção de uma política de relacionamento entre a coroa e esses agentes comerciais. As redes de comércio então desempenharam uma função muito importante dentro da administração portuguesa. Aos poucos, as redes de comércio comandadas por cristão-novo foram se organizando de forma mais lógica e racional, procurando ter eficácia nos negócios. A prosperidade adveio com os diversos ramos do comércio pedras, metais preciosos para a cunhagem de moedas, isso foi notório na exploração aurífera da América portuguesa. Em pouco tempo, muitos deixaram de ser apenas comerciantes para tornarem-se também financistas, muitos negócios com os empréstimos de créditos. As redes familiares e parentais direcionavam-se para uma maior diversificação, incluindo armazenagem e remuneração do capital via empréstimos, o pagamento de juros e de especulação financeira, movimentando a economia dos territórios sobre o domínio da coroa portuguesa.

## 1.2 A expansão territorial no sertão.

Quando abordamos a temática “sertão”, é possível perceber que muitos ainda retratam o conceito de sertão de uma forma errônea. O sertão muitas vezes foi retratado pela historiografia tradicional como uma localidade inóspita, selvagem, onde a barbárie se tornou adjetivo para o termo. Essas afirmações por muito tempo geraram simbologias no imaginário historiográfico, a dualidade história-literatura reforçou a dialética entre o arcaico e o moderno, corroborando para a mistificação do lugar. O sertão lido e explorado como o lugar dos conflitos sociais e da miséria. Tendo em vista que, o seu significado direciona para um só sentido, o interior. O professor Erivaldo Fagundes Neves, aponta, acerca da generalização imbricada ao conceito do termo para uma vasta área do interior brasileiro, como expressão de “pluralidade geográfica, social, econômica cultural numa equiparação à ideia de “região”, exposta como espacialização destacada num continente, país...” (NEVES, 2007. 15).

A partir do século XVII, os sertões da América portuguesa passaram por uma transformação no que tange a sua exploração e interiorização. Os rebanhos de gado começaram sua caminhada para o sertão, principalmente o sertão do rio de São Francisco. Atrás do gado foram inúmeras pessoas, vaqueiros, povoando e ocupando as terras. Sendo assim, a criação de gado bovino representou uma prática econômica importante para o desenvolvimento da América portuguesa, seja para atender as necessidades de subsistência e transporte dos engenhos ou para a obtenção de charque e couro. Foi neste contexto que muitos cristãos-novos portugueses se deslocaram da Metrópole e das regiões litorâneas para adentrar o sertão. A historiografia sertaneja nos permite conjecturar sobre alguns aspectos que contribuíram para a ocupação desse território. A introdução do gado como atividade pastoril<sup>20</sup> teve uma grande significância dentro daquele contexto. Esse processo favoreceu à exploração territorial do sertão do médio São Francisco. As fazendas de gado atraíram um contingente de pessoas de vários lugares da colônia e de Portugal<sup>21</sup>, declarando guerra aos nativos que ali se encontravam, provocando o extermínio desses povos. De acordo com Neves, “a conquista do Alto Sertão da Bahia e da região central dessa capitania iniciou-se na segunda metade do século XVII com a guerra aos tapuias<sup>22</sup> que

---

<sup>20</sup> Foi o gado acompanhando o curso do São Francisco. O povoado maior, a Bahia, atraiu todo o da margem meridional, que para lá ia por um caminho paralelo à praia, limitado pela linha dos vaus. (ABREU, 2007.71).

<sup>21</sup>De Portugal o fluxo migratório atingiu proporções tais que se tornou objeto das preocupações governamentais. (NUNES, 2007.18).

<sup>22</sup> A historiografia quase ignora as guerras particulares de Francisco Dias D’Ávila, Antônio Guedes de Brito e outros que não deixaram registros documentais, apenas vagas referências. (NUNES, 2007. 18).

atacavam povoações e fazendas”. (NEVES, 2007.17). A criação do gado contribuiu para gerar mudanças, tanto territoriais, como culturais, moldando a vida do sertanejo, a urbanização do sertão foi outro fator importante ampliado principalmente nas margens dos rios. Um ponto primordial a ser analisado é como essa particularidade, referindo-se à atividade pecuarista, se associa com a formação das vilas e lugarejos, estes aspectos observados permitiram a vinda dos cristãos-novos que é uns dos nossos objetos de investigação ao longo deste estudo.

Em meados do século XVII, a colonização portuguesa mantinha-se ainda limitada a uma estreita faixa ao longo do litoral, com avanços próximos de 10 léguas para o interior, nas margens do rio. A secura do semiárido forçava aos que por ele se aventurassem, a marcharem pelas bordas dos cursos d’água. Nesse movimento, estabeleceram as fazendas de gado no curso médio do São Francisco, apossado, à esquerda, por Francisco Dias D’Ávila e à direita por Guedes de Brito [...]. (NEVES, 2007.17).

Um dos fatores que contribuíram para a expansão territorial da América portuguesa foi a pecuária, como base econômica, um quesito já mencionado anteriormente neste trabalho. Partindo da capitania da Bahia e de Pernambuco, as boiadas se espalharam em busca de pastagens por todo o interior, os “sertões”, às margens do rio São Francisco, particularmente, tiveram como foco iniciador de sua ocupação as fazendas de gado, transformando assim, em itinerário comercial para inúmeros viajantes desses caminhos sertanejos. Foram esses trajetos, que a partir do século XVII, se estenderam os currais para o norte e para o Alto São Francisco, chegando às terras mineiras. Segundo Eivaldo Fagundes Neves, o avanço da pecuária no rio São Francisco tomou duas direções: uma que manteve o curso do grande rio, onde abastecia as minas do rio das Velhas e outra que dirigiu para o Norte, ocupando os interiores do Piauí, Ceará entre outros. A implantação e expansão dos currais de gado ao longo do rio São Francisco e afluentes, também ocorreu por outros fatores: a presença de salinas para a alimentação do gado, o relevo unido que se estende por largas chapadas, e a vegetação de caatinga facilitando o estabelecimento do homem devido à pequena densidade. Estas fazendas sanfranciscanas supriram inicialmente os mercados litorâneos. A existência dos novos consumidores alojados nas proximidades das minas auríferas mais ao sul favoreceu e incentivou o surgimento de centenas de fazendas de gado ao longo do rio das Velhas e do rio São Francisco, muitas delas pertencentes a antigos sertanistas paulistas como Matias Cardoso de Almeida, que foram considerados os pioneiros no desbravamento dos sertões.

Caio Prado Júnior descreveu sobre a importância do povoamento dos sertões que hoje compõem o Nordeste brasileiro. O sertão, que compreendia a vasta região que vai do médio São

Francisco até o rio Parnaíba, nos limites do Piauí e do Maranhão. Segundo Prado Júnior, a geografia sertaneja que possuía uma grande uniformidade e condições geográficas muito particulares, favoreceu e facilitou a criação dos rebanhos bovinos. Todavia, a agricultura foi um fator que se tornou impossível nessa região, pois faltava água em muitas regiões; mas os rebanhos de gado encontraram nos horizontes largos do sertão, uma maneira de subsistência, facilitando a interiorização da América portuguesa. Prado destacou as particularidades da criação bovina, como a seleção do gado sertanejo, resultava em um tipo de raça apurada, adaptando às dificuldades da região: não só muito rústico, mas dotado de um instinto notável na procura do escasso alimento que encontra nos seus pastos. A aspereza do clima também não era favorável ao progresso dos rebanhos, segundo ele, as secas prolongadas nas áreas sertanejas produziram verdadeiras hecatombes. Um fator importante destacado por Caio Prado Júnior e, no entanto, sobre as zonas privilegiadas, como às margens do São Francisco, do Parnaíba e seus afluentes e outros rios de águas perenes, traduzidos como raras exceções em uma vasta região e que garantiu o fornecimento de água um elemento indispensável às populações locais e fazendas ribeirinha.

A penetração começou, já o vimos, desde o início da colonização e a partir de dois focos principais: Bahia e Pernambuco. A expansão, que neles respectivamente se origina, acaba confluindo e se confunde. Pode, no entanto, ser traçada à parte. A baiana, que por maior e mais característica foi abordada acima, ocupa desde princípios do séc. XVIII toda a área que compreende o atual território do Estado, inclusive a margem ocidental do São Francisco, então ainda parte da capitania de Pernambuco [...] (PRADO, Júnior, p.55).

Não podemos discorrer sobre os sertões da América Portuguesa, sem dialogar sobre a importância do rio São Francisco. O referido rio se tornou um recurso natural tão importante para todos os eventos ocorridos no século XVIII. A expansão da América portuguesa, também foi possível através dessa via, onde os desbravadores usaram para o escoamento de mercadorias e pessoas. O engenheiro Geraldo Rocha ao descrever o rio São Francisco como “fator precípua para a existência do Brasil”, afirmou que ele foi o celeiro das Minas no final do século XVII e início do XVIII, trabalhadores se reservavam às margens conduzindo peixe seco, farinha, e a boiadas. Portanto, o gado não foi o único produto a ser enviado às minas. Essa importante via fluvial transportava para a região mineradora outros alimentos como milho, feijão, carne seca, rapadura, além do que, foi também um importante caminho para o comércio escravagista e novos migrantes e imigrantes vindos de outras regiões.

Um dos precursores na ocupação do caminho que interligava o sertão mineiro e o sertão do rio de São Francisco foi o paulista Matias Cardoso de Almeida, no ano de 1688, já possuía um povoado na região. O povoado que levou o nome de seu filho, Januário Cardoso, foi um dos

caminhos descrito por Quaresma Delgado como a “derrota do rio Verde”, o historiador Erivaldo Fagundes Neves, descreveu em seu livro, *Caminhos do Sertão*, sobre a importância dessa rota. Anos depois, em 1694, após uma grande investida contra os índios do Rio Grande e Ceará, Matias Cardoso de Almeida e muitos companheiros de campanha se instalaram definitivamente no norte mineiro, dominando grandes extensões de terras.

Outra “derrota”, principalmente nas cabeceiras do rio Verde Grande, descia até sua foz, no Rio São Francisco, de onde voltou ao arraial velho de Januário Cardoso ao Arraial Novo dos Morrinhos, e pela margem direita do São Francisco pelo morro do Bom Jesus da Lapa, arraiais de Santo Antônio do Urubu (Paratinga e Bom Sucesso (Ibotirama, até a foz do Paramirim (Morpará. Retornou pelas serras, subiu o curo do Paramirim até a fazenda Riacho de Santana Apolônia (atualmente no município de Macaúbas, deslocou-se para o rio Santo Onofre e subiu o seu curso até as nascentes [...] (NEVES, 2007, p.62.)

Foi nos primeiros anos do século XVIII que houve a consolidação do poderio de uma das famílias exploradoras dos sertões entre Minas e Bahia, os “Cardoso”. A partir do arraial de Morrinhos, também conhecido como Matias Cardoso fundado por Januário Cardoso, filho de Matias Cardoso, os paulistas sujeitaram as tribos ribeirinhas espalhando currais e prósperos arraiais ao longo do rio São Francisco, especializando-se no fornecimento de sal, gado, cavalo e outros produtos às recém-descobertas minas de ouro. Segundo Márcio Roberto Alves Santos, esse arraial era o segundo em população com 160 moradores, “[...] ressaltando a importância logística que teve nas primeiras décadas dos setecentos, quando funcionou como um enclave luso-brasileiro de ocupação [...]” (SANTOS,2010, p 249.).

A imagem <sup>23</sup>abaixo traz um mapa, demonstrando os afluentes do Rio São Francisco em Minas Gerais. É importante salientar que os caminhos que cruzavam o rio São Francisco, do sertão da capitania da Bahia às Minas, se tornaram um grande incentivador para a criação do gado e com o passar do tempo tornou-se intensa a procura de metais. Muitos que participaram da expansão e interiorização da América Portuguesa não retornaram aos seus lugares de origem, com isto, fixaram-se nas Minas Gerais e no sertão do São Francisco, onde fundaram os primeiros povoados. É possível ver a fazenda de Atanásio Cerqueira, o arraial de Matias Cardoso, São Caetano do Japoré, a fazenda de Tabuas e outras.

---

<sup>23</sup> Este mapa foi citado na obra de Jaime Cortesão, com o título de: “Mapa dalguns afluentes da margem esquerda do rio São Francisco no território de Minas”; essa citação está localizada na página 225, do livro, Tomo II.





### 1.3. O Ouro nos Caminhos do Sertão

Os caminhos que cruzam o sertão do rio de São Francisco, tiveram sua efervescência com as descobertas auríferas em Minas Gerais e alguns pontos da capitania da Bahia no decorrer da primeira metade do século XVIII. Gerando uma euforia para boa parte da população das regiões litorâneas, bem como da metrópole portuguesa. Aglomerados de pessoas enveredaram-se para o interior, promovendo um alargamento no processo de povoação, colonização, contribuindo para a expansão de mercados e negócios. Erivaldo Fagundes Neves discorreu em seu livro “*Caminhos do Sertão*” que tais acontecimentos deram origem a mitologias, como também, estimulou devaneios fanáticos sobre o ouro nas Minas, fomentando a sede de riqueza de uma parcela de aventureiros. Bem como, aguçou o desejo de enriquecimento da “plebe”, criando no imaginário dos tais as benesses de atravessar o Atlântico atrás do tão sonhado "Eldorado" nas Américas<sup>25</sup>. Para a Coroa portuguesa, a abertura dessas novas rotas comerciais teve um significado importante, como o reforço de sua presença política na colônia, atuando em todas as esferas, política, comercial e também religioso com o apoio da igreja. E foi através da possibilidade de garantir novas fontes de recursos, que a Coroa aumentou a intensificação tributária sobre a extração do ouro, criando barreiras comerciais, arremate de cargos, concedendo a concessão de monopólios e cargos públicos. Por outra perspectiva, os comerciantes e negociantes viam nessas regiões novos mercados e a acumulação de riquezas. Neste sentido, era exatamente aí que entra o papel dos negociantes, como o cristão-novo, Antônio Rodrigues Garcia e tantos outros cristãos-novos. Fornecendo uma variedade de produtos para aquela população, como fazendas secas e molhadas, escravos, artigos de luxo trazidos de Portugal e de várias partes da colônia, gêneros de primeira necessidade, empréstimos de dinheiro.

Os negociantes do Rio e da Bahia mandavam carregações para as Minas, e como nem todos podiam dispor de caixeiros ou empregados, contratavam homens para o serviço. O comerciante baiano Diogo de Ávila Henriques utilizava-se frequentemente deste expediente. Quando foi preso pela Inquisição em 1726, possuía uma carregação de negros mandados para as Minas, nas mãos de seu primo, Gaspar Henriques e outras na de Jerônimo Rodrigues. Uma terceira de tecidos, em sociedade com Jacinto Barbosa, homem de negócio na Bahia, que enviara a carregação também para as Minas nas mãos do mesmo primo. [...] (FURTADO, 2006, p.126).

---

<sup>25</sup> Afinal, depois de dois séculos de procura vãs, várias pessoas, quase simultaneamente e em diferentes lugares nas cabeceiras do Rio das velhas, encontraram veios auríferos no entorno de 1693, mas os achados significativos surgiram a partir de 1695, quando se iniciaram os deslocamentos de populações e a ocupação territorial do interior da colônia. (NEVES, 2007, p.18).

O fortalecimento do mercado mineiro exigia, entretanto, a aliança entre comerciantes com o próprio Estado português, que segundo Júnia Ferreira Furtado, a descoberta das minas auríferas fez uma grande quantidade de pessoas correrem em busca do ouro. Um número significativo de representantes de casas comerciais, visto que, contava com tal apoio para efetivar seu projeto colonizador. Ainda de acordo com Furtado, “[...] a Coroa utilizou a concessão de títulos para ter ao seu lado o serviço e o capital dos grandes homens de negócio.” (Furtado, 2006, p. 35).

Nesse período, muitas vilas e povoados foram sendo formados, proporcionando uma maior interiorização do sertão do São Francisco. Nesta nova perspectiva de entendimento nascem “os caminhos do Sertão”, estabelecendo a abertura das vias de comunicação, interligando várias regiões da Capitania da Bahia com a Capitania de Minas Gerais. Sendo assim, a historiadora Héliida Santos Conceição, em seus estudos, observou como os rincões sertanejos tiveram sua inserção no Império português. Portanto, ela nos traz uma perspectiva diferenciada de entendimento, para além da historiografia tradicional que ovacionou a expansão territorial e econômica da América portuguesa aos bandeirantes paulistas, dando a eles o papel principal como protagonista na história da interiorização. Para a autora, esse sistema político de inserção estava baseado numa concepção corporativa e polissinodal de sociedade. Sendo assim, tal monarquia baseava-se numa constelação de poderes concorrentes em cuja posição cimeira estava a Coroa.

A descoberta do ouro na capitania da Bahia inseriu o território do sertão no mapa da administração da monarquia pluricontinental, pois transformou as relações existentes entre os diversos agentes que passaram a se relacionar naquele espaço: a coroa, o governo do Estado do Brasil, os sesmeiros, as populações indígenas, os moradores, os homens de negócios, enfim, uma gama de agentes que tiveram oportunidade de atuar nas várias esferas de uma sociedade baseada em princípios corporativos. A edificação das vilas do ouro no sertão da Bahia com a criação de um governo civil, conferiu aos moradores estatutos jurídicos diferentes por criar mecanismos de interação entre os poderes locais e a monarquia pluricontinental (CONCEIÇÃO, 2018. 39.40).

De acordo com a historiadora, Héli da Conceição<sup>26</sup>, a descoberta do ouro na capitania da Bahia<sup>27</sup>, foi um fator essencial para a inserção deste território geográfico no mapa da administração da Monarquia que ela traz como pluricontinental. O conceito de Monarquia pluricontinental discorrido por João Fragoso foi utilizado por Conceição, para Fragoso:

A partir desse momento, no caso português, a ideia de um império ultramarino hierarquizado e rígido passa a ser substituído pela de uma monarquia pluricontinental caracterizada pela presença de um poder central fraco demais para impor-se pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas. (FRAGOSO,2006.).

Assim, Héli da Conceição discorre sobre as transformações entre as relações existentes e os diversos agentes dentro daquele espaço: a Coroa portuguesa e o governo colonial brasileiro, uma gama de agentes que atuaram em várias esferas da sociedade da época. A partir de 1720, este sertão esteve predisposto a várias transformações sociais, gerando mudanças tanto na economia como na política e nas relações sociais, neste sentido, se tornou importante para a coroa portuguesa a exploração territorial, no assentamento de pessoas, gerando um núcleo de povoamento que atenderia aos interesses do governo português no sentido de controlar grupos indígenas.

Na década de 1720 três importantes câmaras do sertão baiano foram edificadas: Jacobina (1722), Rio de Contas (1725) e Minas Nova (1730). Santo Sé e Pambú áreas do Rio de São Francisco dedicadas a criação de gado, foram elevadas à condição de julgados e estiveram subordinados ao termo de Jacobina. A exploração do ouro nestas áreas mobilizou a coroa no sentido de prover a organização político - territorial daquele espaço, além disso, ficou claro que havia a necessidade de implantação de um aparelho judicial e de um sistema de arrecadação fiscal que assegurasse a hegemonia da administração portuguesa nas áreas de mineração. Em 1734 a Comarca da Bahia da parte do sul foi criada por essa ordem régia, mas o seu efetivo funcionamento deu-se somente em 1742 quando foi enviado um ouvidor para a vila de Jacobina. (CONCEIÇÃO, 2018)

---

<sup>26</sup>A edificação das vilas do ouro no sertão da Bahia com a criação de um governo civil conferiu aos moradores estatutos jurídicos diferentes por criar mecanismos de interação entre os poderes locais e a monarquia pluricontinental. Apesar de ser ainda um conceito em construção, a ideia de uma monarquia formada por territórios distribuídos em diversos espaços do ultramar, daí o uso do termo pluricontinental, apresenta-se como uma categoria operativa que busca refletir sobre a capacidade de gestão dessa monarquia, que através das suas diversas jurisdições negociava com os territórios que compunham o seu corpo social. Dessa forma, “por se tratar de um sistema político baseado numa concepção corporativa e polissinodal de sociedade, tal monarquia baseava-se numa constelação de poderes concorrentes em cuja posição cimeira estava a Coroa.” (CONCEIÇÃO, 2018. 40.).

<sup>27</sup>O território compreendido como o sertão baiano adquiriu vasta conotação diante da profusão de agenciamentos ligados aos interesses da coroa, mas que resvalavam nos diversos níveis da ocupação dos espaços territoriais, econômicos, políticos e sociais. Estas relações foram construídas de forma não apriorística ou programada, muito pelo contrário, deram-se com base em conflitos, disputas e violências, não obstante, deixando espaço para a consecução de pactos que visavam reiterar os interesses em jogo. (CONCEIÇÃO, 2018. 41).

O Engenheiro Geraldo Rocha descrevendo sobre a expansão sertaneja, abordou a importância do rio São Francisco para a transformação do potencial econômico do sertão. O referido rio teve um papel muito importante na América portuguesa<sup>28</sup>. Além, da criação do gado, as vilas mineradoras do sertão se tornaram imensos intermédios, entre as zonas de mineração e os portos onde eram escoados os minérios<sup>29</sup>. O processo de exploração aurífero no período colonial, especificamente no século XVIII, corroborou para as atividades comerciais de cristãos-novos entre o Recôncavo Baiano, o sertão do São Francisco e as Minas. Diogo Nunes Henriques<sup>30</sup>, tio de Antônio Rodrigues Garcia foi um dos envolvidos nessas transações comerciais. No capítulo II dessa dissertação, abordaremos sobre as transações comerciais desses cristãos-novos.

Diogo Nunes Henriques dividia-se entre a agricultura, o comércio, as minas e a arrecadação de dízimos para a Coroa. Dono de fazenda nesta Vila, no Sítio do Subaé, onde plantava tabaco e vivia com a sua família, Nunes Henriques transitava constantemente para Ouro Preto comerciando escravos, gado e outras mercadorias. Em Ouro Preto Tinha uma pousada e lá foi capturado pelo Santo Ofício, tornando-se um exemplo de cristão-novo que podia ser morador na Bahia quanto naquela famosa terra do ouro [...]. (SEVERS, 2016. 46).

Neves discorre sobre a edificação de várias vilas, sobre a égide do governo de Dom João V, a vila de Jacobina<sup>31</sup> que foi instalada em 1722, e a de Rio de Contas em 1725, naquele contexto surgiram a “Estrada Real” um ponto imprescindível que interligava essa artéria comercial.

As estradas reais foram, ainda, os eixos principais do intenso processo de urbanização do centro-sul brasileiro. Ao longo do seu leito ou nas suas margens se distribuíram as centenas de arraiais, povoados e vilas em que se organizou a massa populacional envolvida com a economia da mineração e com as economias a ela associadas. O povoado à beira do caminho, com o cruzeiro, a capela, o pelourinho, o rancho de tropas, a venda, a oficina e as casas de pau-a-pique simbolizaram, durante longo tempo, o processo de nucleação urbana do centro-sul da colônia. Povoados e vilas típicos foram visitados e descritos pelos viajantes europeus do século XIX, que nos deixaram páginas e páginas de notas

---

<sup>28</sup> Foi assim o vale do São Francisco um condutor do desbravamento e aproveitamento econômico da maior parte do território nacional [...] (ROCHA,2004, p.41).

<sup>29</sup> As descobertas minerais fizeram surgir redes de caminhos pelos sertões. Do Recôncavo (Cachoeira) partia o principal, que margeava o Paraguaçu, até o Arraial de João Amaro e bifurcava em Tranqueiras, nas cabeceiras do rio de Contas. Uma Alternativa seguia para os “currais do Filgueira” (João Gonçalves Filgueira), nascentes do rio das Rãs, “curral do coronel Antônio Vieira Lima”, arraial de Matias Cardoso, na foz do rio Verde Grande, e subia o São Francisco, até a confluência dos rios das Velhas; a outra possibilidade seria o “Caminho novo” e mais breve [...]. (NEVES, 2007.20).

<sup>30</sup> Homem de negócios, tratantes para as minas, mineiro; Vila de Cachoeira, BA. Vila Rica, MG (ANTT-TSO/IL Proc. 7487).

<sup>31</sup> No século XVIII com o notório interesse que as minas da Jacobina e do Rio de Contas adquiriram perante a Coroa e o governo da Bahia, reiterou-se uma precisa necessidade de não só conhecer, mas, sobretudo, dominar os caminhos. Para isso seria necessário produzir um conjunto de informações que viabilizasse o deslocamento seguro – isso quer dizer, com menos risco de vida e custos - entre o litoral e o sertão. (CONCEIÇÃO, 2018.46).

de viagem sobre as paisagens e os núcleos urbanos que encontraram nas suas jornadas pelos caminhos coloniais brasileiros. (SANTOS, 2001).

Esses caminhos permitiram também, que instaurassem algumas vias para outros fins, como a fuga de escravos, e até mesmo uma rota de cristãos-novos que tentavam através dos caminhos do sertão se ocultar dos olhos do Santo Ofício<sup>32</sup>. Essas vias também foram úteis para a prática de negócios ilícitos.

[...] Caminhos do Alto Sertão da Bahia, por exemplo, serviram ao tráfico de ouro e diamantes de Minas Gerais e de Rio de Contas no Século XVIII e da Chapada Diamantina, no XIX. Em Caetité formaram-se as fortunas, na fase final do Império e inicial da República, de difícil comprovação das origens e de impossível demonstração quantitativa, com o comércio de metais e pedras preciosas que o município não produzia. Havia intercâmbios com Grão-Mogol e Diamantina, em Minas, Vila Boa, em Goiás, Lençóis e toda a região de lavras, na Bahia, através dos quais se dissimulava o tráfico de minerais que de Caetité se evadiam sem dificuldade, numa constante burla ao fisco. (NEVES, 2007.21).

Segundo Júnia Ferreira Furtado<sup>33</sup> no século XVIII a penetração no que diz respeito ao povoamento do Brasil, foram fatores primordiais para que a Metrópole abrisse novas rotas comerciais, com a capacidade de abastecer uma população que estava afastada do litoral e dos portos - em um constante crescimento. Esses novos caminhos levariam principalmente as mercadorias que vinham do exterior. Os caminhos do sertão conduziram um contingente do gênero humano bem elevado, em relação a etnias, o fluxo de forasteiros como, os africanos e seus descendentes, indígenas que na grande maioria foram dizimados, ora, pela expansão territorial, ora, pela corrida do ouro. Dentre os lusos que percorriam os caminhos dos sertões estavam os cristãos-novos.

A região do sertão, com inúmeras ramificações do caminho que, da Bahia, ligava a região das Minas, por onde passava os viandantes com suas carregarções e as boiadas que iam abastecer de carne a população que aumentava constantemente na área mineradora central, foi lugar de refúgio de parte dessa comunidade. Entre e nas incontáveis fazendas que se espalhavam pelos caminhos, locais de pouso para viajantes, foram-se fixando muitas famílias de cristãos-novos esperando que o ermo do lugar os protegesse das garras da Inquisição e que o contínuo trânsito de mercadores lhes provesse a ligação com o litoral, trazendo e levando as mercadorias. Os sertões e os confins da região mineradora tornaram-se ponto estratégico para abrigar uma comunidade de refugiados, como era o caso dos cristãos-novos, muitos já acostumados com o trato mercantil. (FURTADO, 2014. 171).

---

<sup>32</sup> [...] este paulista, diziam, se retirara de São Paulo e das minas Geraes, receoso das ordens do Santo *Officio*; e ao que parecia a todos, a vida era má, e o coração cruel, porque matava por cousas mui leves, e a sua gente o servia mui violenta, pois a cada hora esperava cada qual *d'elles* a da sua morte [...]. (NEVES, 2007.40, 41).

<sup>33</sup>O descobrimento do ouro na região das Minas no final do século XVII acelerou o processo e o estabelecimento de novas Rotas [...] (FURTADO, 2006. 18).

O mapa abaixo apresenta as rotas de circulação, dentro da configuração territorial dos caminhos que ligavam o sertão do rio de São Francisco às Minas Gerais setecentistas. Quando foram descobertas e exploradas as minas de ouro e diamante em seu interior. Tais rotas foram cruciais para o trânsito do comércio por - cumprirem seus objetivos de escoamento e controle do fluxo dos metais preciosos e demais produtos. Essas rotas foram munidas com diversos equipamentos de fiscalização, bem como de abastecimento.

Figura 3: Caminhos do Interior de Minas, a Comarca de Rio das Velhas<sup>34</sup>.



<sup>34</sup> Imagem custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro. (cód. 777.1 – M297m)

Ao analisarmos a imagem do mapa Caminhos do interior de Minas, a Comarca de rio das velhas, visualizamos a importância desse espaço geográfico que esteve intercalado aos sertões baianos. Neste sentido, perpassava de uma região onde havia uma grande sede administrativa da comarca do Rio das Velhas, gerando um tipo de organização basicamente diverso das regiões mineradoras, embora sua formação e desenvolvimento estivessem intimamente ligados a estas. De acordo com Anastasia eram vias que interligavam o comércio “[...] a região intermediar o fluxo de mercadorias que envolveu tanto o setor minerador da própria Capitania quanto Bahia, Maranhão, Goiás e Mato Grosso.” (ANASTASIA, 1989, p. 75). Esses caminhos, a Estrada Real do sertão, conhecida no início como o Caminho dos Currais do Rio das Velhas, foi uma das importantes vias do Rio de São Francisco que ligavam as minas de ouro aos núcleos mais importantes, como também uma rota de comerciantes, viajantes, baianos, paulistas e portugueses. Carla Anastasia em suas análises discorreu sobre o tema.

O Sertão do São Francisco esteve, no período colonial, sob a jurisdição da Comarca do Rio das Velhas. Embora distante de Sabara — sede da comarca — a sua inclusão na Comarca explicasse pela indefinição dos limites territoriais de cada jurisdição. (ANASTASIA, 1989, p. 75).

O estudo sobre o sertão do São Francisco, teve como um dos seus objetivos analisar sua importância para o comércio ultramarino, inserindo a presença do cristão-novo nesta espacialidade, delimitada geograficamente na atualidade como região do Médio São Francisco. Investigando a trajetória de Antônio Rodrigues Garcia neste contexto geográfico mostraremos de forma documental que na região do Sertão Sanfranciscano houve um trânsito de cristãos-novos com práticas comerciais e judaizantes, demonstrando a importância deste território e sua inserção no comércio ultramarino. A presença desses indivíduos circulando no sertão, muito mais do que o estabelecimento de redes comerciais, nos evidenciou os expedientes de conexão do sertão com o movimento mais global das redes de comércio ultramarinas. Russell Wood, em sua obra *Histórias do Atlântico- Português* buscou desenvolver uma análise de um Império Português transcontinental e demonstrar que o Atlântico exerceu grande influência no desenvolvimento econômico, político, social e cultural nas regiões interligadas por ele. O autor abordou o estudo das fronteiras do Império português como uma metáfora analítica para estabelecer as relações entre portugueses, índios e africanos na América portuguesa. Sobre a aplicabilidade do conceito de fronteira, enquanto uma categoria geográfica, o autor sugere que essa função não se adequaria à realidade colonial da América portuguesa. Todavia, ressaltou que a categoria utilizada na época para definir o termo e que mais se aproximaria nesse sentido seria o “sertão”. Essas análises também, são importantes para a discussão que foi proposta neste

estudo, sobre o conceito de sertão. Russell Wood do mesmo modo pontuou sobre a percepção europeia na construção do conceito do “sertão”, que foi tido como espaço marginal, não católico, desordeiro, de terras a serem conquistadas. Logo, foi indispensável para a pesquisa entender os sujeitos que viveram neste “sertão”, sendo assim, foi importante demonstrar todo o dinamismo do sertão do rio de São Francisco no século XVIII.

Podemos então afirmar que, o sertão do rio de São Francisco, desempenhou um papel fundamental como espaço de circulação de comerciantes cristãos-novos, e como um território oportuno para o estabelecimento das redes de negócios entre os séculos XVII e XVIII. É inegável a importância do sertão para a América portuguesa. Ao longo deste capítulo, exploramos como essa região desafiadora foi primordial para o desenvolvimento econômico e social da época. Através das rotas comerciais estabelecidas, o sertão se tornou um ponto de encontro entre diferentes culturas, povos e estratégias. Impulsionando o estabelecimento das redes de negócios neste contexto histórico. Além disso, o sertão do rio de São Francisco, com sua localização estratégica, funcionou como ponto de convergência das rotas de comércio interno da América portuguesa. Isso possibilitou a conexão de diferentes mercados e a formação de importantes relações comerciais. Nesse sentido, o sertão do rio de São Francisco foi um espaço fundamental para a implantação das redes de comércio, dentro dessa espacialidade evidenciando sua relevância como território.

É importante ressaltar que, a presença dos cristãos-novos no sertão do rio de São Francisco não estava isenta de tensões e conflitos. Durante o período da Inquisitorial, eles foram alvo de perseguição e discriminação religiosa. No entanto, muitos conseguiram manter suas identidades cristã-nova de forma clandestina, utilizando-se de suas redes de contatos e conhecimentos para escapar da vigilância das autoridades. Em suma, a inserção do sertão do rio de São Francisco no sistema da economia da América portuguesa pode ser compreendida a partir das redes comerciais instauradas na região, nas quais os cristãos-novos desempenharam um papel de destaque. Essas redes não apenas impulsionaram o comércio local, mas também estreitaram os laços entre o sertão e o litoral.

## CAPITULO II

### **Antônio Rodrigues Garcia: do reino português aos caminhos dos sertões do Rio de São Francisco**

*“Somos assim: sonhamos o voo, mas tememos a altura. Para voar é preciso ter coragem para enfrentar o terror do vazio. Porque é só no vazio que o voo acontece. O vazio é o espaço da liberdade, a ausência de certezas. Mas é isso o que tememos: o não ter certezas. Por isso trocamos o voo por gaiolas. As gaiolas são o lugar onde as certezas moram.”*

*Fiodor Dostoiévski, Os Irmãos Karamazov.*

#### **2.1 A transferência para a América portuguesa**

As fontes inquisitoriais expressam uma mescla de informações importantíssimas que nos permite vislumbrar as mais variadas temáticas dentro dos processos, podendo assim, ser abordadas em vários ramos de pesquisas sobre a Inquisição. O processo de Antônio Rodrigues Garcia nos traz algumas informações construídas em torno de sua trajetória pela América portuguesa, um legado para a posteridade, sua vida não se resume entre a migração do Reino à vila de Cachoeira no Recôncavo da Bahia. De lá teria ido para as Minas Gerais com seu irmão Domingos Nunes, fixando residência por algum tempo na casa de seu tio Diogo Nunes Henriques, um grande comerciante que comandava uma poderosa rede de comércio ligando as praças ultramarinas. No século XVIII, Rodrigues Garcia se estabeleceu no sertão do rio São de Francisco, nos limites da Capitania da Bahia.

O cristão-novo, Antônio Rodrigues Garcia, nasceu provavelmente no ano de 1694,<sup>35</sup> em Frexeidas, uma freguesia do Conselho de Pinhel, que estava sob a jurisdição Eclesiástica do bispado do Viseu em Portugal<sup>36</sup> ele era filho dos cristãos-novos- Antônio Rodrigues Garcia,

---

<sup>35</sup> A data estimada do seu nascimento está baseada em seus depoimentos na Mesa do Santo Ofício.

<sup>36</sup> ANTT/TSO/IL Proc. N° 6292. *Processo de Antônio Rodrigues Garcia.*

homem de negócios que vivia de suas rendas- e Maria Nunes. Antônio Rodrigues Garcia foi sentenciado pela Inquisição de Lisboa por crenças de judaísmo no ano de 1733. A Família de Rodrigues Garcia é um exemplo de como a aversão aos conversos norteava a vida dos cristãos-novos portugueses. Neste sentido, ele teve uma numerosa ascendência familiar perseguida pelos Tribunais do Santo Ofício em Portugal e na Espanha.

Desde muito novo Antônio Rodrigues Garcia, conheceu com sua família (pais, irmãos, tios e primos) o terror dos Estaus. O Palácio dos Estaus situava-se no Rossio, em Lisboa, e foi construído - no século XV com o objetivo de ser o Paço Real, entretanto no século XVI, este palácio abrigou, a sede do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. Seus cárceres, durante o período inquisitorial, foram os mais temidos pelos réus da Inquisição. Tendo um contingente numeroso de pessoas transitando por eles, principalmente os descendentes de judeus, os cristãos-novos. Estes tiveram suas trajetórias de vida demarcadas pela estadia nesse local, ora nas mesas de interrogatório, ora nos cárceres entre torturas, muitos não conseguiram sair com vida de suas celas, como foi o caso de Domingos Nunes, irmão de Rodrigues Garcia.

Em uma de suas primeiras confissões, Rodrigues Garcia disse ser batizado, mas não tinha conhecimento sobre seus padrinhos e - relatou que não participou da Crismação<sup>37</sup>, um dos sacramentos mais importantes para o Cristianismo, no qual o cristão recebia a sua afirmação na fé católica. O ano do seu nascimento é incerto, entretanto, pode-se aferir, de acordo com sua idade confessada no momento de sua prisão, o ano de 1694. O contato de Antônio Rodrigues Garcia com o judaísmo deu-se na infância em casa de sua parenta Antônia Pereira da Paz, viúva, provavelmente sua tia - em segundo grau que lhe inseriu no ensino da lei de Moisés - no ano de 1706. Essa passagem na vida dos cristãos-novos se relaciona com o momento quando recebem o conhecimento sobre sua ascendência judaica, e se assumem as crenças nas leis do judaísmo, sendo assim, são incumbidos com a obrigação de cumprir diversos preceitos religiosos. Antes de ser preso Antônio Rodrigues Garcia manteve-se por um tempo praticando secretamente cerimônias na companhia de judaizantes por ele mencionado em suas andanças. Segundo a historiadora Suzana Severs, quando a criança começava a ter o discernimento e também discricção, era-lhes revelado secretamente a sua origem judaica.

[...] a transmissão do judaísmo ocorreu de uma faixa etária média entre doze e quatorze anos de idade; em alguns casos excepcionais, mais jovens, ao sete,

---

<sup>37</sup> Chama-se Crisma (nas Igrejas Orientais: Crismação com o Santo Myron) por causa do rito essencial, que é a unção. Chama-se Confirmação, porque confirma e reforça a graça batismal.

oito, dez; e outros raros, mais tarde aos dezoito, vinte anos de idade. Era mais ou menos o mesmo período em que as crianças judias celebravam o *Bar-Mitzvah* e as católicas a Primeira Eucaristia. Momento em que assumem as responsabilidades religiosas do mundo adulto – um rito de passagem, em linguagem antropológica. (SEVERS, 2016.126).

Antônio Rodrigues Garcia contou aos inquisidores que, quando rezava o Padre-nosso, não pensava em Jesus, pois não cria nele, já que ainda aguardava a vinda do Messias como os judeus esperavam. Também não acreditava no mistério da Santíssima Trindade, nem nos sacramentos da Igreja Católica, ou no poder da confissão para salvação de sua alma. Ele guardava “os sábados de trabalho como se fossem dias santos”, neste dia não comiam carne de porco, lebre, coelho e peixe de pele e acreditavam que só existia um Deus, como uma só pessoa. Comemorava a Páscoa e fazia o jejum do Dia Grande (*Yom kippur*) e o da rainha Ester (*Purim*), que caía entre os meses de janeiro e fevereiro, fazendo jejuns também aos sábados lavando a boca três vezes comunicando essas coisas com pessoas de sua “nação”. O *Yom Kipur* é uma das datas mais importantes do Judaísmo por ser o dia mais sagrado do calendário judaico, também conhecido como Dia da Expição e Dia do Perdão, um feriado judaico onde é feito o jejum extremo e de intensa oração. No calendário judaico, o *Yom kippur* começa no crepúsculo, no décimo dia do mês hebreu de *Tishrei* (coincide com setembro ou outubro), que começa no pôr do sol do dia anterior e que acaba com o nascer das estrelas - ao anoitecer.

Que haverá vinte e seis anos pouco mais ou menos, nesta cidade de Lisboa em casa de Antônia Pereira da Paz, xn viúva, não sabe de quem é filha, natural da Província da Beira e moradora nesta cidade, não sabe se viva ou defunta, ou que foste presa ou apresentada e viria a ser parente dele confitente, se achou com ela, estando ambos sós lhe disse a dita Antônia Pereira da Paz que se queria salvar sua alma na dita crença da Lei de Moisés em que só se podia salvar e não a de Cristo e que essa falara, e que por observância da dita Lei reza-se o Pai Nosso sem dizer Jesus no fim, jejua-se aos sábados estando sem comer e nem beber desde a sexta feira ao jantar até o sábado depois de sair a estrela e que então ceia-se coisas que não fossem carne, lavando a boca três vezes antes de ceiar. [...]. (ANTT/TSO-IL Proc. Nº 6292. F. 24, 25, 26.)

Os relatos de Antônio Rodrigues Garcia indicam que passou uma parte de sua infância em Lisboa, e no mesmo ano de 1706, estava com seu irmão Domingos Nunes no Estanco Real do tabaco na referida cidade – no qual estavam trabalhando em desfolhar tabaco. Foi na mesma ocasião, em que seu irmão lhe perguntou se ele cria na “Lei de Moisés”, respondendo-lhe que cria e vivia nela para a salvação de sua alma. Esses dois relatos sobre sua infância e adolescência nos mostraram como a mobilidade social dos cristãos-novos era intensa, na maioria das vezes os filhos ficavam com os parentes os quais eram encarregados de transmitir o ensino da lei mosaica.

A mãe de Antônio Rodrigues Garcia, já era morta nessa época e o pai como relatou, era um mercador e também homem de negócio.

Rodrigues Garcia logo percebeu que as suas oportunidades com o comércio estavam no sertão do rio de São Francisco, espaço por onde circulavam viajantes na América portuguesa. Possivelmente concretizaram essa ideia nas longas conversas mantidas na casa de seu tio Diogo Nunes Henriques. De acordo com Servers:

A Bahia do século XVIII, como nos séculos anteriores, continuou recebendo cristãos-novos vindos de Portugal. A conjunção de fatores que marcou esses deslocamentos em direção à Colônia nos séculos XVI e XVII manteve-se determinante também para o período setecentista. Além da constante ameaça inquisitorial, levando cristãos-novos para fora da Península Ibérica o que chama a atenção, como atrativo para o assentamento na Colônia no início desta centúria é a possibilidade de uma afirmação econômica e social graças às amplas possibilidades abertas pelo avanço do capitalismo comercial e pelo extrativismo mineral, embora em menor incidência no que diz respeito à Bahia. (SERVERS, 2016. 20)

Apesar de haver uma confluência de fatores para que Antônio Rodrigues Garcia deixasse Portugal, uma nova vida no trato comercial não deixava de ser convidativa, com as oportunidades mercantis que pudessem aparecer na América portuguesa. Havia também a benesse de se distanciar ainda mais dos olhos do Santo Ofício. Junto com Antônio Rodrigues Garcia, muitos outros cristãos-novos também embarcaram para a América portuguesa pelos inúmeros motivos já citados. O Brasil se tornou para a comunidade de cristãos-novos um ponto de refúgio e esperança. Seu primo Jerônimo Rodrigues com sua mulher Guiomar da Rosa e três filhos, natural do lugar de Escalhão. Esse cristão-novo atravessou o Atlântico chegando então no porto de Salvador, onde teria a oportunidade de expandir no ramo dos negócios, participando da mesma rede comercial do seu tio Diogo Nunes Henriques.

E foi durante a primeira metade do século XVIII a partir das relações estabelecidas com os cristãos-novos na Bahia, que Antônio Rodrigues Garcia se constituiu, não de forma unívoca, uma rede de relações sociais, que naquele contexto os levaram para a América portuguesa a partir da ligação com extensas redes de parentesco que poderiam ter sido previamente estabelecidas no reino. Outros, porém, por conjugarem interesses comerciais e outros por manterem práticas judaizantes que também serviam como um aporte para mantê-los ligados à identidade mosaica. Para Neusa Fernandes<sup>38</sup> eles constituíram-se em uma imensa camada social ativa, mesclando ideias modernas com práticas de negócios.

---

<sup>38</sup>FERNANDES, Neusa. A Inquisição em Minas Gerais no Século XVIII. Mauad Editora Ltda. Rio de Janeiro-2022

Antônio Rodrigues Garcia foi um comerciante português, que teceu alianças com vários personagens durante sua trajetória mercantil. Ele explorou diversas regiões da América portuguesa, comandando pessoalmente seu comboio de produtos pelo sertão. Entre os anos de 1717 e 1730, Rodrigues Garcia subiu e desceu por diversas vezes o caminho do sertão até as Minas, comercializando, escravos e outros artigos que adquiria em Cachoeira e em Salvador. Contou com o apoio de sujeitos no qual fez amizades e contatos com homens de força militar e que estivessem interpostos nos negócios da região, como o Capitão Gregório Pereira de Abreu e o Capitão José Marques da Silva.

Minas Gerais, foi um dos lugares em que mais Antônio Rodrigues Garcia esteve presente, transitando por Curralinho no Sítio chamado Passagem de José Lopes na casa de seu tio Diogo Nunes Henriques, em companhia de vários outros cristãos-novos, como Manuel Nunes da Paz, Jerônimo Rodrigues e João Lopes. Nessa região, ele estabeleceu parcerias comerciais com Nunes Henriques, comprando alguns de seus produtos como o gado, cavalos, e escravos vendendo-os em outras regiões dos sertões do São Francisco.

Em Salvador, Antônio Rodrigues Garcia também percorreu constantemente por ser um centro administrativo e econômico da América portuguesa era um importante polo de transações comerciais. Lá mantinha negócios com seu primo, o tratante Jerônimo Rodrigues. Garcia soube aproveitar as oportunidades de suas viagens no trato mercantil, para também reunir-se com seu grupo de cristãos-novos, realizando práticas e cerimônias criptojudaias.

Garcia também explorou a região do Sítio do Subaé, no Recôncavo da cidade da Bahia. Essa área era estratégica, por fazer uma ponte comercial, que permitia a circularidade de mercadorias para várias outras localidades. Antônio Rodrigues Garcia usufruiu essa localização privilegiada realizando negócios e participando de uma extensa rede de cristãos-novos. As viagens de Antônio Rodrigues Garcia não se limitaram apenas à Bahia e a Minas Gerais. Ele também comercializou mercadorias em outros locais, no Piauí com seu primo Manuel Cardoso. O sucesso de Antônio Rodrigues Garcia pode ser atribuído à sua habilidade em identificar oportunidades de negócios. Rodrigues Garcia foi um homem de negócios que desbravou o sertão do Rio de São Francisco através de suas andanças no trato mercantil.

## **2.2 A rede familiar de Antônio Rodrigues Garcia, genealogia e o assentamento na praça comercial:**

Antônio Rodrigues Garcia estabeleceu sua moradia no sertão do rio de São Francisco, e “sempre esteve morando por lá”<sup>39</sup> até sua prisão no ano de 1731. Este cristão-novo, estabeleceu laços comerciais e de sociabilidades com muitas pessoas, conforme foi descrito por ele, “[...] e em todas as ditas terras falava com todo o governo de pessoas que lhe ofereciam ou fossem cristãos velhos ou cristãos novos.”<sup>40</sup> Essas relações sociais entre cristãos-novos e cristãos-velhos, foi um tema observado por Suzana Severs que fez uma explanação sobre a convivência entre cristãos-novos e cristãos-velhos no século XVIII, a autora em suas análises pontuou que estas relações ocorriam de forma amigável.

As relações sociais entre cristãos-novos e cristãos-velhos, ainda que não tenham sido encontrados exemplos de casamentos entre eles, estavam firmadas em bases de amizade e vínculos de compadrio. Cristãos-novos, independentemente da posição socioeconômica que gozavam, tinham entre seu círculo de amizades figuras proeminentes da sociedade local, autoridades civis e mesmo religiosas, uns mais próximos outros mais distantes. (SERVERS, 2018. 63)

Rodrigues Garcia morador no sertão do Rio de São Francisco no lugar denominado de “Ermida do Bom Jesus da Lapa”. Há uma certa dualidade em relação ao nome específico deste local. Este estudo visualizou dois topônimos designados para o dito espaço. O outro nome observado no processo de Antônio Rodrigues Garcia foi nominado nos seguintes trechos: “[...] morador no dito sítio da Ermida de Nossa Senhora da Lapa<sup>41</sup>, distante meia légua da fazenda a que chamam Itibiraba, sertão da dita cidade da Bahia.”<sup>42</sup>. Segundo Gabriela Amorim Nogueira - a Fazenda Itibiraba pertenceu a Joana da Silva Guedes de Brito, herdeira do Morgado dos Guedes de Brito, a famosa “Casa da Ponte”. A Fazenda do Morro, conhecida como Fazenda Itibiraba, foi uma das propriedades de terra criadas por Guedes de Brito, onde posteriormente o povoado de Bom Jesus evoluiu. Sendo assim, podemos presumir que neste local, onde o personagem fixou sua residência, estava localizado nas proximidades da Gruta do Bom Jesus Da Lapa. Nogueira relatou em seu estudo a localização do Santuário do Bom Jesus, que segundo ela estava instalado na gruta da fazenda Itibiraba.

---

<sup>39</sup> Como descrito em seu processo; “[...]e daqui passou para o Estado do Brasil onde sempre assistiu no Sertão da Bahia [...]. ANTT/TSOL-IL Proc. Nº 6292. F 54. Processo de Antônio Rodrigues Garcia.

<sup>40</sup> (ANTT/TSOL/IL, proc.-6292- f-54)

<sup>41</sup> Nossa Senhora da Lapa faz menção a Nossa Senhora da Soledad, uma imagem que foi levada para a Gruta pelo português Francisco Mendonça Mar em 1691.

<sup>42</sup> (ANTT/TSOL/IL, proc.- 6292- f- 09)

O “Sanctuario do Senhor Bom Jesus da Lapa”, instalado na gruta da fazenda Itibiraba, merece atenção especial, por ser um *locus*, dentre os mais importantes, de movimentação populacional dos sertões sanfranciscano desde o Setecentos. A gruta da Lapa, como ficou conhecida, ganhou notoriedade com a chegada do peregrino Francisco de Mendonça Mar, que, em 1691, passou a fazer morada nessa gruta. Outras versões são apresentadas pela oralidade para a origem do Santuário do Bom Jesus da Lapa na referida gruta, dentre elas a mais conhecida “[...] é o relato de um vaqueiro que encontra a imagem do Bom Jesus, através de um boi que se tresmalha do rebanho, indicando-lhe o lugar sagrado” (STEIL *apud* NOGUEIRA, 2011, p. 54).

*O Dicionário Biográfico* de Ergon e Frieda Wolff também nos traz uma referência acerca da passagem de Rodrigues Garcia por Minas Gerais. Todavia, os dados de Antônio Rodrigues contidos no Dicionário biográfico, informam equivocadamente sua filiação e seu local de moradia. Ainda que as informações sobre idade, saída em auto-de-fé e o número do processo estejam corretas, Rodrigues não era filho de Domingos Rodrigues, este era seu tio paterno, mas filho de seu homônimo Antônio Rodrigues Garcia. Certamente, Wolff confundiu tio com o pai.<sup>43</sup> Alguns apontamentos sobre esse personagem também trazem essa filiação, ao cruzarmos as informações contidas no processo de Antônio Rodrigues Garcia e outros processos da sua rede familiar e social, percebemos essas inconsistências sobre sua identidade, mas que a pesquisa vem ao longo dos estudos tendo a percepção que se trata do nosso personagem principal. Dentro desse contexto, examinando todos os resquícios possíveis dessa trajetória, essas análises minuciosas se tornaram um elemento crucial e balizador para elucidar todas as questões que envolvem esse cristão-novo.

---

<sup>43</sup>: “filho de Domingos Rodrigues, solteiro, 39 anos. Tratante. Saiu do alto de fé de 20-09-1733, condenado à cárcere e hábito ao arbítrio (TT n° 6292)”. (WOLFF, 1986. 84).

Figura 4: Gruta do Bom Jesus da Lapa



Riedel, Augusto, 1836-ca.1877. Viagem de S.S.A.A. Reaes Duque de Saxe e seu augusto irmão D. Luís Philippe ao interior do Brazil no ano 1868.

As genealogias dos cristãos-novos contidas nos processos, são valiosas informações para este tipo de pesquisas, pois através delas é possível analisar os dados familiares dos réus, e para os inquisidores tinha a função de monitorar a rede de judaizantes a que esses cristãos-novos pertenciam. Sendo assim, ao analisá-la, o Santo Ofício percebia que o crime de judaísmo, ali descrito não correspondia apenas ao indivíduo, mas englobava outras pessoas que desfrutavam de seu convívio. Na audiência do dia 12 de maio de 1733, Antônio Rodrigues Garcia declarou sua genealogia, suprimindo algumas informações acerca da família, a exemplo do nome de seus avós<sup>44</sup>, dizendo não saber.

Porém, a primeira geração dos Nunes (sobrenome da família de sua mãe) de que temos conhecimento a partir da genealogia presente nos processos é do avô materno de Antônio Rodrigues Garcia, Manuel Fernandes<sup>45</sup>, de alcunha “o Faim”, que no dia 23 de maio de 1669,

---

<sup>44</sup> Obtivemos os nomes dos avós e bisavós através do processo de seu avô materno Manuel Fernandes, que se casou com Brites Rodrigues. Os pais de Fernandes chamavam-se Fernão Nunes e Catarina Guterres

<sup>45</sup> ANTT/TSO-IC Proc. n° 4608

com a idade 45 anos, se apresentou ao Tribunal do Santo Ofício em Coimbra, descreveremos sobre Fernandes no decorrer da dissertação. Rodrigues Garcia era um dos filhos do meio de Antônio Rodrigues Garcia, homem de negócios e Maria Nunes. Sobre seu pai, disse que também foi preso pela Inquisição, porém não encontramos o seu processo, não ficou claro o local do seu nascimento, contudo, no processo de seu irmão Domingos Nunes, foi possível verificar que seu pai era natural de Frexeidas, e que foi morador de Pinhel. O personagem teve dois irmãos e três irmãs a saber: Domingos Nunes,<sup>46</sup> tratante e morador nas Minas Gerais, no sítio do Curralinho de Joseph Lopes, este teve dois filhos: Daniel, de dois anos de idade, filho de Helena Rodrigues que foi moradora nas Minas e Rita de sete anos, filha de Anita Rodrigues, moradora no Rio de Janeiro.

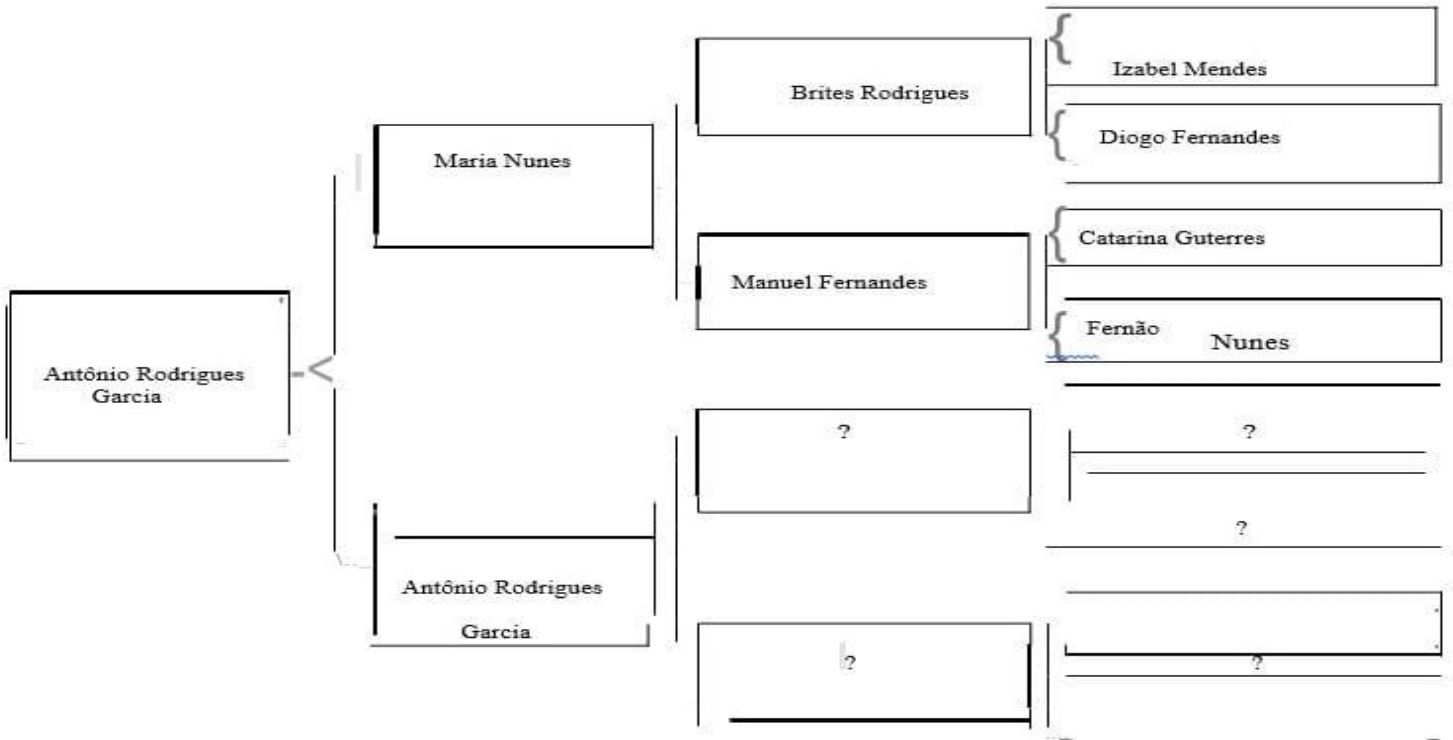
Os outros irmãos Manoel Rodrigues, foi morador em Castela, Antônio Rodrigues Garcia não soube dizer se estava vivo ou morto, afirmando em seu depoimento que há muito tempo não tinha contato com ele. Maria Nunes, Ana Rodrigues e Beatriz Rodrigues eram solteiras e moradoras na Vila de Pinhel, quando ele, Rodrigues Garcia ainda residia no Reino, de acordo com as informações que ele relatou. Declarou que tinha um tio paterno chamado Domingos Rodrigues Garcia, morador em Penedos, mas foi impreciso sobre este seu parente, pois não soube informar de onde era sua origem e sua moradia. Destacou os tios maternos: Diogo Nunes Henriques, morador em Minas Gerais, que relataremos logo adiante, Ana Mendes, moradora em Vila de Cachoeira.

Um outro tio, também descrito por Rodrigues Garcia foi o cristão-novo Antônio Nunes, homem de negócio, casado a segunda vez com a cristã-nova Catarina de Leão nos quais foram naturais e residentes em Pinhel, os filhos foram Izabel Nunes, Maria Nunes e Ana Nunes, ambos naturais de Pinhel. Sobre os primos destacou Manuel Nunes da Paz. Antônio Rodrigues Garcia disse ser solteiro e sem filhos. Prosseguindo sua confissão disse que era batizado, e que no tempo de sua iniciação fazia as boas obras de cristão; “E logo posto de joelhos se (...) e benzeu e disse as orações e doutrina a saber, Padre nosso, Ave Maria, Salve Rainha, credo, mandamentos da Lei de Deus e os da Santa Madre igreja que todo soube muito bem.” (ANTT/TSO-IL Proc. N° 6292. F 53.).

---

<sup>46</sup> ANTT/TSOL/IL Proc. N° 1779. Processo de Domingos Nunes.

Figura 5: Genealógica de Antônio Rodrigues Garcia



ANTT/TSO-IL Proc. Nº 6292

As histórias de personagens como Antônio Rodrigues Garcia não podem ser restritas aos relatos, que foram confessados ou denunciados nos autos processuais, muito menos encerram-se no auto de fé, tampouco no cumprimento das prerrogativas das sentenças. Entretanto, é possível vislumbrar suas vidas nas nuances das entrelinhas das fontes inquisitoriais para além do que ficou arrolado como resultado do poder de coerção dos ritos processuais impetrados pelo Santo Ofício. De todo modo, não foi possível descobrir mais informações sobre os percursos que tais personagens seguiram posteriormente às suas sentenças. Acerca de Antônio Rodrigues Garcia, temos seu processo, os de sua rede familiar e de amigos, que nos fornecem uma gama de detalhes, onde pouco a pouco procurou-se construir essa imensa colcha de retalhos. Pertencente a um grupo social maculado pelas insígnias do Santo Ofício e pelo estigma de serem descendente dos judeus, os cristãos-novos. Ele conviveu em meio a uma mocidade que girava em torno à perseguição empreendida pela Inquisição aos seus familiares e amigos, àqueles que embrenhados pelos laços de sangue e compadrio abrangiam o seu cotidiano. Estes acontecimentos, todavia, marcaram por demais o jovem Antônio Rodrigues Garcia, por toda a sua trajetória, a ponto de influenciar nas suas escolhas.

### 2.3 Diogo Nunes Henriques: redes de comércio entre cristãos-novos.

Os sertões do rio de São Francisco foi um entreposto comercial que movimentou as redes de comércio, os inúmeros lugarejos e fazendas espalhadas pelo caminho se tornaram lugares de pouso para os viajantes, como descrito anteriormente nesta pesquisa. Muitos cristãos-novos estiveram no sertão, fixando moradia ou de passagem, pois o significativo trânsito do comércio lhes atestava um rendoso negócio. E foram nesses caminhos que os cristãos-novos usaram de muitas estratégias para se manterem no trato mercantil, Diogo Nunes Henriques, tio materno do personagem, conduzia boiadas nesses caminhos, tendo uma extensa família de cristãos-novos envolvidos em vários negócios entre Bahia, Minas e Rio de Janeiro. A historiadora Natália Martins em sua pesquisa fez apontamentos sobre o comércio do gado, para ela o perfil do comércio de gado *vacum* e cavalariço soava perfeito para alguém como Diogo Nunes Henriques, outro quesito importante citado foi o uso de tal mercadoria, além da carne, o couro era item importante para “encourar”.

Desfrutando de um enriquecimento comercial e perfeitamente adaptado às condições da colônia, Diogo Nunes Henriques e seus companheiros souberam jogar conforme as regras do jogo. Se aliaram a importantes comerciantes cristãos-velhos e estavam diretamente ligados à circulação dos produtos pelas praças principais: Bahia Minas e posteriormente ensaiaram alguma influência no Rio de Janeiro. (MARTINS,2015. 104.).

Outro importante fator para a expansão bovina no sertão era a utilidade dos bois do tipo “carro”, também chamados “cavalariço” eram usados como força motriz, seja no arado ou no transporte, essenciais para as lavras de mandioca e cana de açúcar. Diogo Nunes Henriques foi um dos elementos principais para a trânsito comercial de Antônio Rodrigues Garcia nas vias sertanejas, teceu arranjos e não estava sozinho. Logo, contaria com parcerias e sociedades importantes para seguir com seus negócios, envolvendo uma variedade de pessoas. Desta forma, o cristão-novo colaborou para a formação de um poderoso grupo comercial, a aproximação entre Antônio Rodrigues Garcia e seu tio perpassava entre laços comerciais e judaizantes, sendo descrito por Rodrigues Garcia em uma de suas confissões:

Se achou ele confitente nas Minas Gerais e Sítio a que Chama a Passagem de José Lopes em Casa de seu tio Diogo Nunes Henriques de quem acima disse, com ele e com o sobre dito Manuel Nunes da Paz filho do mesmo e com os ditos Jerônimo Rodrigues e João Lopes Alves dos quais todos tem dito e companhia estando todos juntos a saber, ele confitente, os ditos Diogo Nunes Henriques, Manuel Nunes da Paz, Jerônimo Rodrigues e João Lopes Alves ficaram juntos no dito jejum do dia grande estando sem comer nem beber desde a véspera à noite até o dia seguinte as mesmas coisas que cearam juntos ainda que o dia

saíram fora. E declarara que no dito jejum do dia grande de que acima disse também estiveram sem comer e sem beber desde a véspera à noite até o dia seguinte as mesmas coisas e não desde o jantar da véspera como por equivocação disse os mesmos estava nos outros jejuns que faria pelo decorrer do ano. (ANTT-TSOL/ IL -proc. 6292- f- 31.).

A importância dos laços de sangue, da solidariedade étnica das redes de comércio, eram fundamentais para que esta vasta rede de comerciantes se movimentasse, neste sentido, algumas dificuldades eram sanadas principalmente pela condição do *status* social de cristão-novo. Antônio Rodrigues Garcia desfrutou da sorte de encontrar na América portuguesa um parente rico e de posses, garantindo assim sua ascensão social. As práticas sociais destes cristãos-novos de origem portuguesa visavam o reforço do poder de influência familiar através de uma estratégia que foi partilhada por todos os seus membros. A família de Henriques foi um exemplo de persistência nos negócios, mesmo correndo risco de perdas de capitais os investimentos avançaram em muitos dos setores das atividades comerciais. O velho Diogo Nunes Henriques foi tido como um comerciante próspero, um dos homens mais ricos das Minas Gerais, dispondo de explorações nas jazidas de ouro. Quando analisamos o processo de Pedro Nunes de Miranda<sup>47</sup>, um mercador que foi um dos homens de confiança de Diogo Nunes Henriques, verificamos que Rodrigues Garcia ao chegar nas terras brasílicas - esteve morando por um tempo com seu tio em Vila Rica. Em sua fala, Nunes de Miranda, em seu testemunho fez menção a passagem desse cristão-novo nas Minas Gerais tendo como moradia temporária a casa de seu tio Nunes Henriques. Segue o relato descrito no processo:

Disse mais que no ano seguinte se achou ele confitente, no mesmo sítio e na mesma casa de Diogo Nunes Henriques, com as mesmas pessoas acima apontadas, e certos Manuel Mendes e sua mulher e além dos sobreditos estavam lá também na mesma casa e companhia Jerônimo Rodrigues e sua mulher Guiomar da Rosa xxnn, do qual tem dito e um primo da dita Guiomar da Rosa chamado João Lopes xn tratante, solteiro, não sabe de quem ser filho, nem donde natural mas acha ser castelhano segundo mostra na língua que fala e no dito tempo acima em casa do dito Diogo Nunes Henriques e fazia jornadas as Minas em companhia de Jerônimo Rodrigues e hoje não sabe onde assiste, e dois sobrinhos do dito Diogo Nunes Henriques Chamados Domingos Nunes e Antônio Nunes xxnn, tratantes, solteiros filhos de uma irmã do dito Diogo Nunes Henriques [...]. (ANTT/TSOL/IL Proc. Nº 9001. F. 125, 126, 127.).

A família de Henriques e outras famílias de cristãos-novos estavam envolvidos por várias ligações entre si, é importante salientar o papel da família nessas redes que iam além do cunho econômico, esses cristãos-novos através das redes circulavam informações, documentos, cartas, contratos de negócios, livros proibidos, essas particularidades permitiam que a

---

<sup>47</sup> ANTT/TSOL-IL Proc. Nº 9001. Pedro Nunes de Miranda.

continuidade do convívio social. Diogo Nunes Henriques formou uma poderosa rede comercial entre cristãos-novos e cristãos-velhos, na qual seu sobrinho Rodrigues Garcia foi partícipe. No que se refere às redes de cristãos-novos, eles montam seus negócios a partir de seus familiares mais próximos, uma tática onde atuavam em várias pontas do comércio ultramarino.

A historiadora Natália Ribeiro Martins, traçou a trajetória de Diogo Nunes Henriques, tendo-o como personagem central de seu trabalho. Nos finais do século XVII, Henriques aportou na Vila de Cachoeira Recôncavo da Capitania da Bahia com sua irmã Ana Mendes e seus dois filhos Manoel Nunes da Paz <sup>48</sup>e Elena Nunes, adquirindo uma propriedade, o Sítio do Subaé. Logo depois, passou-se para Minas Gerais, onde foi contratador de dízimos. Natália Martins percorreu em seu trabalho de Dissertação sobre as relações de Henriques desde as praças portuguesas, seus trâmites na Bahia e Minas Gerais. Logo, a família significava uma parceria de confiança, solidariedade e segurança. Porém, não podemos deixar de apontar que apesar de toda a solidariedade cultivada entre essas redes, entre eles haviam também algumas querelas, conflitos, como em qualquer sociedade que obtém no cerne a força monetária. Estes conflitos podiam ter a sua origem tanto na área da vida privada como na da vida comercial. A aproximação entre Rodrigues Garcia e seu tio Diogo Nunes perpassa os laços comerciais, andavam juntos em festividades e cerimônias criptojudáicas como descrito pelo personagem:

Se achou ele confitente nas Minas Gerais e Sítio a que Chama a Passagem de José Lopes em Casa de seu tio Diogo Nunes Henriques de quem acima disse, com ele e com o sobre dito Manuel Nunes da Paz filho do mesmo e com os ditos Jerônimo Rodrigues e João Lopes Alves dos quais todos tem dito e companhia estando todos juntos a saber, ele confitente, os ditos Diogo Nunes Henriques, Manuel Nunes da Paz, Jerônimo Rodrigues e João Lopes Alves ficaram juntos no dito jejum do dia grande estando sem comer nem beber desde a véspera à noite até o dia seguinte as mesmas coisas que cearam juntos ainda que o dia saíram fora. E declarara que no dito jejum do dia grande de que acima disse também estiveram sem comer e sem beber desde a véspera à noite até o dia seguinte as mesmas coisas e não desde o jantar da véspera como por equivocação disse os mesmos estava nos outros jejuns que faria pelo decorrer do ano. (ANTT/TSOL-IL Proc. N° 6292. F. 31.).

Henriques, também esteve conectado com o Sertão do São Francisco, que lhe serviu de caminho e pouso, entre o Recôncavo e as Minas. De acordo com Martins, Diogo Nunes Henriques, estreitou laços comerciais com figuras importantes no Sertão, criadores de gado. Estes

---

<sup>48</sup> ANTT/TSOL-IL Proc. N° 9542. *Processo de Manuel Nunes da Paz.*

cristãos-novos souberam emaranhar um conglomerado de quesitos, que tornaram suas redes comerciais um verdadeiro motor mercantil na Colônia.

Entre os anos de 1709 e 1720, o velho Diogo subiu e desceu por diversas vezes o caminho do sertão até as Minas, levando suas boiadas, mandioca, tabaco, escravos e outros artigos que adquiria em Cachoeira e em Salvador. Contou com o esforço de velhos amigos, e também fez amizade e contatos com homens de força militar e que estivessem interpostos nos negócios da região, como quando passou a frequentar a fazenda de Santo Onofre, às margens do rio São Francisco, de propriedade dos herdeiros do Coronel das Ordenanças Antônio Vieira de Lima, militar de grande cabedal, conhecido por sua fidelidade ao Governador-geral D. João de Lencastre e oposição aos paulistas. [...]. (MARTINS,870).

Sobre Diogo Nunes Henriques, a professora Suzana Severs destacou que ele vivia entre a vida da agricultura, o comércio, as minas e a arrecadação dizimo para a Coroa, plantou tabaco em sua fazenda no sítio Subaé, transitando para Ouro Preto comerciando escravos e gado. Outro relato sobre esse cristão-novo foi descrito por Anita Novinsky, descrevendo-o como um homem letrado;

[...] No século XVIII, nas montanhas de Minas Gerais, em Ouro Preto, Diogo Nunes Henriques foi preso por defender arduamente a liberdade de pensamento. Era um homem erudito: reunia familiares e amigos para rodas literárias em sua casa, uma atividade considerada “perigosa” pelos inquisidores. [...] (NOVINSKY, 2015.168.).

O circuito comercial gerenciado por Diogo Nunes Henriques concatenava com as praças comerciais da Bahia, Minas Gerais e se aproximando com o Rio de Janeiro. Seu filho, o jovem Manuel Nunes da Paz, homem de negócios casado com Maria Nunes, negociava escravos entre Minas e Bahia em nome de seu pai. Outro parente conectado à rede de negócios foi o irmão de Antônio Rodrigues Garcia Domingos Nunes, tratante, esse também percorria a rota do sertão, ficando encarregado de distribuir os carregamentos de escravos e outros gêneros de produtos. Domingos por diversas vezes esteve na Ermida do Bom Jesus da Lapa, em companhia de outros cristãos-novos e de seu irmão. Estes homens de negócio movimentaram a economia de diversas regiões da América portuguesas no século XVIII, sendo a força motora naquele contexto histórico.

Diante de um cenário econômico mundial de supremacia do capitalismo mercantil, a Capitania da Bahia, e nela a cidade de Salvador, fez destacar as práticas comerciais – em qualquer ramo e extensão – como atividade mais exercida pela população em geral. Os cristãos-novos foram também os operadores deste sistema econômico na América portuguesa e os contatos internacionais que estabeleceram, não apenas em Portugal, favoreceram o

desenvolvimento da capital da colônia, onde muitos passaram a residir permanentemente. (SERVERS, 2016. 77.).

Diogo Nunes <sup>49</sup>, homônimo do comerciante Nunes Henriques, cristão-novo português, nascido em Vila Vicente da Beira, Bispoado da Guardada autor de roteiro que ficou conhecido como O roteiro Notícias das Minas da América chamadas Geraes<sup>50</sup>, também foi um importante parceiro nos negócios de Diogo Nunes Henriques, estavam ligados por laços de família, eram primos tiveram intenso contato em Minas Gerais, onde primeiramente se estabeleceu no Currallinho, e mais tarde mudou-se para as Minas de Itacambira, ambas situadas em Minas Gerais e Bahia. Diogo Nunes viajou por muitas partes da Europa, esteve em Londres onde foi circuncidado, e depois na França. Percorreu toda a América portuguesa fixando em Itacambira logo depois Currallinho. Foi acusado de crime de judaísmo preso em 1729 aos 53 anos de idade.

[...] é constituído de quatro partes: 1) o caminho pelo qual, a partir de Salvador na Bahia, em duas rotas distintas - a Travessia de João Amaro e a Travessia de dona Joana -, alcançava-se o rio São Francisco e daí, seguindo sua margem direita, subia-se o rio das Velhas e atingia-se Vila Rica já nas Minas; 2) um relato da Guerra dos Emboabas, conflito pelo controle da área que opôs, entre 1708 e 1711, os paulistas e os recém-chegados, genericamente apelidados de emboabas; 3) o caminho para a região das esmeraldas; e 4) um rol sucinto de tribos indígenas encontradas ao longo do rio Doce. (FURTADO, 2018. 170).

Diogo Nunes Henriques adiantava créditos a negociantes volantes, e também comprava gado do sertão, como descrito por vários cristãos-novos que mandava conduzir e vender nos açougues das vilas da região mineradora. Diogo Nunes também frequenta a casa de Henriques que ele possuía em Vila Rica, uma verdadeira “sinagoga”, onde amigos e parentes realizavam vários ritos judaicos. Ali se reuniam ainda David Mendes da Silva<sup>51</sup>, Domingos Nunes<sup>52</sup> (sobrinho de Diogo Nunes Henriques), o senhor de engenho Domingos Rodrigues Ramires<sup>53</sup> que tinha residido no Rio de Janeiro, João da Cruz<sup>54</sup>, o mercador de panos David de Miranda<sup>55</sup>, Francisco Nunes<sup>56</sup>, Duarte Rodrigues<sup>57</sup>, Manuel Nunes de Paz<sup>58</sup> (filho de Diogo Henriques), Manuel Nunes Sanches<sup>59</sup> e muitos outros, todos vizinhos”. Negócios, amizade, parentesco e a

---

<sup>49</sup> ANTT/TSOL-IL Proc. N°7488

<sup>50</sup> Descrito por Júnia Ferreira Furtado em seu Livro O Mapa que inventou o Brasil.

<sup>51</sup> ANTT/TSOL-IL Proc. N°2134

<sup>52</sup> ANTT/TSOL-IL Proc. N°1779

<sup>53</sup> ANTT/TSOL-IL Proc. N°6517

<sup>54</sup> ANTT/TSOL-IL Proc. N°9089

<sup>55</sup> ANTT/TSOL-IL Proc. N°7489

<sup>56</sup> ANTT/TSOL-IL Proc. N°7297

<sup>57</sup> ANTT/TSOL-IL Proc. N°4219

<sup>58</sup> ANTT/TSOL-IL Proc. N°9542

<sup>59</sup> ANTT/TSOL-IL Proc. N°11824

prática do judaísmo mesclavam-se nas relações estabelecidas entre eles. Diogo Nunes também fazia paradas de pouso no sertão em casa de Antônio Rodrigues Garcia.

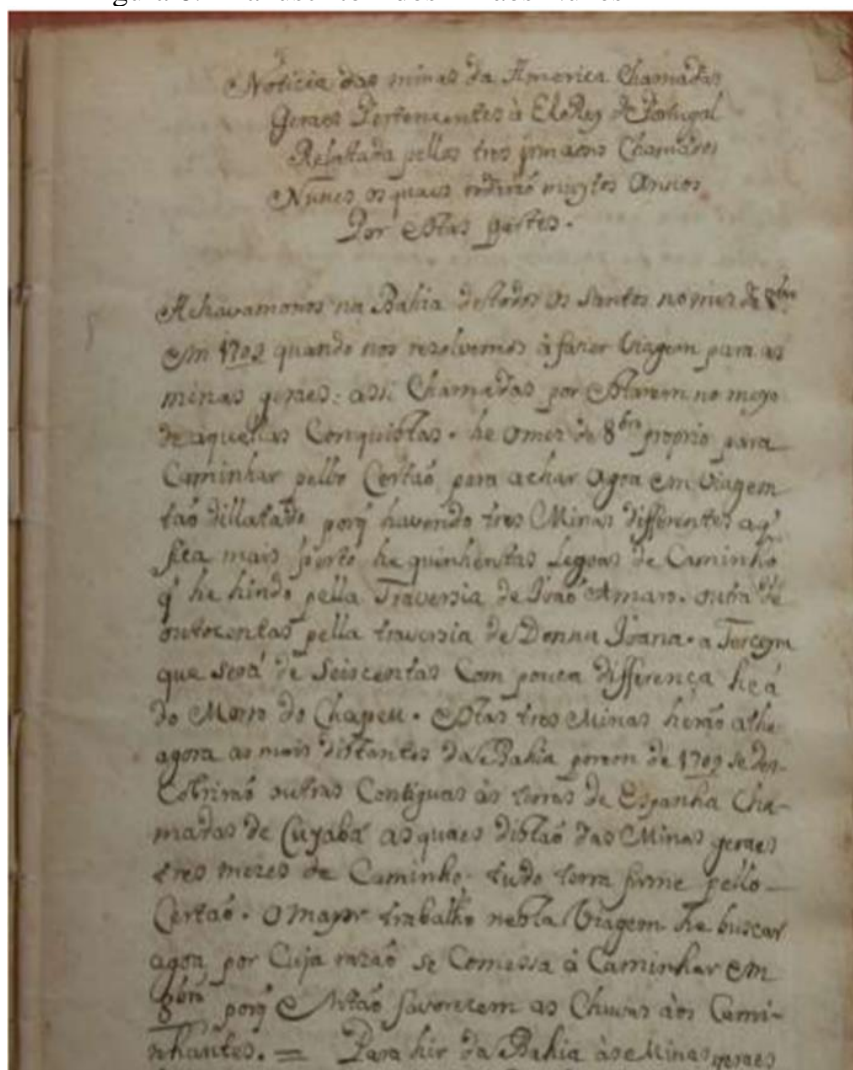
Disse mais que tem onze anos no Rio de São Francisco junto da Ermida de Nossa Senhora da Lapa, Arcebispado da Bahia se achou no campo com Domingos Nunes, xn<sup>60</sup> tratante irmão inteiro do sobredito Antônio Nunes solteiro, natural deste reino não sabe donde, nem tinha o lugar certo de sua habitação, mas se ouviu dizer que agora está nas minas nova da Itacambira, não sabe que foste preso ou apresentado, estando ambos sós entre práticas se declararão por crentes e observantes da Lei de Moisés para a salvação de suas almas e não se falaram mais (ANTT/TSO-IL Proc. Nº 7488. F. 21.).

Diogo Nunes Henriques foi preso na década de vinte do século XVIII, sendo denunciado por várias testemunhas nas Minas. Segundo um de seus denunciantes ele estava associado a um grupo de pessoas que perpetrava, fomentava e propiciava a leitura de livros terminantemente proibidos pelos mecanismos de cerceamento eclesiásticos. “[...] em todo o tempo de ano e mais nunca vira nele coisa alguma que parecesse ter perdido o juízo, por não ser homem de vinho [...] antes sim dado a ler livros, mas continuamente se lia “Eva e Ave”.” (ANTT-TSOL/IL, proc.-7487-f-09). Segundo Martins, o texto levaria Diogo Nunes Henriques a fazer vários questionamentos sobre a Igreja Católica, expondo suas críticas aos cristãos-novos em suas reuniões de estudo onde eles discutiam sobre leis.

---

<sup>60</sup> Cristão-novo

Figura 6: Manuscrito<sup>61</sup> dos Irmãos Nunes<sup>62</sup>



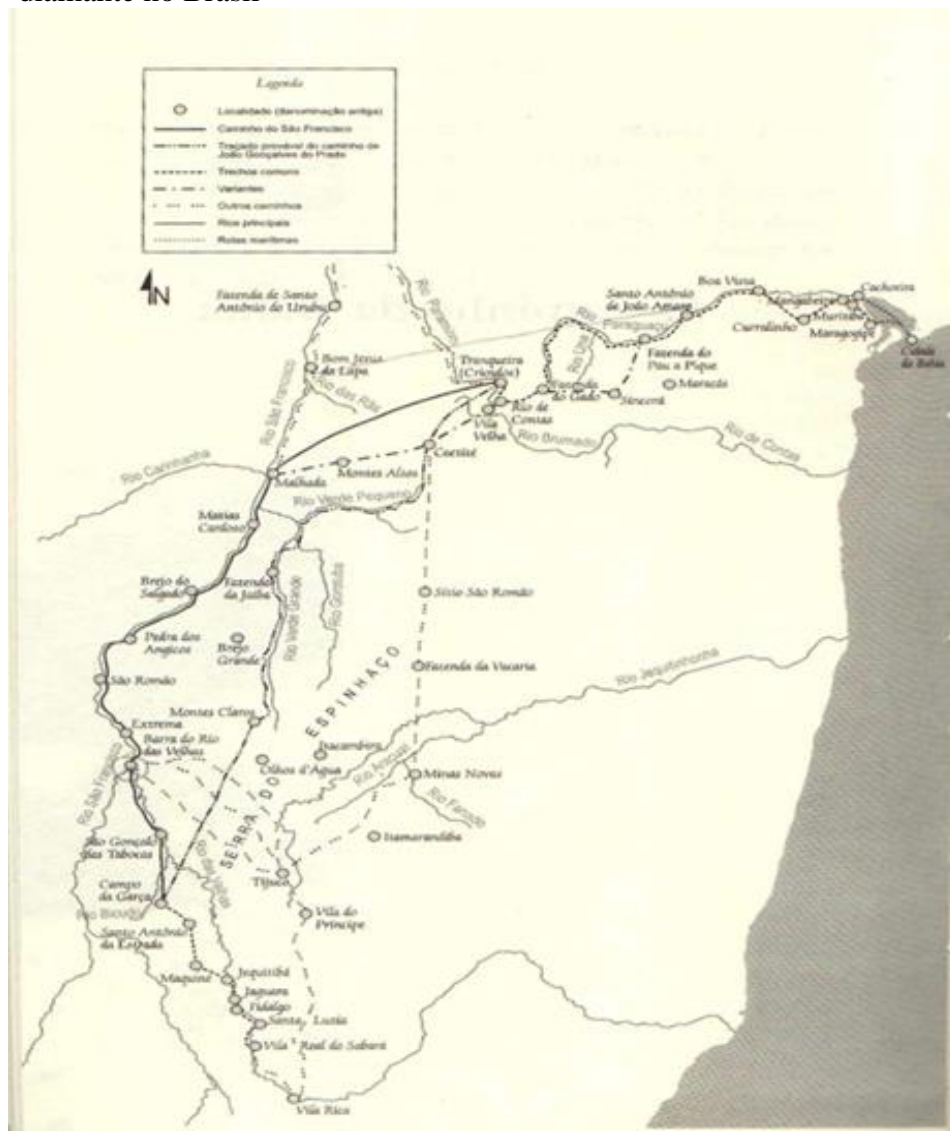
Descrição do manuscrito:

Achávamos na Bahia de todos os santos no primeiro [...] em 1702 quando nos resolvemos a fazer viagem para as Minas Geraes = assim chamadas por [...] no meio daquelas conquistas. Se [...] próprio para caminhar pelo sertão para achar agora em viagem tão distante por havendo três minas diferentes há que fica ais perto há quinhentas léguas de caminho que há indo pela Travessia de Joao Amaro, oitenta léguas pela Travessia de Dona Joana [...] há de seiscentos com pouca diferença se há do Morro do Chapéu. Estas três minas serão agora as distantes da Bahia[...]. (fac-símile do fólio 1 recto do manuscrito).

<sup>61</sup> Robert Bosch Collection – Stuttgart – Alemanha. n. 229 – ANVILLE, Jean-Baptiste Bourguignon d'. Collection of eight manuscripts concerning Brazil: n.555 (1) – Notícias das minas da América chamadas Geraes pertencentes à el rei de Portugal, relatada pelos três irmãos chamados Nunes os quais rodarão muytos annos por estas partes. P.21.

<sup>62</sup> Descrito por Júnia Ferreira Furtado em seu Livro O Mapa que inventou o Brasil. (FURTADO, Júnia Ferreira. O Mapa que Inventou o Brasil. Fundação Odebrecht, 2013).

Mapa 1: Caminho da Bahia, Estradas reais: caminhos do ouro e do diamante no Brasil



Publisher in Márcio Roberto Alves Santos, l. Belo Horizonte, 2001.

Para Antônio Rodrigues Garcia e seus confrades, negociar era uma forma de sobrevivência, em todos os aspectos que estes caminhos mercantis lhes puderam oferecer. Lá, nos rincões sertanejos, por hora, eles poderiam ficar longe dos olhos do Santo Ofício, teciam vivências entre si, e entre a sociedade cristã-velha. Todavia, a notória reputação e o sucesso com o comercio não foi capaz de justapor a estigma de um sangue maculado pela Inquisição: “o sangue judeu”. Em uma sociedade pautada na distinção de sangue e cor, cujo princípio motriz estava organizado por um sistema de inquirição balizado na intolerância religiosa: o Tribunal do Santo Ofício.

O mundo Atlântico presenciou durante o século XVIII o poderio econômico dos chamados homens de negócios. Eles eram considerados um grupo de indivíduos que possuíam grandes cabedais e atuavam em sua maioria como comerciantes, uma pretensa elite local por praticarem o comércio ultramarino e por serem os responsáveis por expandir as fronteiras das Monarquias Nacionais. Além disso, alguns foram mantenedores e reprodutores do tráfico transatlântico de escravizados. O Antigo Regime tinha como base uma sociedade fortemente estratificada, todavia, o espaço colonial brasileiro parecia favorecer trajetórias sociais ascensionais, pela formação de grupos que prosperaram graças a culturas economicamente lucrativas como o comércio que se expandiu na Colônia. Essas regiões que também compreendiam os sertões gerou uma multiplicidade de singularidades, representando assim um novo desafio para a monarquia. Antônio Carlos Jucá de Sampaio dialoga sobre as relações régias e essa nova elite comercial que despontou no século XVIII. Segundo ele, o surgimento dos homens de negócios como parte da elite colonial põe em xeque os equilíbrios sociais cuidadosamente costurados nos séculos anteriores. (SAMPAIO, 2010. 462). Assim sendo, a coroa criou uma oportunidade de lucrar, fortalecendo-se com o dúbio jogo entre a tradicional nobreza da terra e a emergente elite mercantil, através daquilo que ela fazia melhor que era a mediação de conflitos. Esses comerciantes tiveram uma atuação forte, tornando a mobilidade social um fator possível

Durante o início do século XVIII, o desenvolvimento da mineração nas Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Bahia abriu novas possibilidades de enriquecimento e, como também a expansão das redes de comércio, o Atlântico firmava-se definitivamente como rota comercial para Portugal. Favorecendo até o enobrecimento de muitos homens de negócio, chancelado pela Coroa. Nesse processo de expansão territorial no século XVIII, os caminhos que cruzavam o Sertão, chegando até o Norte de Minas, intensificaram por meio de uma forte atividade mercantil. Para a historiadora Isnara Pereira Ivo, esse trânsito de pessoas pelo Império português mobilizara experiências, sentimentos, identidades, técnicas, culturas, crenças e valores.

Os sertões do Norte das Minas e da Bahia – Alto Sertão da Bahia e Sertão da Ressaca- vivenciaram, de forma conectada, as experiências de trânsito e de mobilidade verificadas em todo o mundo ultramarino, compreensão que parece ter sido clara para muito dos personagens dessa história, pois entendiam aquele espaço como sendo um sertão longo que não tem portas. Sertão que abrigava elementos de um mundo em movimento, formado por uma solução heterogênea de misturas de essências e matérias de todos os cantos e recantos. (IVO, 2012.35)

Os processos inquisitoriais analisados nos levaram a percepção sobre as redes comerciais nesta espacialidade analisada, e nos mostraram a estreita relação entre atividades econômicas desenvolvidas e a presença dos cristãos-novos nos rincões do sertão sanfranciscano.

A abertura dessas vias sertanejas proporcionou o desenvolvimento econômico e demográfico dos sertões sanfranciscano. Os caminhos terrestres e fluviais que serviram para o adentramento e fixação de homens e suas famílias nos sertões, logo, passaram a desempenhar papel primordial para o fomento da economia regional. Por esses veios circulavam tropeiros com suas tropas carregadas de mercadorias, vaqueiros com suas boiadas, viajantes, sertanistas e bandeirantes que percorriam o interior da América Portuguesa. Conforme José Alípio Goulart (1961), o transporte de mercadorias contou, inicialmente, com o trabalho de “carregadores humanos”. (NOGUEIRA, 2011. 44.).

Ao trabalharmos com o conceito de redes de comércio entre os cristãos-novos, estamos pontuando que houve uma certa confiança entre os seus membros, sendo este um dos principais quesitos dentro de uma rede, uma característica que é construída ao longo do tempo entre seus membros. Assim sendo, os cristãos novos criaram mecanismos de apoio e proteção que garantissem por um tempo a segurança diante do contexto inquisitorial de extrema perseguição contra aqueles que possuíam o estigma do sangue judeu. Para Cátia Antunes, são comunidades baseadas basicamente em relações econômicas e de identidades.

Um dos melhores casos para o estudo da confiança em redes humanas passa pela avaliação de relações de cooperação entre indivíduos e entre redes, uma vez que essa cooperação exige princípios normativos básicos que todas as partes reconheçam como enformes sociais das relações estabelecidas. Esses princípios normativos poderão ser reconhecidos informalmente através de regras socioculturais no seio do grupo ou registradas por escrito em contratos que respeitem as leis gerais que regem a comunidade. (ANTUNES, 2005.19).

Para a compreensão das redes mercantis, é preciso entender o papel que os comerciantes ou homens de negócio desempenharam dentro do circuito comercial que estavam inseridos. A posição dos cristãos-novos na sociedade baiana setecentista demonstra o engajamento na dinâmica mercantil. Esses homens de negócio exerceram um papel primordial no eixo comercial entre Bahia, sertão do São Francisco e Minas Gerais, entre laços familiares e de compadrio. Esta rede comercial, proporcionou diversos tipos de negócios nos sertões, dentre os principais ramos de atividades estão as pecuaristas, as mineradoras, como também outras particularidades, gerando aglutinados de pessoas, povoando as ribeiras dos rios, formando-se as grandes sedes de fazendas e sítios que percorriam estes sertões. Tornando-se os grandes pilares sertanejos. “[...] famílias criadoras de gado entrelaçaram-se e, lentamente, formaram os pilares sociais sertanejos”. (NEVES, 2007. 22). Percebe-se que as conexões mercantis exercidas naquele

contexto, na primeira metade do século XVIII, foram estendidas para uma diversidade de produtos que intercambiava sobre uma teia estrutural de negócios<sup>63</sup>. O comércio praticado nesta região abrangia os sertões da capitania de Minas Gerais, os sertões de São Francisco e o Recôncavo baiano ao porto de Salvador.

Nas primeiras décadas do século XVIII, por conta das descobertas de ouro, assim como antigos arraiais foram edificados em vilas, os antigos caminhos foram transformados em estradas reais e outros foram abertos, como foi o caso da estrada feita pelo sertanista Pedro Barbosa Leal ligando a vila de Jacobina à do Rio de Contas. Essas ações ocorreram em virtude da necessidade da instalação de postos de registros e passagens nos quais se passavam cartas de guia para as tropas de comboieiros, os mineiros e os homens de negócios que comerciavam entre os portos do litoral e os arraiais do sertão. (CONCEIÇÃO, 2018. 50).

Partindo desse pressuposto, as grandes levas populacionais que adentraram os sertões no início do século XVIII, em sua grande maioria, vieram de Portugal. Sendo assim, é possível traçar uma conexão entre esses portugueses cristãos-novos<sup>64</sup>, que utilizaram dos caminhos do sertão, tanto para realizar práticas religiosas, como também o comércio. Essas atividades mercantis nos dão a dimensão sobre a importância dos cristãos-novos para a economia portuguesa. Júnia Ferreira Furtado dialoga sobre essa rede de comércio, que se dividiam entre homens de negócio<sup>65</sup>, tratantes<sup>66</sup>, viandantes<sup>67</sup>, comboieiros<sup>68</sup>. Portanto, ao analisar a forma de organização do comércio desse grupo, podemos reconstruir a dinâmica desses cristãos-novos, principalmente no sertão do rio de São Francisco, objeto principal deste estudo. Furtado descreve que, no século XVIII os cristãos-novos buscaram expandir as fronteiras através do interior da colônia.

O caminho da Bahia, ou dos currais do Sertão, apesar de ter sido dos primeiros a ser aberto para a região, foi alvo de inúmeras restrições por partes dos administradores, que buscavam controlar ou impedir a passagem de viajantes, devido à geografia mais plana e a vegetação mais aberta, o que dificultava

---

<sup>63</sup>[...] na vasta região “sanfranciscana”, o povoamento encaminhava-se desde a segunda metade do século XVII, com a chegada dos currais de gado. Pelos “caminhos dos sertões”, transitavam vaqueiros e tropeiros com seus rebanhos bovinos e suas cargas de mantimentos, num vai e vem, ora no sentido Recôncavo/litoral, ora rumo à região das Minas. O rio São Francisco tornou-se o guia desses primeiros povoadores dos sertões. Os caminhos que margeavam o “Velho Chico” ofereciam condições primordiais para as longas viagens: água em abundância e o provimento de outros alimentos. (NOGUEIRA, 2011. 47).

<sup>64</sup> Eles formavam redes de comércio, que se hierarquizavam e entrelaçavam os homens, frequentemente misturando os interesses mercantis aos laços de família e de compadrio, sendo que vários eram cristãos-novos. (FURTADO, 2014. 175).

<sup>65</sup> Homens que tinham grandes negócios financiando outros menores.

<sup>66</sup> Aqueles que tratam ou fazem negócios, eram pessoas contratadas para fazerem tratos mercantis.

<sup>67</sup> *Viandantes* eram os homens de caminhos, chamados assim genericamente nas Minas, que vão comprar e vender mantimentos.

<sup>68</sup> Eram aqueles que viviam prioritariamente do transporte de negros do litoral para o interior.

substantivamente o controle sobre o extravio do ouro e do diamante. Porém essas proibições nunca se fizeram efetivas, porque, por essas rotas, chegava principalmente, o gado em pé e a carne seca, fundamentais para a subsistência de uma população afastada da área litorânea. (FURTADO, 2014. 156.).

Os cristãos-novos, homens de negócio, tiveram um papel primordial viabilizando as conexões econômicas nos sertões, intermediando relações na economia interna da colônia, principalmente na segunda metade do século XVIII. Que por um lado presenciou a afirmação do seu poder econômico e também político, e por outro o acirramento da marginalização de sua condição social de cristão-novo, e um forte sentimento antijudaico. Os rincões sertanejos emergiram dentro daquela temporalidade histórica para os cristãos-novos, como ponto de refúgio e também um subterfúgio expansionista para os seus negócios. Sendo assim, um ponto a ser analisado de forma mais abrangente é, a dualidade entre as práticas comerciais e as falas contidas nos depoimentos dos processos sobre as práticas de ritos e cerimônias mosaicas. Os caminhos sertanejos favoreceram aos cristãos-novos judaizantes um local distante do Santo Ofício onde eles poderiam realizar a sua religião “proibida”.

O sertão do rio de São Francisco foi uma via de possibilidades, comportando uma teia<sup>69</sup> de negócios na qual relatou Júnia Ferreira Furtado, abrangendo um número bastante significativo de pessoas envolvidas. Na grande maioria, entrelaçados em graus de parentescos e homens solteiros que se envolveram com o trato mercantil um ponto bem perceptível na leitura dos documentos inquisitoriais. Esse talvez seja o motivo pelo qual a Inquisição tenha voltado os olhos para essa região que compreende o Recôncavo Baiano, sertão do rio de São Francisco e Norte da Capitania de Minas Gerais, essa rede comercial que englobava o comércio do ouro, diamantes, a venda, o tráfico de escravos e a comercialização de várias mercadorias. O Tribunal funcionava não só para punir heresias e galgar almas arrependidas para a “Madre Igreja”, o confisco de bens era algo lucrativo que movimentava a máquina inquisitorial. De acordo com Anita Novinsky, o confisco de bens dos prisioneiros foi um dos principais problemas com que se deparou essa instituição, gerando inúmeros conflitos entre Rei, Inquisidor e o Papa.

[...] Praticamente, na grande maioria dos casos, quando se tratava de cristãos-novos, a Inquisição ordenava a prisão “com sequestro de bens”, vendendo ou dispondo das propriedades, dos bens e do dinheiro dos prisioneiros, da mulher

---

<sup>69</sup> Aqueles que transitavam pelos caminhos da Bahia não traziam apenas os produtos do litoral para o interior, mas acabavam participando do circuito de distribuição de produtos do sertão para a região mineradora[...] (FURTADO, 2014, pag.167.

e dos filhos, antes de ser promulgada a sentença final. Depois de reconciliado com a igreja, em geral, o réu encontrava-se em completa miséria. [...] <sup>70</sup>.

Tabela I: Cristãos-novos que cruzaram os caminhos do Sertão do Rio de São Francisco

Cristão-novo	Ocupação	Residência
Antônio Rodrigues Garcia	Homem de negócios	Bom Jesus da Lapa, Sertão do Rio de São Francisco
Antônio da Fonseca	Lavrador de roça, criador de gado, tratante	Rio São Francisco, Sertão da Bahia
Antônio Rodrigues de Campo	Homem de negócios, lavrador de Mandioca e Tabaco	Irará termo da Vila de Santo Amaro, Bahia
Antônio Fernandes Pereira	Mineiro	Minas Nova de Araçuai Bahia
Antônio de Sá Almeida	Mineiro	Minas Nova de Araçuai, Bahia
David Mendes da Silva	Mercador, homem de negócios, tratante e mineiro	Serro Frio, BA e Minas Gerais
Duarte da Costa da Fonseca	Homem de negócios mineiro	Freguesia de Nossa Senhora de Bom Sucesso, Minas Novas, Bahia
Diogo Nunes Henriques	Homem de negócios, tratante para as Minas, Lavrador de tabaco	Campos de Cachoeira Bahia Vila Rica, Minas Gerais
Domingo Nunes	Tratante	Campos de Cachoeira, Bahia Minas Gerais
Francisco Ferreira da Fonseca	Homem de negócios	Minas do Fanado, Bahia
Manuel Nunes Sanches	Lavrador de Milho, mineiro	Minas do Fanado, Bahia
José Rodrigues Cardoso	Tratante, mineiro	Salvador, Currallinho, Minas gerais
Jerônimo Rodrigues	Tratante, mineiro	Salvador, Bahia

Pelo fato de Rodrigues Garcia sempre estar a serviço do comércio e relações comerciais com terceiros, era imprescindível que estabelecessem redes de negócio onde englobavam amplos espaços e nas quais se misturavam entre laços familiares, de amizade e de fé. Por onde passou, Antônio Rodrigues Garcia, estabeleceu relações comerciais com membros da sua parentela e com os irmãos de fé. Vários cristãos-novos, muitos deles judaizantes, exploraram essa rota entre as Minas e a Bahia e frequentemente se associaram para esse fim. De um lado da rede ficavam os que dispunham de crédito e financiavam as atividades comerciais dos pequenos comerciantes

<sup>70</sup> NOVINSKY, 1976. 12

como por exemplo, o tio do personagem, Diogo Nunes Henriques, que foi um grande comerciante, se estabelecendo primeiro na Bahia, depois nas Minas, sobre esse cristão-novo iremos abordar logo mais.

Uma figura conflitante na vida de Rodrigues Garcia foi seu primo Jerônimo Rodrigues, tratante<sup>71</sup>, camboeiro<sup>72</sup> de escravos entre outros gêneros, que também fazia parte da rede de negócios de Diogo Nunes Henriques, tio de ambos. Filho de José Cardoso e Izabel Nunes, Rodrigues desembarcou na América Portuguesa com sua mulher, Guiomar da Rosa, e seus filhos. Estava inserido no comércio de escravos, fazendo o transporte entre estas rotas comerciais que ligavam a Bahia às Minas Gerais. Em um de seus relatos de confissão ao Tribunal do Santo Ofício, disse que esteve no sertão da Bahia na casa de Rodrigues Garcia, certamente este trecho está relacionado ao trajeto que era percorrido por esta rede comercial. O sertão do São Francisco foi um entreposto comercial, que também tinha a finalidade de parada para descanso, pois a jornada até as minas era exaustiva e perigosa, a descrição de sua confissão consta a prática de alguns ritos judaicos.

Disse mais que haverá doze anos no Sertão da Bahia, sítio da Ermida de Nossa Senhora da Lapa, distante treze léguas da fazenda a que chamam Bitiviraba se achou, digo e casa de Antônio Rodrigues Moreno seu primo segundo e [...] irmão inteiro de Domingos Nunes, xn solteiro tratante, natural deste reino não sabe donde e morador no dito Sítio da Lapa e não sabe se foi preso nem apresentado, se achou com o mesmo estando todos entre práticas se disseram por crentes e observantes da Lei de Moisés para a salvação de suas almas e por sua observância disse que fazia as ditas cerimônias e não se falou mais.( ANTT/ TSO-IL Proc. nº 10003 )

O jovem cristão-novo Francisco Ferreira da Fonseca<sup>73</sup> tinha 24 anos de idade quando foi preso pelo Santo Ofício, homem de negócios foi um dos importantes parceiros do personagem, assim também descrito por Antônio Rodrigues Garcia como seu companheiro nos negócios. Morador nas Minas do Fanado, desembarcou na Bahia na primeira metade do século XVIII. Era filho do homem de negócios português Manoel Ferreira Loureiro e Izabel de Moraes. Francisco adquiriu alguns escravos, fazendo transações comerciais com empréstimos de dinheiro e com o ouro. Na Mesa do Santo Ofício, Francisco declarou não possuir bens de raiz, pois seus negócios

---

<sup>71</sup> Os tratantes atuavam como comerciantes volantes, ou seja, responsáveis por escoar mercadorias de diversos gêneros de um ponto a outro. De acordo com o dicionário de Rafael Bluteau o termo significa o que trata, negócios, o que faz negócios. (BLUTEAU, Rafael. Dicionário).

<sup>72</sup> Responsável por conduzir mercadorias em grandes quantidades entre diversos locais.

<sup>73</sup> ANTT/ TSO-IL Proc. nº 06.

teriam ido ao declínio e à falência. E foram os caminhos do sertão que serviram de ponto de articulação para estes cristãos-novos. Possibilitando dentro daquela temporalidade as ligações comerciais e religiosas. Dentre todas as perspectivas aqui mencionadas, pode-se conjecturar que, esse fluxo migratório de cristãos-novos<sup>74</sup> nos sertões estava intrinsecamente ligado à veia comercial e principalmente a fuga dos olhos famigerados do Tribunal do Santo Ofício. No relato sobre suas vivências com Rodrigues Garcia, mencionou ter utilizado os caminhos sertanejos entre práticas mosaicas.

Disse mais que haverá sete anos ou oito mais ou menos, nos caminhos do sertão das minas de Ouro Preto, indo em companhia de Antônio Rodrigues xn<sup>75</sup>, homem de negócios solteiro filho de Antônio Rodrigues homem de negócio, não sabe o nome da mãe natural do lugar das Frexeidas e morador no dito sertão não sabe em que terra, nem que foste preso ou apresentado, e estando ambos sós se declararam por crentes e observantes da lei de Moisés e não se falaram mais. (ANTT/ TSO-IL Proc. nº 06.)

Nos caminhos dos sertões, foi perceptível visualizar uma relação intrinsecamente familiar<sup>76</sup> entre as redes de negócios, a marginalização vivida entre os cristãos-novos pode ter contribuído para solidificar o elo do comércio diminuindo assim alguns conflitos que poderiam ter surgido. Esses arranjos <sup>77</sup>comerciais fortaleceram os negócios tanto na Colônia como no Império, eram esses caminhos que interligavam as Minas à Bahia <sup>78</sup>onde os negociantes cristãos-novos teciam suas trajetórias comerciais<sup>79</sup>.

De acordo com Júnia Ferreira Furtado, a Inquisição portuguesa, com tal obstinação em perseguir os cristãos-novos, acabou atrofiando a formação de uma crescente rede de

---

<sup>74</sup> Numerosos cristãos-novos utilizavam de preferência o caminho da Bahia, por ser mais rápida e mais barata a viagem desde Portugal. Sucede, outrossim, que encontravam facilidades na capital, graças a existência de uma operosa comunidade sefardim. Homens de prestígio social e econômico faziam parte da mesma [...]. (SALVADOR, 1992. 27.).

<sup>75</sup> Cristão-novo.

<sup>76</sup> [...] O Universo mental da época estruturava os códigos de condutas, que se baseavam, preponderantemente, “em critérios de amizade, parentesco, fidelidade, honra, serviço. De fato, as relações que obedeciam a uma relação clientelar.” (FURTADO, 2006. 47.).

<sup>77</sup> As famílias de cristãos-novos Henriques, Ávila e Miranda, com várias conexões entre si, foram exemplares das redes familiares de comerciantes marranos que se uniram para explorar o comércio com as Minas. A Partir do entrelaçamento das contas, as redes de comércio estabeleciam-se, pautadas no laço de dependência e clientelismo, que se misturavam às relações familiares. (FURTADO, 2006. 172.).

<sup>78</sup> [...] Ao seu lado perfilava um grupo notável de mercadores cristãos-novos descendentes de velhos mercadores. Franzier, em 1714, observou que a devoção religiosa na Bahia servia “para capear o judaísmo”, pois ela estava repleta de judeus. Agora, também, desde simples artesãos a médicos, advogados e homens de negócios. [...] O Rio São Francisco foi o veículo. Sem isso os preços seriam mais elevados, certamente. (SALVADOR, 1992. 45.).

<sup>79</sup> [...] Esses viandantes do caminho uniam as duas regiões e faziam as conexões com o sertão, contrariando as proibições legais, e carregavam as mais diversas mercadorias, entre secos, molhados, gados e escravos entre outros. (FURTADO, 2006. 175.).

comerciantes, que na segunda metade do século XVIII, com ascensão do Marquês de Pombal ao cargo de Secretário dos Negócios do Reino foi elaborada uma política de incorporação dos cristãos-novos a sociedade portuguesa com objetivo de enriquecimento do Reino e a valorização do comércio.

[...] Toda a política pombalina foi orientada para criar, a qualquer custo por meio institucional, uma burguesia nacional, de tanto carecia o Reino para o seu efetivo desenvolvimento, de modo a acompanhar as modernas nações europeias, particularmente a França e a Inglaterra. O advento dessa política diminuiu cada vez mais a distinção entre os negociantes de grosso trato e os nobres. Até então, o comércio continuou a ser visto como fonte de preconceito e, em geral, era desdenhado pela nobreza (pelo menos moralmente) e a política em relação aos conversos continuou ambígua e marcada por avanços e retrocessos.<sup>80</sup>

Ao rastrear as redes estabelecidas no ultramar, fica evidente que os cristãos-novos lograram um papel fundamental, agindo como protagonistas no âmbito comercial. Neste sentido, foram imprescindíveis para a pesquisa analisar a rede de sociabilidade tanto comercial, quanto religiosa, no qual, aqueles sujeitos estavam envolvidos. Estes apontamentos nos permitiram perceber, uma forma que abrangia a sobrevivência e a resistência há um sistema social e religioso, que ao longo do recorte histórico estudado corroborou para a formação de uma identidade comercial e religiosa. Posto isso, foi na luta pela sobrevivência em meio às perseguições e pressões sofridas pelos cristãos-novos que se formaram enquanto um grupo de homens de negócios. Sendo assim, a perseguição funcionou como um agente catalisador, sendo um dos elementos que contribuiu para a identidade cristã-nova. No que concerne às redes, Cátia Antunes<sup>81</sup> descreve, que para a maioria dos historiadores, as questões de identidades são fatores importantes para se compreender a formação de uma rede ou um determinado grupo, dentro de um período histórico.

Em termos simples, a confiança entre membros de uma rede não é uma característica biológica natural, nem mesmo no interior de ego redes onde os laços de amizade e parentesco poderiam forçar o indivíduo a respeitar as -regras e convenções do grupo para que o índice de confiança aumentasse. Confiança é, portanto, uma característica individual que é construída com o tempo e radica no comportamento sistemático e rotineiro, de respeito pelos princípios e leis que regem a sociabilidade do grupo. (ANTUNES, 2012. 18.)

---

<sup>80</sup> (FURTADO, 2006. 39).

<sup>81</sup> Os indivíduos que mais atenção têm recebido dos historiadores interessados na análise de redes em história têm sido os mercadores ou comerciantes. Isto porque eles são, por definição profissional, sujeitos que necessitam das redes para a sua sobrevivência socioeconômica. (ANTUNES, 2012. 16.).

Como também compreender suas ações em contextos históricos e geográficos divergentes. A autora aborda que é basilar dentro de um sistema de redes a reciprocidade e a confiança entre seus membros<sup>82</sup>. Nos Caminhos dos Sertões Sanfranciscano, Antônio Rodrigues Garcia formou redes comerciais e de sociabilidades. A relação com a Capitania de Minas Gerais foi profundamente forte, os relatos feitos perante a mesa dos inquisidores, nos mostrou essa rotatividade de Rodrigues Garcia entre essas duas Capitânias<sup>83</sup>.

## 2.4 Inventário

Os inventários são peças chave para o estudo da condição econômica em que viviam os cristãos-novos até o momento de sua prisão, apesar de muitos réus ludibriar o Santo Ofício na tentativa de seus bens não irem parar no fisco, mesmo assim essas anotações contidas nas seções inventariais nos permite mensurar a vida social, cultural e econômica da Colônia. Quando vamos procurar a definição de inventário<sup>84</sup> encontramos nos dicionários definições parecidas: rol, registro, catálogo por escrito e por artigos, dos bens, móveis, títulos, papéis de uma pessoa. Apresenta-se ainda, como um documento onde os bens aparecem em um método de avaliação das mercadorias armazenadas e dos diversos valores, para conhecer lucros e perdas. Não restam dúvidas de que este é um documento importante em qualquer instância. Tão importante que estava contido até mesmo nos processos inquisitoriais.

No livro “Inquisição, inventários de bens confiscado a cristãos-novos”, a professora Anita Novinsky, não tem por objetivo analisar esses inventários, mas abre um amplo debate sobre esses documentos, trabalho que nos remete ao ano de 1976. Novinsky descreve que os dados que esses Inventários fornecem ajuda ao pesquisador para reconstruir diversos aspectos da vida econômica e financeira local como também da vida íntima da população brasílica. É possível confrontar os dados com os do século anterior. Assim, verificar a modificação que se deu na vida

---

<sup>82</sup> Esta crença reflecte-se nos laços de confiança que se vão estabelecendo entre os diversos membros e na necessidade de relações entre eles, assim como de um indivíduo em relação às suas redes *ego* e *alter*. (ANTUNES, 2012. 18.).

<sup>83</sup> Ao longo do Rio de São Francisco vivia Fernando Henrique Álvares, entregue a criação de equinos, e talvez seu vizinho, um outro criador Antônio Rois Garcia. Este conhecia ali nada menos que sete moradores. Ainda outro era lavrador de roça, Antônio da Fonseca. No Rio das Contas Luís Mendes de Sá, e nas Minas de Arassuahy, Antônio Fernandes Pereira. (SALVADOR, 1992. 28.).

<sup>84</sup> 1. Relação dos bens, móveis e imóveis, de alguém. 2. Descrição minuciosa. 3. Menção ou enumeração de coisas. LISTA, ROL 4. Descrição dos bens ativos e passivos de uma empresa ou sociedade comercial. "inventário", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em <<https://dicionario.priberam.org/invent%C3%A1rio>> Acesso em 05-06-2022.

dentro da Colônia, depois do descobrimento das minas auríferas. Os móveis, utensílios caseiros, roupas, joias, enfeites, mostram-nos um contraste significativo com o modesto e rústico ambiente familiar em que vivia tanto os menos abastados como a elite local.

Criou-se em pouco tempo o que poderíamos chamar de uma pequena burguesia, ligada ao comércio interno e externo, cujas atividades ainda são pouco conhecidas. Através do exame dos seus processos já podemos dizer que a maioria não era constituída de grandes magnatas, mas sim homens de algumas posses, estas muitas vezes modestas, vivendo principalmente dos negócios que o desenvolvimento da mineração permitia. Podemos ver que, tanto senhores de engenho, lavradores, mineiros como profissionais, médicos e advogados — todos viviam de "fazer negócios". Ou através da venda de mercadorias ou utilizando seus capitais para emprestar aos sempre endividados senhores de engenho, lavradores e comerciantes. (NOVINSKI,1976. 362.)

Antônio Rodrigues Garcia, foi um homem de negócios, suas rotas comerciais estavam voltadas para o Sertão do São Francisco. Analisando a espacialidade histórica e geográfica Sanfranciscana da primeira metade do século XVIII, tendo como pano de fundo a conjuntura social e econômica da época, o personagem pode ser inserido em um contexto social privilegiado. A região do entorno da Gruta, a praça de negócios onde se estabelecera, de acordo com Nogueira, era bastante movimentada, todavia, a condição de vida dos sertanejos não teria sido fácil. Havia uma grande mobilidade de pessoas, muitos viajantes que cruzavam o caminho do sertão e ali fixavam pouso. Mas, no geral, era uma rota de passagem, ligando Bahia, Minas Gerais, Piauí, Goiás e o Maranhão. O sucesso com o trato do comércio de Rodrigues Garcia está inertemente ligado com estas questões<sup>85</sup>.

A rota mercantil que Rodrigues Garcia estabeleceu no sertão do Rio de São Francisco, ficou explícita e subscrita na sessão do seu inventário, no qual foi arrolado no dia 27 do mês de junho de 1733 em Lisboa, perante o Inquisidor Agostinho Gomes Guimarães. Seguindo a ritualística do interrogatório, Antônio Rodrigues Garcia relatou que não tinha nada em que pudesse lembrar sobre suas culpas. Questionado se havia herdado de seu pai algum imóvel ou bem de valor, disse que não, mencionou que possuía três escravos, dois homens e uma mulher, todos pretos, chamados Valentim, Antônio e Domingas, e lhe custou sessenta mil contos de réis<sup>86</sup>, os outros dois custaram quatro contos e cinquenta mil réis. Analisando esses fragmentos, é possível concatenar que os escravos, além de ser um bem valioso, também eram utilizados na

---

<sup>85</sup> A localização da gruta da Lapa às margens do São Francisco, no cruzamento dos "caminhos dos sertões", que ligava o litoral à região das minas, contribuiu para transformá-la em um dos principais pontos de pouso dessas paragens sertanejas. Sobre essa movimentação, [...] (NOGUEIRA, 2011. 56.).

<sup>86</sup>Contos de réis foi uma expressão adotada no Brasil e em Portugal para indicar um milhão de réis (Rs 1:000\$000).[6] "Conto" deriva do latim *computus*, a conta dez vezes cem mil. GVOZDANOVIĆ, Jadranka. 1991

vida doméstica, possivelmente mantidos como força auxiliar em sua residência. Podemos perceber inclusive, a disparidade nos valores entre os escravos do gênero masculino e feminino. No contexto da época havia uma parcela de escravos que se dedicava ao cuidado das tarefas ligadas ao ambiente doméstico, como também serviços mais rústicos no entorno da propriedade. Normalmente, esses escravos possuíam uma condição de vida relativamente “melhor” e acabavam até criando laços de confiança com seu dono, principalmente para o cristão-novo que vivia o contexto inquisitorial da época, onde qualquer deslize poderia levá-lo ao Tribunal do Santo Ofício. A historiadora Gabriela Nogueira Amorim, em seu trabalho de pesquisa fez uma interessante descrição sobre a convivência dos escravos da Fazenda Itibiraba dos Guedes De Brito, destacou que devido à ausência de senhores, em fazendas do sertão, os escravos desenvolveram uma certa autonomia, permitiu alargar os seus espaços de sociabilidade, no cultivo de gêneros alimentícios entre parentes e os demais companheiros da comunidade, pois, com o distanciamento e a relação direta entre os senhores e seus cativos era quase inexistente.

Nas fazendas de senhores absenteístas no alto sertão, os espaços de autonomia e mobilidade foram mais “largos”, pois, ao que tudo indica, os escravos não precisavam prestar contas ao senhor dos seus próprios empreendimentos, ao passo que o senhor não tinha responsabilidades com os gastos desses cativos na aquisição de alimentos e vestuários. Sendo assim, diferentemente dos ganhadeiros, que tinham as vistas dos seus donos mais de perto, os escravos nessas fazendas devem ter tido lucratividade maior na venda dos produtos agrícolas e criações pertencentes a eles próprios. Logo, sugere-se que as rendas auferidas viabilizaram adquirir melhores condições de subsistência familiar e, também, de poupar alguns vinténs utilizados, inclusive, para compra de alforria. (NOGUEIRA, 2011. 167.).

A historiadora Suzana Severs destacou em seu estudo que a posse de escravos era habitual à Colônia, constituindo assim um parâmetro de avaliação do poder aquisitivo. Antônio Rodrigues Garcia relatou ainda que tinha móveis em sua casa e que ficaram sequestrados, juntamente com os mais bens, o valor dos tais ditos móveis era até quarenta mil réis, um valor bastante significativo, podemos avaliar que sua residência não era tão simples e que tinha um padrão mais elevado para além dos sertanejos moradores daquela região. Como todo bom comerciante disse ter deixado em casa um maço de dinheiro em espécie no valor de oitenta mil réis

Tabela 2: Bens

Bens	VALOR
Móveis	40 mil réis
Escravos (homens.) 2	450 mil réis

Escravos (mulheres.) 1	60 mil réis
Dinheiro em espécie	80 mil réis
Total	630 mil réis

O rol de seus devedores foi bastante expressivo, esses apontamentos nos mostraram que Rodrigues Garcia foi um comerciante de sólidos acordos, se envolveu em diversas transações comerciais, principalmente nos sertões do São Francisco, corroborando assim, para identificar a intensidade de seus negócios, todavia esses valores descritos nas confissões na maioria dos casos não correspondem à totalidade de todo o capital, muitas vezes o réu ocultava informações no sentido de proteger os bens do fisco. A lista de credores abarcara vários sujeitos; declarou que o Capitão Gregório Pereira de Abreu, esse morador no Rio de São Francisco foi devedor a ele, quarenta e tanto mil réis de fazendas <sup>87</sup>que lhe tinha vendido. Essa dívida, Rodrigues Garcia, não tinha escrito, mas estava em seu rol que ele o declarante tinha em sua casa. Ser capitão no mundo colonial indicava que esses sujeitos dispunham de alguns privilégios sociais na hierarquia do Antigo Regime. O Capitão José Marques da Silva, que esteve morando no Rio de São Francisco e depois foi para as Minas Novas, contraiu uma dívida de duzentos e vinte e cinco mil réis da aquisição de cavalos que comprou de Rodrigues Garcia, devidamente documentada.

Outro devedor foi Bernardo da Silva Gramacho, morador no Rio de São Francisco, devia a Rodrigues Garcia o valor de duzentos e cinquenta mil réis de um empréstimo que fez, e de um escravo que também comprou, Garcia afirmou que essas dívidas estavam documentadas em papéis no qual tinha guardado.

O Capitão Gregório Pereira de Abreu, também morador no Rio de São Francisco, lhe devia quarenta e tantos mil réis de fazendas, relato de Rodrigues Garcia, esta dívida não tinha sido escrita, segundo ele, mas constava em um rol que tinha em sua casa. Joseph Gonçalves Marques da Silva, morador no Rio de São Francisco, devia a Rodrigues Garcia setenta e cinco mil réis, da compra de três cavalos. Garcia não tinha nem um documento escrito, mas tinha testemunhas, que eram os seus vizinhos, estes sabiam e poderiam atestar a dívida.

Manoel de Medeiros, morador no Rio de São Francisco, devia trinta mil réis de um escravo que comprou, esta dívida Rodrigues Garcia tinha escrito. E que Julião Pereira, morador

---

<sup>87</sup> Tecido ou pano de lã de que se fazem peças de vestuário. (Glossário de termo têxteis e afins)

no Sítio das Barrocas junto do rio de São Francisco comprou um pouco de pano de algodão no valor de vinte e cinco mil réis. Essa dívida ele tinha escrita e documentada.

Cabe ressaltar que o homem de negócio Antônio Rodrigues Garcia, teve um papel de agente integralizador fomentando conexões dos sertões com o mundo ultramarino, evidenciando uma realidade em movimento, devido ao ir e vir, e relacionando misturas de conhecimento. No âmbito do comércio estava envolvido também com pequenas transações, onde subentendemos que eram pessoas, vizinhos que recorriam a ele no intuito de suprir suas necessidades, seja elas na compra de mercadorias, ou em pequenos empréstimos de dinheiro. Posto isso, Rodrigues Garcia pontuou em sua fala que ele tinha em seu poder um rol de dívidas miúdas, que lhe deviam várias pessoas, e que não se lembrava muito bem, porém, o constava no rol e tinha todas essas dívidas o valor de cinquenta ou sessenta mil réis pouco mais ou menos.

Tabela 3: Créditos a Receber

Itens	Valor
Empréstimos e Escravos	250 mil réis
Cavalos	300 mil réis
Escravos	30 mil réis
Panos de Algodão	25 mil réis
Dívidas miúdas	60 mil réis
Total	665 mil réis

Partido para o término de seu inventário, o personagem discorre sobre suas dívidas deixadas no Sertão do São Francisco. Devia a Manoel Pinto de Leão Morador no Rio de São Francisco cerca de trinta mil réis, procedentes de fazendas que, ele Rodrigues Garcia, comprou-lhe, e que tinha escriturado.

Um ponto interessante é a descrição de uma dívida procedida da compra de alguns bovinos. Essa transação foi realizada entre Rodrigues Garcia e um clérigo paulista. Dentro de um cenário tão antagonico, onde as efervescências religiosas estavam recrudescidas pelo poder

inquisitorial, esses negócios fluíram, sem a ingerência do aparato religioso que pautava o contexto da época. Antônio Rodrigues Garcia descreve:

E que ele ser devedor ao Padre Frei Jerônimo, cujo sobrenome não se sabe, religioso paulista, ausente no Rio de São Francisco, de Duzentos mil contos de réis procedidos de Cem vacas que ele declarante lhe comprou e passou escrito da dita dívida. (ANTT/TSOL-IL Proc. N° 6292. F. 21.).

Tabela 4: Dívidas a pagar

Itens	Valor
100 vacas	200 mil réis
Fazendas (tecidos)	30 mil réis
Empréstimo	200 mil réis
Total	430 mil réis

De qualquer forma, é perceptível que os homens de negócio como Antônio Rodrigues Garcia estenderam o alcance de seus negócios por todo o Império português: seja pessoalmente, através de suas viagens pela Colônia, ou em outras partes do ultramar, no envio de mercadorias e outros gêneros de produtos pelo interior da América portuguesa, seja através das redes que formavam e das sociedades que possuíam. Ficou evidente com a leitura e análise do inventário de Antônio Rodrigues Garcia que realmente era um homem de grande cabedal, seu Montemor<sup>88</sup> ficou em torno de Dois contos de réis e 55 mil réis, enquanto o Monte menor<sup>89</sup> ficou em torno de um conto de réis e 665 mil réis. Esses cristãos-novos eram indivíduos em constante movimento pela América portuguesa, cuja influência econômica se sobressaiu nos setecentos e transformou o contexto da época, gerando influências políticas e sociais. Podemos, então, pensá-los como agentes do mundo atlântico, afinal ultrapassavam os limites das praças em que firmavam residência e, por meio do comércio, conectavam diversas áreas sob domínio da Coroa portuguesa.

<sup>88</sup> Todos os bens inclusive as dívidas.

<sup>89</sup> Retirado as dívidas em inventários era o montante partilhado entre os herdeiros.

## CAPITULO III

### Inquisição e criptojudáismo

*“Alto Senhor de Israel, Deus forte de Abraão, tu ouviste Daniel ouve-me esta oração Senhor, que te apresenta tú naquelas altas alturas a todas as criaturas, abre os caminhos e fontes, lançastes meus olhos aos montes aos montes, donde virá a minha ajuda? Do Senhor de Israel que da terra entre alturas é para sempre seja louvado. Amém!”*

*Do Processo de Antônio Rodrigues de Campos*

#### 3.1 Criptojudáismo: religiosidade, costumes e vivências nos caminhos dos sertões do rio de São Francisco

O criptojudáismo foi um fenômeno vivenciado por muitos cristãos-novos, permitindo que muitas famílias e grupos mantivessem seus laços com as tradições hebreias, e sua inclusão na fé judaica, sendo transmitida geração após geração. Muitos estudiosos utilizam outro termo para descrever o criptojudáismo, se referindo também ao marranismo que é frequentemente empregado para designar estas pessoas e grupos que compartilhavam dentro do âmbito de suas casas a fé judaica em segredo, os marranos<sup>90</sup>. Este termo foi grandemente utilizado para nomear os cristãos-novos em terras ibéricas e pelo novo mundo (América). Paralelamente ao termo, sua designação nasceu de uma expressão pejorativa do espanhol no qual se referia ao porco<sup>91</sup>, animal que segundo a tradição judaica é impuro. Segundo Leon Poliakov o marranismo ao longo das gerações começou a esvaziar-se de sua substância dramática, havia uma rejeição ao cristianismo que se transformou em um anticlericalismo secreto e pacífico. “[...] a Inquisição, perdendo sua

---

<sup>90</sup> Segundo alguns especialistas, a palavra viria de “mar anuss”, ou seja, homem convertido a força. Segundo outros, termo pejorativo usado para se referir aos Anussim que seria um velho vocábulo do espanhol ou português que significaria suíno, uma alusão a proibição judaica ao consumo de carne de porco. (PESSANHA, Katia. 2018-6.)

<sup>91</sup> (em hebraico “chazir”) O porco é um animal impuro, proibido pelas leis dietéticas judaicas (Lev.11:17; Deut. 14:8). Embora possua um dos dois sinais de um animal Kosher, o porco veio a ser exemplo por excelência do alimento não kosher. [...] (UNTERMAN, Alan. 2003-209)

principal razão de ser, entrou em rápida decadência e foi suprimida em 1821.” (POLIAKOV,1984). O autor em suas análises destacou que:

[...], mas nem por isso a religião marrana desapareceu. Ela continuou a vegetar na sombra, conjugando as observâncias cristãs públicas e as observâncias judaicas secretas e, enquanto que ao longo de todo o século XIX, os judeus de além- Pirineus estimavam que todo o traço do judaísmo havia desaparecido da Península, os marranos portugueses, de sua parte, tinham sua opinião de que eram os últimos e únicos judeus do universo. [...]. (POLIAKOV,1984. Pag.205).

Wachtel, em seu livro *A fé na lembrança, Labirintos Marranos*, ao analisar a condição marrana, nos mostra a valorização das práticas secretistas e seus arranjos, dimensionando o nosso olhar para observarmos a reconstrução religiosa de que foram sujeitos os cristãos-novos. Configurado nos laços econômicos que estão atrelados ao termo “Gente da Nação”<sup>92</sup>, uma expressão já consolidada pela historiografia que se refere há um grupo de cristãos-novos que vinham para a América portuguesa e que possuíam em comum a ascendência judaica. Elias Lipiner definiu como gente da nação hebreia, esse vocábulo lhes conferiu um estigma de sangue. Um termo muito usado na linguagem processual serviu para dar significados a uma identidade própria, sem definições e limites territoriais. Os cristãos-novos de origem ibérica estavam assentados em uma rede de solidariedade.

A Religiosidade marrana, em sua adversidade e complexidade, não se reduz, entretanto, a esses fenômenos de interferências; sabemos que ela engendra um vasto campo de possibilidades, e a tensão entre as duas religiões, cristianismo e judaísmo, se traduz igualmente na consideração dos argumentos polêmicos que elas opõem uma à outra, de modo que a sua centralização recíproca pode conduzir, se não necessariamente à descrença e ao ceticismo, pelo menos a certos tipos de relativismo religioso. [...]. (WACHTEL, 2009. Pag.360).

Ao discorrermos sobre o termo “estigma de sangue” analisando-o para os cristãos-novos, estamos abordando que eles eram identificados perante a conjuntura social a qual pertenciam com uma marca familiar que os designava como indignos, que não possuíam as qualidades necessárias de pureza da sociedade da época. Estes são conceitos que segundo Erving Goffman são definidos como: “a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena” (GOFFMAN, 2004, P.4). Para a pesquisa, é de suma importância entendermos o seu significado, e como esse conceito permeou a vida dos indivíduos nesse recorte histórico, sociologicamente

---

<sup>92</sup> As expressões: gente da nação, gente da nação hebreia, gente da nação judaica, gente da nação judaico-portuguesa, eram termos que foram usados para designar tanto os cristão-novo, judeus portugueses que foram forçados a conversão cristã, quanto aos judeus portugueses desterrados pelas perseguições em Portugal antijudaicas em Portugal.

analisando a conjuntura da época o estigma está relacionado com a identidade social dos sujeitos e dos grupos sociais. Uma característica fortemente presente dentro da sociedade setecentista que possuía em seus arranjos sociais vários tipos de discriminação. Historicamente falando, quando examinamos à etimologia da palavra percebemos que ao longo do tempo ela foi adquirindo muitos significados. A princípio, na Grécia Antiga, como afirma Goffman, o termo era utilizado para sinalizar as marcas corporais de escravos e criminosos. Posteriormente, segundo o autor, na Idade Média, a palavra passou a designar as marcas da graça divina ou sinais físicos causados por doenças.

Sobre os cristãos-novos, o conceito de estigma de sangue estava relacionado com a categorização de um grupo por outro. Sendo assim, foi lhes conferindo um grau inferior de status na esfera religiosa. A atribuição de um estigma sobre eles, esteve atrelado com as pré-noções, os preconceitos, os estereótipos que foram sendo moldados ao longo dos anos. A principal consequência deste tipo de relação é a negação de direitos e oportunidades ao grupo estigmatizado, o que normalmente acontecia quando um cristão-novo era preso pelo Tribunal do Santo Ofício. Neste sentido, podemos visualizar tais situações também em outros grupos sociais como dos negros escravizados, os povos da terra, entre outros caracterizando-os como exemplo de estigma. Todavia, não é objetivo da pesquisa equiparar o grupo de cristãos-novos à condição social e desumana que os negros viviam na América portuguesa. Ao serem categorizados enquanto tal passam automaticamente a serem percebidos como indesejáveis, criminosos, preguiçosos, e de maneira geral como uma ameaça para a sociedade vigente.

[...] Uma das fases desse processo de socialização é aquela na qual a pessoa estigmatizada aprende e incorpora o ponto de vista dos normais, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade e uma ideia geral do que significa possuir um estigma particular. Uma outra fase é aquela na qual ela aprende que possui um estigma particular e, dessa vez detalhadamente, as consequências de possuí-lo. A sincronização e interação dessas duas fases iniciais da carreira moral formam modelos importantes, estabelecendo as bases para um desenvolvimento posterior, e fornecendo meios de distinguir entre as carreiras morais disponíveis para os estigmatizados. [...] (GOFFMAN, 2004, P.30)

O grupo familiar e social de Antônio Rodrigues Garcia, ao longo de várias gerações constituiu em Portugal e na Colônia relações de sociabilidade, sendo estabelecidas por seus integrantes, criaram redes de parentesco, compadrio e assistência. Com a reconstituição de sua trajetória foi possível verificar os vínculos de consanguinidade, as alianças entrelaçadas que lhes garantiram *status* e espaços no grupo da elite local. Rodrigues Garcia e os membros de sua rede

de cristãos-novos, também tinham no seu cotidiano a realização das práticas e cerimônias judaicas, que eram executadas ao longo do percurso nos caminhos das transações comerciais.

Através do estudo do criptojudáismo e das representações sociais dos cristãos-novos nos sertões do rio de São Francisco, procuramos analisar como essas manifestações estiveram presentes no cotidiano desses sujeitos. As práticas religiosas construíram ritualmente o espaço do sagrado. Neste sentido, esse lugar foi sobretudo, uma resistência silenciosa onde se podia praticar a lei mosaica longe dos olhos do Santo Ofício. Eram locais onde as práticas tidas como heréticas pela religião oficial se tornavam sagradas. Sendo assim, nos revelam uma estrutura espacial de um simbolismo que constituiu e criou territórios da religiosidade criptojudáica. Portanto, o sertão do rio de São Francisco favoreceu a resistência cristã-nova, e o livre exercício da identidade e da fé na Lei de Moisés. A territorialidade engloba ao mesmo tempo as relações que alguns grupos mantêm com o lugar, tornando-o sagrado. Para Zeny Rosendahl a experiência religiosa traz uma oposição entre o espaço sagrado e para todo o resto que o cerca. Rosendahl nos mostra os seguintes aspectos sobre a formação do território religioso:

O espaço sagrado é um campo de forças e valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência. É por meio dos símbolos, dos mitos e dos ritos que o sagrado exerceu sua função de mediação entre o homem e a divindade. E é o espaço sagrado, enquanto expressão do sagrado que possibilita o homem entrar em contato com a realidade transcendental chamada deuses, nas religiões politeístas, e Deus, nas monoteístas. (ROSENDAHL, 1996. 30) .

A construção de um espaço religioso entre cristãos-novos, tornou-se uma forma de socializar e de resistir às ameaças inquisitoriais, seguindo sua historicidade e ritualística, pois essas vivências religiosas estavam em constante movimento e transformação. Portanto, foi em meio ao sertão que a religiosidade vivenciada pelos criptojudeus se direcionou e movimentou, para Rosendahl “Um grupo religioso, mais do que qualquer outro, tem a necessidade de apoiar em um objeto, em uma parte da realidade que permanece, porque ele próprio não a tem a pretensão de mudar [...]. (ROSENDAHL, 1996. 30)”. O sertão do São Francisco, também foi um local de encontros para “judaizar” sem ser percebido, adquirindo sustentabilidade e legitimidade.

Os sertões do rio de São Francisco, além de uma rota comercial e um local de trânsito intenso de viajantes que ali pousavam, se tornou um ponto estratégico para a observância dos ritos judaicos. Antônio Rodrigues Garcia improvisou com seu grupo de cristãos-novos, aparentados e amigos algumas cerimônias mosaicas. Estas práticas e ritos ficaram explícitas em várias de suas confissões diante da Mesa do Tribunal do Santo Ofício. Era no seio da família no interior de suas casas, que esses cristãos-novos se reuniam para celebrar alguns ritos judaicos e

festas como a celebração do *Shabat*<sup>93</sup> e o jejum do Dia Grande<sup>94</sup>, entre outras práticas judaicas. Dentro daquele contexto ficou notório que o criptojudaísmo foi mantido da maneira que lhes convinha. Essas reuniões secretas demonstram que os ritos e costumes judaicos entre os cristãos-novos se preservaram ao longo do tempo. A historiadora Anita Novinsky ao discorrer sobre o tema, abordou que:

Mesmo não seguindo as práticas judaicas de um modo consciente, mas apenas como reminiscências, os cristãos-novos em muitos pontos mantiveram a essência de sua cultura original. Assim, sentiam uma repulsa pelas imagens de santos, que naqueles tempos abarrotavam os altares e as moradias particulares. Consideravam a religião católica uma idolatria, contudo incorporaram em suas práticas conceitos totalmente estranhos a teologia judaica. Conhecia-se na Bahia a “Confraria da Toura”, para qual os cristãos-novos juntavam dinheiro, e comentava-se que o retrato que havia na capela de Gonçalo Homem de Almeida não era do Santo Antônio, como dizia, mas de seu irmão Antônio Homem que morrera queimado pelo Santo Ofício. [...] (NOVINSKY, 1970. 159.).

Foi este sentimento de pertencimento à nação hebraica, que manteve viva a memória criptojudaica dos cristãos-novos dentro do campo religioso. A tradição que era repassada geração após geração e que moveram os indivíduos a continuarem a professar suas crenças, a praticarem seus ritos e cerimônias. A família caracteriza-se como uma instituição de relações de força e poder, onde as estruturas de vínculos se forjam e se perpetuam em alguns sentimentos como: coesões, conflitos, interesses e afetividades construídos a partir desses critérios. Assim sendo, era dentro das relações familiares que essa identidade se solidificava baseada na exclusão e em uma ancestralidade comum, que não poderia ser esquecida. Lá nos caminhos dos sertões do rio de São Francisco, Antônio Rodrigues Garcia, por muitas vezes transformou sua casa em uma “Sinagoga”<sup>95</sup>, onde muitos amigos e parentes praticavam ritos e cerimônias judaicas. Ali nos rincões sertanejos Rodrigues Garcia se reuniu com, Domingos Nunes seu irmão, Jerônimo Rodrigues (seu primo), Diogo Nunes Henrique (seu tio), José Rodrigues Garcia, Gaspar

---

<sup>93</sup> *Shabat* (hebraico, para o dia do descanso obrigatório, “Sabá”). O Shabat judaico vai do anoitecer da sexta-feira ao sábado à noite. É o dia que Deus abençoou, ao descansar do trabalho da Criação que Ele realizara em seis dias. Um judeu deve imitar Deus descansando no Shabat de todo o trabalho que manifeste o controle do homem sobre a natureza. (UNTERMAN, Alan Dicionário das tradições judaicas)

<sup>94</sup> Iom Kipur (hebraico, significa “Dia da Expição”). O jejum de 10 de Tishri é o dia mais sagrado calendário judaico, marcando o fim dos DEZ DIAS DE PENITÊNCIA. Na antiguidade, era o único dia que o SUMO SACERDOTE entrava no SANTO DOS SANTOS [...]. (UNTERMAN, Alan Dicionário das tradições judaicas)

<sup>95</sup> Sinagoga (do grego, significa “lugar de reunião”) [...] A Sinagoga era o lugar de encontro da comunidade, daí seu nome, tanto em grego como em hebraico (beit ha-kenesset, “a casa de reunião). Um judeu estava proibido de viver em uma cidade em que não houvesse uma sinagoga, também usada como abrigo para viajantes que sempre encontrariam lá um lugar para dormir, num banco vago ou em um canto qualquer. (UNTERMAN, Alan Dicionário das tradições judaicas)

Fernandes Pereira, Francisco Ferreira da Fonseca e muitos outros, entre relações de amizade e parentesco mesclando as práticas judaizantes e os negócios entre eles.

Em uma confissão do dia seis de agosto de 1732, Antônio Rodrigues Garcia disse que esteve com José Rodrigues Cardoso, filho de seu primo Jerônimo Rodrigues, entre práticas mosaicas nos sertões do São Francisco. Rodrigues Cardoso, um jovem, cristão-novo, sem ofício que também foi preso pelo Inquisição, morador na cidade da Bahia, iniciou sua vida judaica aos trezes anos de idade através de sua tia Ana Mendes no qual foi sua professora de judaísmo. Pelo relato de Rodrigues Garcia, este seu parente esteve em sua casa no Rio de São Francisco no ano de 1724 realizando as tais práticas mosaicas.

Disse mas que haverá oito anos pouco mais o menos no Rio de São Francisco e casa dele confitente se achou com Joseph Rodrigues Cardoso xn sem ofício filho do sobredito Jerônimo Rodrigues e Guiomar da Rosa natural da cidade da Bahia e morador nas Minas Gerais não sabe que foste preso ou apresentado e estando ambos sós entre práticas se declararam por crentes e observantes da lei de Moisés para a salvação de suas almas e por sua observância disseram que faziam os ditos jejuns dos sábados e não se falaram mais. (ANTT/TSO-IL Proc. Nº 6292. F 32.).

As práticas judaicas nos sertões do São Francisco, por hora poderiam ser realizadas sem a vigilância do Santo Ofício. Mesmo estando em um contexto balizado no medo e no recrudescimento nas ações do Tribunal pela Capitania da Bahia, Rodrigues Garcia esteve por muitos anos realizando ritos judaicos com seus parentes e amigos no âmbito de sua casa. A reação perpetrada pelos cristãos-novos, a esse contexto hostil de inseguranças se configurou de maneira inversa da almejada pelas forças eclesiásticas, diante das proibições criptojudéus continuavam judaizando perante os tentáculos do Santo Ofício. As perseguições perduraram por longos anos, moldando comportamentos, práticas, crenças, dentro do tempo e espaço. Esses indivíduos criaram mecanismos de resistências dentro das famílias, configurando essas práticas como lhes convinha no seio familiar. Mesmo inserido em um contexto social de prestígio, esses sujeitos não conseguiram alcançar a noção de pertencimento à sociedade colonial da época, a conjuntura dual por eles vivenciados lhe remetiam a um sentimento de dúvidas e incertezas. Segundo Anita Novinsky:

[...] o cristão-novo na Bahia conseguiu integrar-se na sociedade, alcança um *status* superior, iguala-se em prestígio ao nobre de origem, mas ele tem a consciência de que não pertence a essa sociedade. Essa situação o fez ver o mundo de maneira diferente da massa da sociedade cristã –velha. Põe em dúvida todos os valores dessa sociedade, principalmente os valores religiosos, que eram

naqueles tempos os delineadores de todo o comportamento. [...]. (NOVINSKY, 1970. 158.).

A Ermida do Bom Jesus da Lapa, no caminho do sertão, do rio de São Francisco e das Minas Gerais, se tornou o centro das vivências religiosas. Um lugar de sociabilidade, onde as crenças da “Lei de Moisés” poderiam ser propaladas. Os processos inquisitoriais como o de Antônio Rodrigues Garcia nos mostraram como os cristãos-novos realizavam essa mobilidade, percorrendo lugares em reuniões familiares e práticas mosaicas. Outro cristão-novo que esteve no sertão judaizando com Rodrigues Garcia foi Gaspar Fernandes Pereira, homem de negócios, meio irmão de Antônio da Fonseca outro cristão-novo que fixou moradia no sertão do São Francisco, em Santo Antônio do Urubu de Cima na fazenda de Dona Joana Guedes de Brito. Gaspar Henriques tinha fama pública de judeu pelos sertões, assim disseram algumas testemunhas de seu irmão. No ano de 1717, Gaspar Fernandes Pereira disse estar com Antônio Rodrigues Garcia entre práticas e cerimônias.

Disse mais que haverá nove anos pouco mais ou menos no Rio de São Francisco distrito da Bahia se achou com Antônio Rodrigues ou Nunes, xn solteiro irmão inteiro de Domingos Nunes Garcia de quem acabou de dizer natural não sabe de onde e morador na cidade da Bahia, não sabe que fostes prezou apresentado, estando ambos sós entre práticas se declararam e se deram conta que criam e viviam da Lei de Moisés para a salvação de suas almas e não se falaram em cerimônias nem se falaram mais.(ANTT/TSO-IL Proc. Nº 8777. F. 282, 283.).

Eram nestes encontros e festividades religiosas que os cristãos-novos se socializavam que segundo Suzana Severs: “[...] as festividades judaicas, de um modo geral, tinham também a função de estreitar a convivência entre os cristãos-novos, pela reunião que promoviam, pelo fortalecimento da identidade judaica.” (SEVERS, 2016. 136). Uma outra passagem sobre práticas judaicas no sertão do rio de São Francisco foi o relato do cristão-novo Diogo Nunes, um dos autores do roteiro que descrevia a jornada por entre o sertão de Salvador às Minas Gerais. Já descrito anteriormente neste estudo, o sertão se tornou o local das paradas e pouso dos viajantes, o rio de São Francisco também foi um lugar para realizar as cerimônias entre os cristãos-novos. Sendo uma via religiosa e comercial, eram esses caminhos que conduziam suas mercadorias e negócios. Diogo descreveu que esteve no ano de 1718 na Ermida de Nossa Senhora da Lapa, provavelmente em casa de Antônio Rodrigues Garcia, na companhia de Domingos Nunes entre práticas. Além das práticas criptojudaicas, todos os três estavam envolvidos entre negócios da rede de Diogo Nunes Henriques, uma rede composta por laços de parentesco e compadrio. Relatou Diogo Nunes em sua confissão que no ano de 1718:

Disse mais que haverá onze anos mais ou menos no rio de São Francisco junto da Ermida de nossa Senhora da Lapa, Arcebispado da Bahia se achou no campo com Domingos Nunes xn tratante irmão inteiro do sobredito Antônio Nunes, solteiro natural deste Reino não sabe donde e não tinha lugar certo de habitação, mais ouviu dizer que agora estava nas Minas novas da Itacambira, não sabe que fostes preso nem apresentado e estando ambos sós entre práticas se declararam por crentes e observantes da Lei de Moisés para a salvação de suas almas e não se falaram mais. (ANTT/TSO-IL Proc. Nº 7488. F. 20, 21.).

O mercador Pedro Nunes de Miranda, filho do médico cristão-novo Francisco Nunes de Miranda, homem de confiança da família de Rodrigues Garcia, também fez um relato sobre uma de suas passagens pelo sertão. No ano de 1712, disse que no caminho entre as Minas esteve com alguns companheiros realizando práticas judaicas. Em uma de suas confissões relatou ao Santo Ofício, uma reunião onde esteve com Antônio Rodrigues Garcia:

Disse mais que haverá vinte anos pouco mais ou menos, indo ele confitente para as Minas em companhia de seus primos Francisco Nunes de Miranda e Davi de Miranda dos quais tem dito e comprovado e estando descansando no Rio de São Francisco se ajuntaram com Diogo Nunes Henriques, Antônio Nunes e Francisco Rodrigues Pereira xxnn e com seu parente Luís Nunes de Miranda xxnn, dos quais também já tem dito e comprovado e com José da Costa cunhado dele confitente, xn tratante e embarca para a costa da Mina e Angola, então solteiro e já casado com Ana de Miranda Irmã dele confitente filho de André... cujo ofício não sabe e Brites Pereira não sabe donde se natural e morador na cidade da Bahia não sabe que foste preso ou apresentado e estando todos a saber ele confitente e os ditos Francisco Nunes Miranda, Davi de Miranda, Diogo Nunes Henriques, Antônio Nunes, Francisco Rodrigues Pereira, Luís Nunes de Miranda e José da Costa fizeram todos juntos o Jejum do primeiro dia da Rainha Esther [...]. (ANTT/TSOL-IL Proc. Nº 9001. F. 134.).

Francisco Ferreira da Fonseca, um mineiro, amigo e homem de confiança nos negócios com Antônio Rodrigues Garcia, em sua confissão também relatou que esteve no ano de 1725, nos caminhos do sertão das minas de ouro, estando em companhia de Antônio Rodrigues entre a prática da Lei de Moisés. Essa afirmação expressa como os cristãos-novos mensuravam suas práticas dentro de suas redes, que estavam para além do trato mercantil. Era nessas ocasiões das transações comerciais que eles também realizavam seus ritos criptojudaicicos, a necessidade de se integrar com seus iguais.

Disse mais que haverá sete anos ou mais ou menos, no caminho do sertão das Minas de Ouro Preto, indo em companhia de Antônio Rodrigues xn homem de negócio, não sabe o nome da mãe natural do lugar das Frexeidas, morador no dito sertão não sabe se foste preso e apresentado, estando ambos entre praticas se declararam crentes e observantes da Lei de Moisés e não se falaram mais. (ANTT/TSOL-IL Proc. Nº 06. F. 28.).

O cristão-novo, Antônio de Sá de Almeida, mineiro, filho de Manoel Henriques de Leão, um mercador e de Margarida de Almeida. Morador entre as minas do Fanado e Serro Frio Bispado do Rio de Janeiro e as minas do Araçuaí Bahia, também tinha laços de amizade e compadrio com Antônio Rodrigues Garcia. Em uma de suas confissões ao Santo Ofício relatou que no ano de 1729 esteve no Sertão do São Francisco com Rodrigues Garcia. A fala de Antônio de Sá expressou um sentimento apreensivo diante do cenário em que estavam vivendo, foi exatamente nesse período que as prisões ao grupo no qual eram partícipes se acirraram, e dentro desse contexto, a casa do amigo serviu para um desabafo, relatou que iria se apresentar perante a Inquisição. Os cristãos-novos usavam essa tática como meio de abrandar suas penas.

Que haverá cinco anos no Rio de São Francisco, se achou com Antônio Rodrigues Moreno xn homem de contrato, solteiro não sabe de quem se filho nem donde ser natural, ele da Província da Beira do Bispado de Lamego, mas não sabe a terra e morador no do Bom Jesus da Lapa no Rio de São Francisco e estando ambos sós lhe disse ele confitente que quer vir -se apresentar-se, e o mesmo não se lembra se lhe disse que vieste ou não vieste e não se falaram mais. (ANTT/TSO-IL Proc. N° 8025. F. 363.)

A vigilância do Santo Ofício em torno de suas vidas, estava predisposto sob a ideia de o Santo Ofício não tolerar o fato de um cristão batizado, professar qualquer tipo de fé ou rito que não estivesse ensejado dentro do cristianismo. Segundo a historiadora Suzana Severs (2016), os crimes atribuídos aos cristãos-novos eram o desvio à doutrina católica, a prática secreta da religião judaica e o "criptojudaísmo". Para Severs:

Esta era uma maneira de justificar e legitimar a própria existência da instituição, pretendendo-a indispensável para a coesão nacional em torno da fé única os cristãos-novos sempre foram à razão de ser da Inquisição. Apesar de, desde o Concílio de Trento (1545-1563) serem julgados outros tipos de desvio ao comportamento e às normas católicas, era o criptojudaísmo seu objetivo principal. (SEVERS, 2016. 121.).

A família Nunes esteve em um ambiente em meio ao antijudaísmo difuso na sociedade portuguesa. Outro grupo familiar que fazia parte da mesma esfera social e religiosa eram os Nunes de Miranda, estudados por Suzana Severs. Todos eles foram citados constantemente nos processos inquisitoriais de cristãos-novos, tanto em Portugal como aos que moravam no Brasil. Alguns dos membros dessas famílias eram moradores de Pinhel, e outros lugares espalhados pelo Reino, ou em outras partes como Castela. Suas residências se tornaram locais habituais de encontros para se tratar da “Lei de Moisés”. Esses encontros mostram uma convivência social e familiar muito forte. Rotineiramente, conviviam e comunicavam a crença na “Lei de Moisés” propagada entre eles, eram frequentadores assíduos das casas entre si.

E foi dentro desta relação com os cristãos-novos na Bahia, durante a primeira metade do século XVIII, que Antônio Rodrigues Garcia se constituiu. Naquele contexto, uns estavam ligados por extensas redes de parentesco que os trouxe para a América portuguesa com vários objetivos. Alguns, porém, por conjugarem interesses comerciais e, outros, por manterem práticas judaizantes que também serviam como um aporte para mantê-los ligados à identidade mosaica. Neste sentido, quando analisamos as falas de alguns cristãos-novos, percebemos um certo temor quando eles estavam diante de pessoas que não pertenciam à sua rede de parentes e amigos, e como lidavam com a situação. Em vários depoimentos constatamos estas preocupações, enquanto cristãos-novos, eles não poderiam atrair um olhar suspeito. É notório que entre a maioria deles havia sim uma solidariedade relativa a essa ascendência. Em uma confissão de Antônio Rodrigues Garcia, pode-se notar o cuidado e a desconfiança que os cristãos-novos tinham em relação a pessoas desconhecidas em seu meio de convívio<sup>96</sup>. Era um contexto que exigia dos mesmo uma certa precaução.

No ano de 1726 nos Campos das Minas Gerais e Sítio que o Chama de o Engenho de Antônio Rodrigues de Souza em casa de seu irmão Domingos Nunes de quem tem dito se achou com ele e com José Nunes, XN sem officio solteiro não sabe de quem é filho natural segundo ele dizia das partes da Vila Nova Foz de Coa e morador que era no dito sítio em companhia do dito irmão dele confidente não sabe que foi preso ou apresentado estando todos três a saber ele confitente e os ditos seu irmão Domingos Nunes e José Nunes por ocasião dele confidente perguntar ao dito seu irmão quem era o dito José Nunes porque não o conhecia, respondendo o dito seu irmão na presença do mesmo José Nunes estas palavras = Sê dos Nossos= e o dito José Nunes que muito bem ouviu estas práticas não respondeu coisa alguma a ele confitente ficou entendendo que era observante da Lei de Moisés, e não [...] mais. (ANTT/TSO-IL Proc. N° 6292. F. 44, 45.).

Os cristãos-novos tiveram que formar espaços sociais de persistência. Configuraram grupos de pertencimento através dos quais moldaram suas próprias identidades. Evidenciado por suas práticas, reverberaram a todo um contexto que engloba e reafirma um judaísmo, que embora esteja oculto para muitos é visualizado em toda retórica processual concernente às falas dos presos neste período analisado. As solidariedades entre os cristãos-novos pertencentes ao grupo de Antônio Rodrigues Garcia puderam externar de diversas formas: eles alertavam uns aos outros sobre o perigo de certas falas, como proceder diante da Mesa, pois sabiam que era para eles que se voltava a Inquisição; constituíam redes de sociabilidades que colocavam, amigos, parentes,

---

<sup>96</sup> A importância do termo “sê dos nossos” utilizado por alguns cristãos-novos significa, ser da mesma nação e compartilhar uma mesma identidade.

criptojudeus ou não, trabalhando uns com os outros- quer no comércio, na extração das minas de ouro, quer no trato dos negócios. E ali sempre procuravam estar juntos na hora da morte de parentes, festas de casamento, até mesmo auxiliando financeiramente em momentos de dificuldades.

### **3.1.1 Ana Mendes que estas coisas lhe diziam e ensinavam e criam e viviam na Lei de Moisés**

Uma figura importante na vida de Antônio Rodrigues Garcia foi sua tia materna Ana Mendes. No caso de Rodrigues Garcia e de seu irmão Domingo Nunes desde sua chegada à América portuguesa na Capitania da Bahia - essa sua tia deu-lhes suporte e acolhimento em sua residência no Recôncavo baiano. Estes tipos de arranjos familiares foram de suma importância para o estabelecimento de alguns cristãos-novos no Brasil. Assim sendo, essa cristã-nova foi uma peça fundamental na vida de vários familiares que vinham se abrigar no além-mar. Em uma de suas confissões, Rodrigues Garcia relatou que sua tia, mulher comerciante, deu o pontapé inicial para que ele iniciasse sua vida no comércio colonial, emprestando 200 mil réis. Todavia, Ana Mendes, foi bem categórica com o seu sobrinho, antes de lhe emprestar os proventos ela o questionou para saber em que lei ele vivia, uma maneira bem explícita de saber se realmente Rodrigues Garcia professava a lei mosaica. Ana Mendes foi uma mulher firme nas palavras. Sabia que o contexto híbrido em que viviam era perigoso, mesmo assim diante do cenário de medo, mantinham a essência dos costumes de seus antepassados viva. Não havia outra maneira a não ser aquela estabelecida na dicotomia em que viviam, era responsabilidade dela, mulher anciã, repassar e preservar essa tradição. Rodrigues Garcia relatou em sua confissão:

No sítio do Subaé Recôncavo da cidade da Bahia e casa de sua tia materna Ana Mendes xn solteira irmã inteira da mãe dele confitente e filha dos seus avós maternos cujos nomes não sabe natural da Vila de Pinhel e moradora no sobredito sítio não sabe que foste presa ou apresentada se achou com ela estando ambos sós por ocasião dele confitente pedir a dita sua tia algum socorro para ganhar sua vida, lhe perguntado esta em que lei vivia, respondendo ele confitente que na de Moisés, se declararam ambos por crentes e observantes da dita lei para a salvação de suas almas e não falaram em cerimônias e então lhe emprestou a dita sua tia duzentos mil reis de quem ele confitente lhe fez obrigação e ainda está lhe devendo e não se falaram mais nem ele confitente se tornou a ver a dita sua tia. (ANTT/TSO/IL Proc. Nº 6292. F.38).

A Inquisição esteve atenta a informações sobre essas mulheres e os interrogatórios em torno do ensino da lei mosaica ficaram mais contundentes. As prisões se acirraram em meio aos familiares e amigos de Antônio Rodrigues Garcia. Era uma questão de tempo para que os oficiais

do Santo Ofício alcançassem Ana Mendes na Bahia. Ela sabia que se permanecesse no reino de Portugal, poderia ser uma presa fácil. Posto isto, a cada cristão-novo preso e interrogado o nome de Ana Mendes surgia diante da mesa. Os relatos das confissões, faziam alusões as cerimônias judaicas e reuniões secretas. E um dos aspectos que poderia ser um agravante para a situação de Ana Mendes era a transmissão do judaísmo através do ensino, um item considerado grave para o Santo Ofício. Ana Mendes foi uma das responsáveis em transmitir o judaísmo para seus familiares. Sendo assim, o seu papel era fundamental para o seio da comunidade de cristãos-novos que ela pertencia. O poder social que ela exercia era muito significativo, influenciando mulheres e homens nas práticas e cerimônias criptojudaicadas. Segundo Anita Novinsky:

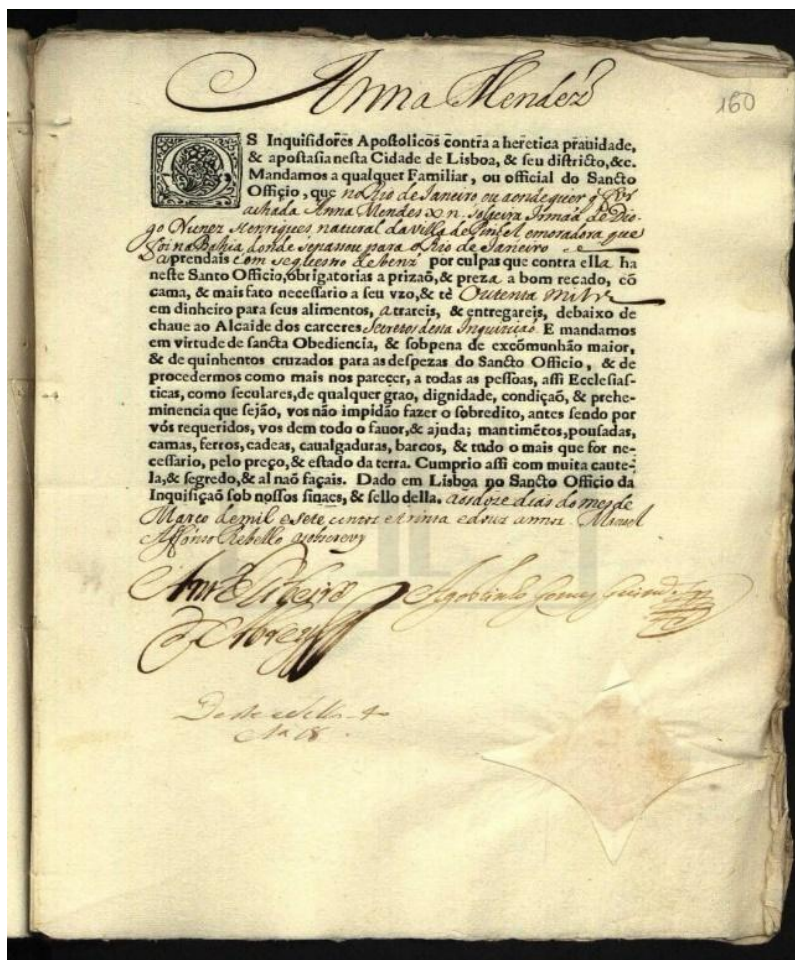
As mulheres eram consideradas pelos inquisidores uma ameaça contra à continuidade do catolicismo, pois sabiam que eram responsáveis pela transmissão da religião judaica. As práticas que atravessaram séculos eram de domínio doméstico, “a portas fechadas”. Nos Interrogatórios, os inquisidores costumavam perguntar: “Quem foi que te ensinou?”. (NOVINSKY, 2015. 111.).

A mulher cristã-nova assumiu papéis importantes dentro da camada social em que viviam. Eram elas as responsáveis em memorar as celebrações de certos jejuns, como os jejuns pequenos das segundas e quintas-feiras, como aparece em vários processos; quer o jejum maior ou do perdão, o *Yom kippur*, que durava um só dia, no mês de setembro; o *tissa-be-ab*, celebrado durante nove dias do mês de julho, ou ainda o *Purim*, ou jejum da Rainha Ester, três dias em fevereiro ou março, durante os quais se jejuava durante todo o dia, só se comendo à noite, depois do aparecimento da estrela; tal como nas restantes abstinências judaicas. Nos dias de jejum, a privação alimentar só podia ser quebrada com peixe, pão, queijo, pepino, lentilhas, frutas, etc., estando interditos o vinho e a carne. Por isso era de suma importância para o Santo Ofício que durante as confissões o réu denunciasse quem os ensinou, ou quem os inseriu no judaísmo. Geralmente, era a figura de uma mulher, e essa mulher precisava ser aniquilada porque ela era a transmissora das práticas judaicas. Papéis que antes dentro do judaísmo ortodoxo eram exclusivamente de homens, foram assumidos por essas mulheres garantindo por vários séculos a sobrevivência das tradições judaicas que eram transmitidas pela oralidade nos lares dessas mulheres.

Antônio Rodrigues Garcia em suas andanças pelo Recôncavo baiano, sempre esteve ligado ao convívio com sua tia Ana Mendes, em alguns processos, seu nome esteve destacado nas cerimônias e festas em Subaé, casa dessa sua tia. Muitos cristãos-novos aprenderam a

religiosidade dentro dos lares, com suas mães, ou com mulheres que tinham uma representatividade efetiva para os tais, instruindo e ensinando-lhes a fé dos antepassados enquanto realizavam as tarefas domésticas no cotidiano, nas orientações para a vida comercial, como foi o caso de Rodrigues Garcia. Essa religiosidade foi passada em grande medida oralmente de geração a geração, tomando características e especificidades próprias, que variavam no tempo, no espaço e nos grupos familiares, de acordo com os interesses e conhecimentos de cada neoconverso que tivesse o intuito de resgatar a religião dos antepassados.

Figura 7: Mandado de prisão de Ana Mendes



Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Mesmo com essa fama de divulgadora da Lei de Moisés, essa cristã-nova não foi presa pelo Santo Ofício português. O mandado de prisão em seu nome foi expedido no dia 12 de março de 1732. Neste sentido, o alcance da Inquisição sobre Ana Mendes já era esperado, devido ao seu envolvimento com vários réus processados pela Inquisição, como também seus próprios parentes que estavam nos cárceres do Santo Ofício. Não há processo nos arquivos inquisitoriais

devido a sua fuga para Londres entre os anos de 1729 a 1730, deixando assim uma lacuna em sua história. Todavia, foi possível averiguar alguns aspectos de sua vida na América portuguesa, por intermédio de processos inquisitoriais contra alguns cristãos-novos e algumas cristãs-novas. Sendo assim, tentamos reconstruir sua vivência religiosa através dos relatos de seus ajuntamentos grupais com parentes e amigos, realizando cerimônias criptojudaicadas.

Ana Mendes, uma anciã, que transmitiu os conhecimentos proibidos do judaísmo, levando adiante a memória coletiva de seus ancestrais. O processo de um dos seus sobrinhos Jerônimo Rodrigues, nos mostrou claramente como se concretizou o seu processo de inserção nas práticas judaicas através do ensino de Ana Mendes. Descrevendo como lhe foi mostrado e ensinado as orações e proibições da alimentação “*Kosher*”<sup>97</sup>, a observância do sábado, o jejum do Dia Grande, de acordo com o ensino e as práticas de sua tia. Podemos observar estes quesitos na confissão de Rodrigues:

Que haverá trinta e cinco anos na Vila de Pinhel e casa de sua tia Ana Mendes xn, solteira não sabe o nome do pai e a mãe se chama segundo ele parece Maria Fainha natural da dita vila e moradora na cidade da Bahia, não sabe que fostes presa nem apresentada e estando ambos sós a mesma lhe disse que se queria salvar a sua alma deixaste a Lei de Cristo e seguiste a Lei de Moisés na qual só haverá salvação e que por sua observância não comeste carne de porco, lebre e coelho e peixe de pele e que rezaste a oração do Padre Nosso nem dizer Jesus no fim e no mês de setembro fizeste jejum do Dia Grande e Capitão estando de estrela em estrela sem comer nem beber senão a noite ceando então coisas que não fossem carne e do mesmo modo fizeste o jejum da Rainha Ester que vem no mês de fevereiro por três dias consecutivos e observaste a páscoa dos pães asmo que vem alguns dias antes dos cristãos e que guardastes os sábados de trabalho como dias santos vestindo na véspera camisa lavada porque ela a dita Ana Mendes que estas coisas lhe dizia e ensinava e cria e vivia na Lei de Moisés [...]. (ANTT/TSO-IL Proc. Nº 10003. F.14-15-16-17).

Os espaços domésticos se tornaram recintos de propagação de um judaísmo que era transmitido através da memória oral, principalmente das matriarcas. Conforme observou a professora Anita Novinsky, “as mulheres exerciam um papel primordial na família pois dela dependia a educação dos filhos, inclusive a religiosa.” (NOVINSKY, 2015. 114.). A manutenção dessas tradições, nas quais Ana Mendes escolheu viver, mesmo dentro de um sistema de vigilância sobre as práticas judaizantes, mostrou-se naquela temporalidade uma resistência inflexível diante das forças inquisitoriais, a mulher como o centro da manutenção e preservação

---

<sup>97</sup> Kosher (ou kasher) é um termo que faz referência aos alimentos que são adequados ou permitidos pelas leis alimentares do judaísmo. A palavra de origem iídiche (língua indo-europeia que foi adotada pelos judeus) Kosher significa literalmente “permitido” ou “apropriado”, sendo utilizada dentro do kashrut, um conjunto de deveres alimentares estabelecidos pela lei judaica (Halachá).

da identidade da “gente da nação”. Uma confissão que cita essa personagem como instrutora na vida judaica, foi também encontrada no processo de seu sobrinho em segundo grau José Rodrigues Cardoso.

Que haverá sete anos na cidade da Bahia e casa de sua parenta Ana Mendes xn, solteira não sabe de quem é filha nem donde natural, então era moradora na cidade da Bahia e depois se achou no Rio de Janeiro e aí veio dizendo que ia para as ilhas não sabe aonde apresenta ou assiste, nem que foste preza ou apresentada. Se achou com ela, estando ambos sós lhe disse a dita sua tia Ana Mendes que se queria salvar a sua alma se tivesse a crença na Lei de Moisés, em que só havia salvação e não na lei de Cristo Senhor Nosso e que por sua observância fizestes jejuns pelo anos dos dia que parecesse, estando sem comer nem beber de um dia à noite até o seguinte as mesmas coisas, ceando então o que tiveste ou fosse carne ou peixe e que rezaste a oração seguinte: Aguios, esquivos, ateos, atanados, Adonai, eguinos tetra gramation<sup>98</sup>. Porque ela que isto lhe dizia e ensinava cria e vivera na dita Lei com o intento de nela se salvar e por sua observação fazia a dita cerimônia e estando ele confitente no dito ensino e que a dita Ana Mendes por ser mulher já velha e de bom juízo e capacidade, o encaminharia no que mais lhe convinha para a salvação da sua alma se apartou logo da Lei de Cristo e se achou na crença da Lei de Moisés [...]. (ANTT/TSO-IL Proc. Nº 19. F. 10, 11, 12.).

Ana Mendes, uma mulher que resistiu ao sistema inquisitorial o qual a perseguiu, assim como aos seus parentes, por várias gerações. O Tribunal do Santo Ofício operou contra a sua rede familiar, prendendo amigos e parentes e interferindo em suas sociabilidades e convivência. Mas dentro de suas casas havia uma circularidade de práticas tidas como heréticas pelo sistema eclesiástico da época. Mendes e seu *locus* social desafiou o poder do Santo Ofício realizando cerimônias judaicas-suas rezas e jejuns, mesmo tendo consciência de que a qualquer momento eles poderiam ir parar nas garras dos inquisidores, pois o sistema de denúncias era implacável. A cada cristão-novo preso, o nome de Ana Mendes aparecia dentro das confissões, repetidamente entre as mesmas práticas judaizantes. Observamos esses aferimentos em alguns processos de cristãos-novos de sua rede social e familiar. Processo de Antônio Cardoso Porto:

Disse mais que haverá oito anos para nove na cidade da Bahia e casa de Ana Mendes xn solteira não sabe de quem é filha natural da cidade de Pinhel e moradora da cidade da Bahia não sabe que foste presa ou apresentada estando ambos sós por ocasião do mês de setembro quando fazia o jejum do dia grande e ele confitente [...] se acharam por crentes e observantes da Lei de Moisés para salvação de suas almas e por suas observâncias disseram que faziam o dito jejum e não se falaram mais. (ANTT/TSO-IL Proc. Nº 8887. F.626-627).

---

<sup>98</sup> Esses trechos da oração é uma referência grega com o significado: “Deus Santo, Deus forte, Santo deus Imortal, Adonai santíssimo, voz misteriosa.” Traduzido do grego pelo professor Hudson Canuto.

O Sítio do Subaé, em Cachoeira, tornou-se o centro dos encontros e festividades entre cristãos-novos. Violante, Rodrigues, em sua fala, relatou estar “entre práticas e cerimônias na casa de Ana Mendes no ano de 1729”. Disse que Ana Mendes “é mulher já velha, e faziam o jejum do dia grande vestindo a melhor roupa. Discorrendo sua confissão, Violante Rodrigues diz que esteve também no ano de 1728 na casa Mendes, fazendo as mesmas cerimônias, com Antônio Rodrigues Garcia e seu irmão Domingos Nunes.

Disse mais que haverá doze anos pouco mais ou menos na cidade da Bahia e casa de Ana Mendes xn, solteira não sabe o nome do pai é só que é uma mulher já velha irmã de Diogo Nunes mineiro natural das partes de Pinhel e morador então da Bahia donde se mudou para o Rio de Janeiro, conforme ouviu dizer, não sabe que foste presa nem apresentada e estando ambos sós entre práticas que viviam, não se lembra sobre que mais [...] se declararam como criam e viviam na lei de Moisés para a salvação de suas almas e por sua observância disseram que faziam o jejum do Dia Grande vestiam os melhores vestidos e não se falaram mais. . (ANTT/TSO-IL Proc. N° 11403. F. 157-158)

Processo de Maria Bernal de Miranda:

Disse mais que haverá treze ou quatorze anos na cidade da Bahia e casa de Ana Mendes xn, não sabe de que Estado nem de quem ser filha nem que terra desse reino ser natural, e moradora na dita cidade da Bahia não sabe que foste preza ou apresentada se achou com ela e os sobrinhos da mesma chamados Antônio Rodrigues e Domingos Nunes xxn, solteiros, tratantes não sabe de quem ser filhos nem de que terra naturais deste reino e morador nas Minas Gerais não sabe em que terra nem que fostes prezo ou apresentados estando todos a saber ela confitente e os ditos Ana Mendes e seus sobrinhos Antônio Rodrigues e Domingos Nunes entre práticas se declararão por crentes e observantes da Lei de Moisés para a salvação de suas almas e não se falaram mais. (ANTT/TSO-IL Proc. N° 1820. F.24).

Processo de Francisca Henriques:

Disse mais que haverá nove anos na cidade da Bahia e casa dela confitente ou de Ana Mendes no que não está certa xn, solteira não sabe de quem é filha e que é irmã do dito Diogo Nunes Henriques de quem disse [...] natural da Vila de Pinhel moradora da cidade da Bahia donde se ausentou para o Rio de Janeiro se achou com ela e estando ambos sós em práticas se declararam por crentes e observantes da Lei de Moisés para a salvação de suas almas e se ficaram praticando por tempo de sete anos e não se falaram mais nem declararam quem havia ensinado e nem com quem mais havia se comunicado. [...] (ANTT/TSO-IL Proc. N° 10156. F.94-95-96).

O rastro de Ana Mendes se perdeu, pois, a documentação do Santo Ofício não nos fornece a data precisa de sua ida para Londres. Alguns depoimentos sobre essa cristã –nova nos leva a conjecturar que teria ido para o Rio de Janeiro e de lá embarcado para Londres entre 1725 e 1728. Provavelmente trocou de nome e, em terras inglesas, pode se proteger dos olhos famigerados do

Santo Ofício. A Inglaterra se tornou um ponto de refúgio e escapatória para muitos cristãos-novos que conseguiram ludibriar a Inquisição. Existia uma grande comunidade judaica sefardita que acolhiam os refugiados cristãos-novos da península ibérica, segundo o site Nation Between Empires:

Durante as décadas de 1720 e 1730, a população judaica em Londres alcançou números nunca antes testemunhados. Segundo AS Diamond (1962), mais do que duplicou. Este crescimento foi devido ao notável aumento da emigração ibérica de novos cristãos para a Inglaterra, principalmente de Portugal, após o recrudescimento da Inquisição no reino. Por exemplo, entre 1700 e 1730, cerca de 500 novos cristãos que vivem em Lisboa foram processados. Após o julgamento da Inquisição ou para evitá-lo por completo, muitos escaparam a bordo de barcos-pacote e navios militares ingleses. Essa circulação ilícita de pessoas e bens acabaria provocando uma tensão diplomática entre Portugal e Inglaterra.<sup>99</sup>

A figura de Ana Mendes teve um papel crucial na manutenção da identidade judaica em seu grupo familiar e social. A importância do papel da mulher cristã-nova como mantenedora das tradições herdadas de seus antepassados, por isso as análises realizadas com base nestes documentos históricos, procuraram identificar a construção das representações religiosas e culturais dessa cristã-nova, assumindo assim o papel de heresiarca. De acordo com Suzana Severs, consiste no reforço do conhecimento das práticas religiosas e hábitos judaicos que foram difundidos para outros cristãos-novos. Ana Mendes assim como os cristãos-novos sofreram uma violência física e simbólica, suas vidas foram marcadas pelas incertezas no contexto de medo em que viviam. Todavia, desafiaram um sistema que tinha no bojo de suas ações a vigilância exacerbada da vida social, cultural e religiosa da sociedade da época.

### **3.2 A prisão:**

No decurso da análise da trajetória de Antônio Rodrigues Garcia, foi possível verificar a existência de outros parentes que também foram presos ou se apresentaram ao Santo Ofício, em diferentes épocas. Este mapeamento também nos permitiu novas perspectivas de entendimento, sendo possível descortinar diversos aspectos das relações sociais, a dinâmica e o percurso dos

---

<sup>99</sup> Disponível em: <https://nationbetweenempires.wordpress.com/> 11/01/2022.

indivíduos, sua mobilidade e sociabilidades construídas até o momento da sua prisão ou apresentação.

A ação da Inquisição no grupo familiar dos Nunes foi intensa. A partir de 1669, os membros da família, um a um, passaram a cair na teia inquisitorial. O primeiro foi seu avô Manuel Fernandes<sup>100</sup> que se apresentou perante o Inquisidor Pedro de Ataíde e Castro no Tribunal de Coimbra em 23 de maio do mesmo ano, aos 45 anos de idade. Dos parentes do nosso personagem alcançado pelo Santo Ofício na Capitania da Bahia é possível destacar seus irmãos Domingos Nunes e Diogo Nunes Henriques, e seus primos Jerônimo Rodrigues, Manoel Nunes da Paz, José Rodrigues Cardoso, dentre outros. Alguns parentes foram presos em Portugal, possivelmente em decorrência da prisão de seu avô e outros parentes. Rodrigues Garcia relatou em uma das suas confissões: “E que ele nunca foi apresentado nem preso no Santo Ofício, mais de que agora e de seus parentes foram presos seu pai, suas irmãs e seu irmão Domingo Nunes, seu tio Diogo Nunes seu primo Manuel Nunes da Paz[...]”.

Tabela 5: Parentes presos na Bahia

Mandados, prisões e apresentações	Mandado de prisão	Prisão	Apresentação
Diogo Nunes Henrique	22 de maio de 1728	24 de novembro de 1728	-
Domingos Nunes	22 de maio de 1728	12 de outubro de 1930	
Jeronimo Rodrigues			Primeiro de junho de 1728
Jose Rodrigues Cardoso	18 de agosto de 1730	20 de novembro de 1729	
Manuel Nunes da Paz			29 de outubro de 1727

A imagem abaixo traz a confissão da genealogia de Manuel Fernandes, no dia 17 do mês de junho de 1669 que relatou ao Santo Ofício que era parte de cristão-novo, curtidor de 45 anos de idade, casado com Brites Rodrigues, também partes de cristã-nova, que seu pai Fernão Nunes também era meio cristão-novo e sua mãe Catarina Gutierrez, partes de cristã-nova, seus avós paternos se chamavam Francisco Nunes Penha parte de cristão-novo e Brites Fernandes e não saberia dizer a qualidade de sangue dela. Uma informação interessante em sua genealogia e a idade dos filhos quando ele foi preso, inclusive a de Maria Nunes, mãe de Antônio Rodrigues Garcia, segue o relato;

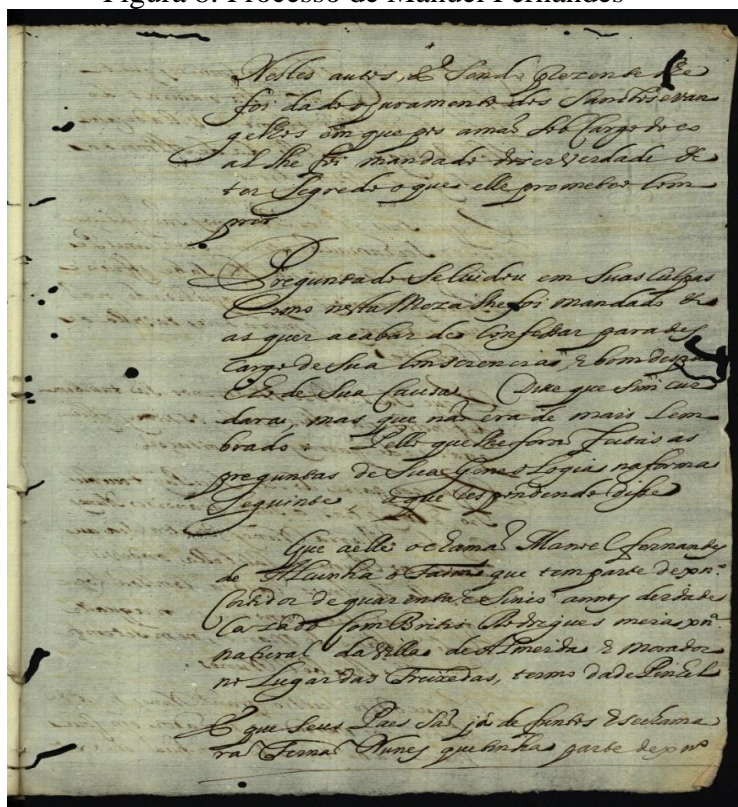
<sup>100</sup> ANTT/TSO-IC Proc. n° 4608

[...] casado com Brites Rodrigues meia xn, como tem dito e com ele tem dois filhos e cinco filhas a saber, Antônio de três anos, Diogo de três meses, Izabel Nunes de 20 anos, Catharina Rodrigues de oito, Maria de nove, Brites de sete, e Ana de cinco solteiros, naturais e moradores no lugar das Frexeidas em companhia dele declarante. (ANTT/TSO-IC Proc. n° 4608).

Mediante o contexto das prisões sobre os parentes e amigos próximos de Antônio Rodrigues Garcia, seu nome foi aparecendo em várias confissões desses cristãos-novos entre cerimônias e práticas criptojudaicadas. Era o suficiente para que o tribunal expedisse a ordem de prisão contra Rodrigues Garcia, “por culpas que dele havia contra a fé católica.”

[...] Mandamos a qualquer familiar ou oficial do Santo ofício, no Sítio de Nossa Senhora da Lapa orienta cumprir o mandado Antônio Rodrigues Garcia XN, mineiro ou tratante, solteiro irmão de Domingos Nunes, morador no dito Sítio da Ermida de nossa Senhora da Lapa, distante meio légua da Fazenda Vitibiraba, Sertão da dita cidade da Bahia. E prendais com sequestro de bens, por culpas que há contra ele neste Santo Ofício (...) ir para os cárceres secretos [...]. (ANTT/TSOL/ I L, proc. 6292- f- 09.).

Figura 8: Processo de Manuel Fernandes<sup>101</sup>



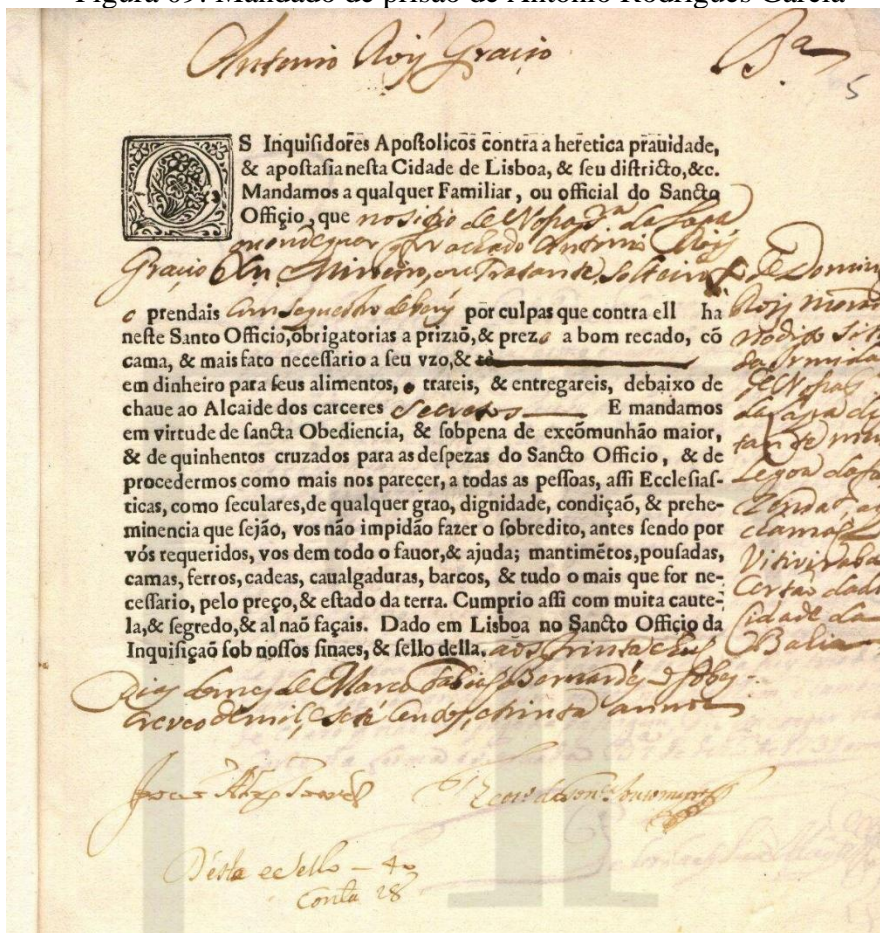
<sup>101</sup>Manuel Fernandes o Faim. Apresentação de Manuel Fernandes o Faim de alcunha partes de xn curtidor, casado com Brites Rodrigues xn, natural da vila de Almeida e morador no lugar de Frexeidas termo de Pinhel Bispado de Viseu [...]. ANTT/TSO-IC Proc. n° 4608

Tabela 6: Processos de cristãos-novos, que contém denúncias contra Rodrigues Garcia

Denunciante cristão-novo	Data
Gaspar Henriques Pereira	27 de agosto de 1726
Violante Rodrigues de Miranda	28 de maio de 1728
Jerônimo Rodrigues	Primeiro de junho de 1729
Jose Rodrigues Cardoso	Seis de março de 1730
Manoel Nunes Sanches	13 de maio de 1732
Felix Nunes de Miranda	14 de maio (...)
Antônio de Oliveira	Dois de agosto de 1732
Domingos Nunes	Dois de julho de 1732
Francisco Ferreira da Fonseca	28 de maio de 1732

No que tange aos cristãos-velhos, moradores do sertão do rio de São Francisco, não houve nenhuma denúncia contra Rodrigues Garcia. Contudo, podemos observar e concatenar aspectos importantes sobre sua prisão que ocorreu obviamente com decurso e o acirramento das prisões efetuadas sobre seus parentes e confrades, pertencentes à mesma rede de sociabilidade em que ele estava inserido. Essas análises foram consideradas com a leitura das falas de Rodrigues Garcia, deixando a impressão que as suas relações sociais no sertão eram sólidas e fluidas, não havia querelas, ou algum tipo de subterfúgio que pudesse conduzir a uma denúncia contra Rodrigues Garcia. Os rincões sertanejos se encontravam distante das efervescências inquisitoriais da época. Todavia, com o recrudescimento das prisões efetuadas pelo Santo Ofício e em especial, com a prisão de seu irmão Domingos Nunes. Antônio Rodrigues Garcia teve seu mandado de prisão expedido no dia vinte e seis de março de 1730, e preso pelo Tribunal de Lisboa no dia 07 de dezembro de 1731. O Santo Ofício atravessou o Ultramar alcançando os sertões de São Francisco e executando a prisão deste cristão-novo.

Figura 09: Mandado de prisão de Antônio Rodrigues Garcia



ANTT/TSOL/ IL, proc. 6292

Um episódio interessante que nos traz várias perspectivas de entender a morosidade implicada pelas distâncias ultramarinas, foi citado pelo Comissário do Santo Ofício residente na capitania da Bahia João Calmon, que foi uma das figuras do Santo Ofício mais notável e com um grande destaque pelo imenso volume de suas correspondências que chegavam à Mesa Inquisitorial de Lisboa. Calmon descreveu suas queixas em relação às prisões que eram expedidas para o sertão do rio de São Francisco, relataram que por ser o sertão uma parte remota da América portuguesa, não tinha familiares que se dispunham a realizar tal tarefa. Neste sentido, incumbiu ao Familiar do Santo Ofício Domingos do Prado de Oliveira<sup>102</sup>, morador no sertão do rio São Francisco, em Minas Gerais. Sendo assim, era preciso criar mecanismos simplificados para contornar tais impasses. Outra questão levantada por João Calmon foi o embate que teve

<sup>102</sup> Diligência de Habilitação de Domingos do Prado de Oliveira disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2325746> acesso em 12/10/2022.

com outro Familiar Pascoal de Almeida.<sup>103</sup> As diligências que eram para ser feitas por Pascoal de Almeida, não foram cumpridas, desaparecendo e não dando notícias dele, nem na vila da Mocha no Piauí nem em outras partes. Foi aberto um processo contra ele no Santo Ofício, sendo denunciado pelo próprio João Calmon, pois este familiar andava de levante em vários lugares que percorria.

No Brasil não houve Tribunal da Inquisição, os Comissários eram os principais agentes dos Inquisidores, dotados de plenos poderes tão temidos, e com poderes quase tão absolutos quanto aos próprios Inquisidores do Santo Ofício, como descrito e regido dentro do Regimento dos Comissários do Santo Ofício. Eles eram os responsáveis em manter os Inquisidores em Lisboa informados sobre todos os desvios heréticos na América portuguesa. Todavia para tais diligências no sertão do rio de São Francisco, o Comissário João Calmon não dispunha com tanta facilidade de Familiares do Santo ofício, oficiais menores e leigos, espalhados pelas principais freguesias, cidades e vilas de toda a América portuguesa. Estes encarregavam-se de localizar, prender e acompanhar aqueles cuja prisão fora previamente determinada pelos Comissários em consonância com as ordens vindas do Tribunal da Fé.

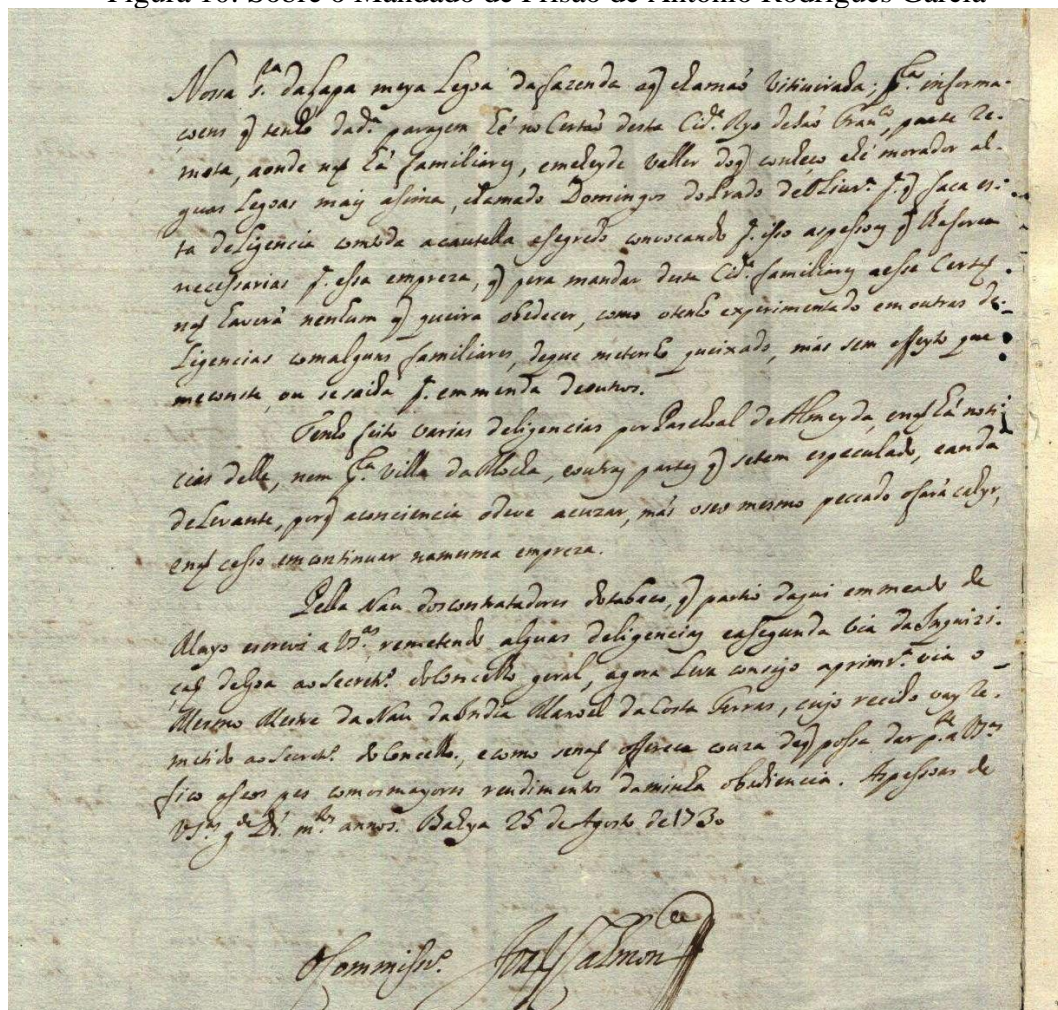
[...] Domingos do Prado de Oliveira para que faça escrita diligência com muita cautela e segredo, convocando para isto as pessoas que haverá necessárias para esta empresa que espera mandar desta cidade familiares a este sertão, não haverá nenhum que queira obedecer, como o tenho experimentado em outras diligências com alguns familiares, de que me tenho queixado, mais sem efeito que me conste ou sem saída para a emenda de outros. Tenho feito várias diligências por Pascoal de Almeida e não há notícias dele, nem naquela vila da Mocha ou em outras partes que sabem especulado, e anda de levante porque à consciência o deve acusar, mas esse mesmo pecado o fará cair e não cesso em continuar na mesma empresa. Pela Nau dos controladores de tabaco, que partiu daqui em meados de maio escrevi às Vossas senhorias remetendo algumas diligências e a segunda via da Inquisição de Goa ao secretário do conselho geral, agora leva consigo a primeira via o mesmo mestre da nau da Índia Manoel da Costa Feras, cujo recibo vai remetido ao secretário do conselho, e como se não ofereça coisa de que possua dá para vossa senhoria sigo aos seus pés com maiores rendimentos da minha obediência de vossos. As pessoas de vossa senhoria guardem Deus muitos anos. Bahia 25 de agosto de 1730.

O Comissário João Calmon ANTT/TSOL/ I L, proc. 0010 f.443-444

---

<sup>103</sup> ANTT/TSOL/ I L, proc. 17352.

Figura 10: Sobre o Mandado de Prisão de Antônio Rodrigues Garcia



ANTT/TSOL/ I L, proc. 0010 f.443-444

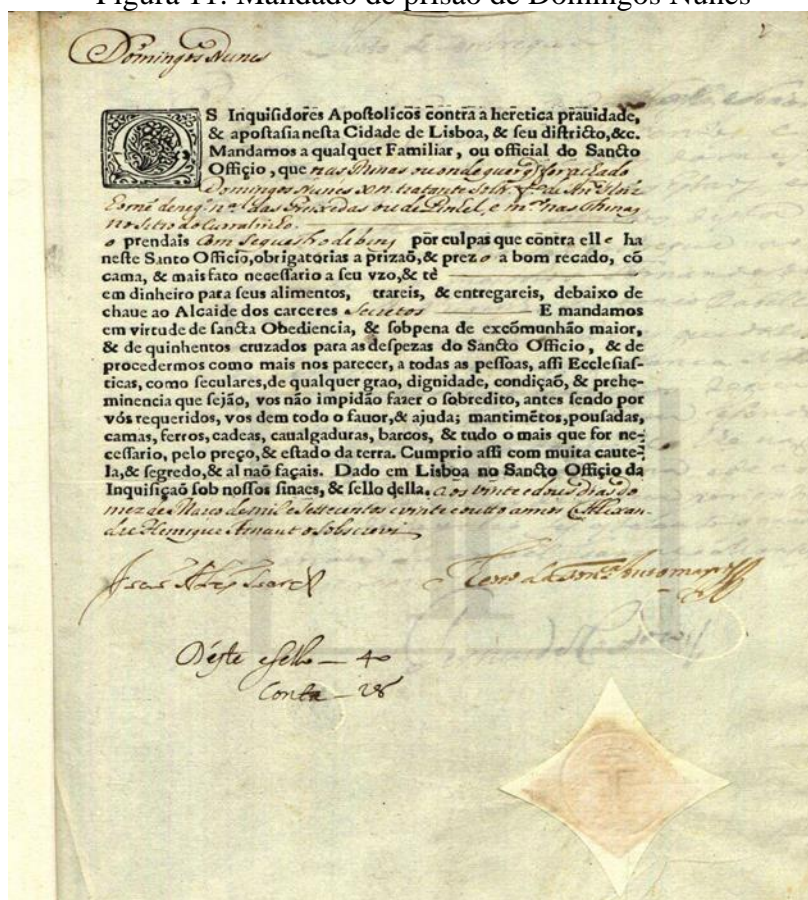
### 3.1.2 O irmão Domingos Nunes

Por volta de 1712<sup>104</sup>, quando Antônio Rodrigues Garcia tinha cerca de 16 anos, ele e seu irmão Domingos Nunes resolveram deixar o reino. As possibilidades de sua saída do reino português gravitam sobre as perseguições praticadas pelo Tribunal do Santo Ofício contra seus familiares. Os dois irmãos eram solteiros, fixando residência primeiramente no Recôncavo da Bahia em Cachoeira, onde fixou moradia temporariamente na casa de seus tios maternos, Nunes

<sup>104</sup> Em uma confissão, no dia vinte e três de março de 1732 Antônio Rodrigues Garcia afirma que: “Disse mais que houvera vinte anos pouco mais ou menos, na cidade da Bahia e casa de Violante Nunes de Miranda, [...]” ANTT/TSOL-IL Proc. Nº 6292. F. 45. Esses apontamentos nos levaram a conjecturar que nosso personagem já estava na Colônia brasileira desde o ano de 1713

Henriques e Ana Mendes. No entanto, não ficaram muito tempo por lá. Também estiveram nas Minas morando temporariamente com seu tio Diogo Nunes Henriques, porém, Domingos Nunes fixou sua moradia em Minas Gerais. Os relatos de suas confissões mostraram que os dois irmãos eram muitos próximos, constantemente estavam juntos seja no sertão do rio de São Francisco, seja em Itacambira, como também em outras partes da América portuguesa.

Figura 11: Mandado de prisão de Domingos Nunes



ANTT/TSOL/ I L, proc. 1779

Domingos Nunes foi preso no dia 12 de outubro de 1730, foi denunciado por vinte e nove cristãos-novos, de acordo com a contabilização do Santo Ofício. A ordem de detenção expedida pelos inquisidores é datada do ano de 1728, mas a Inquisição já estava à sua procura desde os anos de 1726. Domingos Nunes só foi alçado pelo Santo Ofício 2 anos e 7 meses depois do mandado de prisão e conduzido a Inquisição de Lisboa em 12 de outubro de 1730. Cumprida pelo meirinho Antônio Rabelo, a prisão era de certo modo prevista, era evidente que mais cedo

ou mais tarde os representantes da Inquisição poriam as mãos sobre ele já que um número grande de seus parentes e amigos tinham sido presos. Seu processo que foi registrado em 852 páginas contam o longo drama que viveu nos cárceres da Inquisição. Nunes atestou que era alfabetizado e crescera na religião católica, onde esteve praticando até os 20 anos de idade, em uma de suas confissões relatou uma oração que memorizou quando estava se integrando na Lei de Moises, no qual dizia as seguintes palavras:

Senhor bendito sejas, vos que governai o mundo da perdição, ouvi Senhor nossa oração, recebe nossa aclamação, não nos façais andar tristes, pela alma que nos deste, infinito vosso santo poder que fizeste luz e dia com grande sabedoria fizeste anoitecer, grandes são os nossos pecados, maior é o vosso santo poder, já nos termos confessado, Senhor, Senhor de toda verdade, livrai-nos da punidade, que as nossas almas sejam salvas diante do vosso santo poder, Senhor, Amem.

Poderoso Grande Senhor criador do universo como grande pecador até Senhor me confesso, por tal me reconheço, perdão geral peço, não sou digno de alto perdão, olhe Senhor minha aflição, não olhes o que eu mereço, olhe o que eu padeço, da- me ajuda com favor alto poderoso, grande Senhor, Amem. (ANTT/TSOL-IL Proc. N°1779-f.896,897)

Diante da ritualística do Santo Ofício, tendo como sigiloso os processos, os detidos ficavam incomunicáveis em suas selas, Domingos Nunes não tinha informações sobre as vicissitudes sofridas por seus parentes e amigos presos, mas pelas ligações familiares e laços de amizade, já devia imaginar que o cerco de testemunhas e suspeitas contra ele se fechara. No cárcere, foi denunciado pelo alcaide por realizar pelo menos seis jejuns caracterizados como judaicos. Tendo seu cárcere vigiado constantemente, também foi denunciado pelos seus companheiros de cela os cristãos-novos, Antônio da Fonseca Rego, lavrador de cana, natural de Pernambuco, morador em Paracatu e Antônio de Matos. Talvez não tivesse sido orientado acerca dos procedimentos diante da mesa inquisitorial. Ora afirmava ser judaizante, ora dizia não conhecer tais práticas e pessoas. Denunciado por muitas pessoas, Domingos Nunes teve seu cárcere vigiado, uma das táticas do Tribunal era implantar vigias, como forma de colher informações. Um dos companheiros de cárcere o entregou, relatando ter feito com ele jejuns judaicos dentro da prisão. Este cristão-novo também se encontrava em situação conflitante, sua família tinha caído nas malhas da inquisição na Paraíba, mediante a conjuntura, Fonseca Rego precisava agir como o Santo Ofício determinava, e assim o fez, entregando seu companheiro de cela.

Um dos métodos da Inquisição era exigir que o réu delatasse o número maior de pessoas, sob a promessa de obter misericórdia e a redução da pena e quanto mais próximo fosse o

denunciado, maior era o valor da delação. Os primeiros nomes entregues aos inquisidores por Domingos Nunes não tiveram muita importância pois a maioria já estavam presos ou com mandados de prisão. Depois de mantê-lo trancafiado por muito tempo, Domingos justificou seu tempo sem comer porque queria matar-se, os inquisidores decidiram submetê-lo a casa dos tormentos, a sala de tortura, entregou muitos cristãos-novos seus companheiros acusou-o todos seus companheiros que viviam em várias regiões dos sertões do rio de São Francisco, além de muitos do Rio de Janeiro, Bahia a região das Minas Gerais, inclusive seu irmão Antônio Rodrigues Garcia, acabou como todos os réus que passaram pela Mesa do Santo Ofício, confessou sua cumplicidade no crime de judaísmo.

Figura 12: Declaração de Impenitente de Domingos Nunes

449

Declaração do Res Domingos Nunes  
 por confissão e confissão no crime de he-  
 rexia, capotaria, e que foy cao de un-  
 te a' Igreja apottata de Nossa Senhora  
 Fefatolia e que incurre em sentença  
 de excomunição mayor, e confijacão  
 de todos os seus bens para o Fisco, e fame-  
 ra Real, e na may pena em directo con-  
 tra semelhantes estabelecidas; e como  
 de novo apottata de Nossa Senhora Sa-  
 tholia Confiteo, futo, falso simulado,  
 Confiteo, diminuto e impenitente  
 e condemnado, Relaxad a justiça secular  
 a quem pedem commuyta instancia se  
 fazad com elle benigna, e piedosamente  
 e nam proceda a pena de morte, nem  
 effusa de sangue.

Ant. Rodrigues Garcia  
 Domingos Nunes

ANTT/TSOL/ IL, proc. 1779

O Santo Ofício o acusou de não ter tido uma confissão sincera e nem ter visto arrependimento em suas palavras, Domingos foi tido como diminuto, impenitente, sendo garroteado e levado para as chamas da fogueira da Inquisição.

### **3.3 A Vida nos Cárceres e o Desfecho do Processo.**

Como todos os presos do Tribunal do Santo Ofício ficavam incomunicáveis em suas celas, depois de cinco meses foi posto em seu primeiro interrogatório. A situação de Rodrigues Garcia diante do Inquisição era complexa, vindo de uma extensa família de cristãos-novos, no qual muitos de seus membros tinham passagens pelos cárceres da Inquisição, que apontavam o seu nome na Mesa em cerimônias judaicas. Sendo assim, ainda pesava sobre ele a passagem de seu irmão Domingos Nunes pelos cárceres do Santo Ofício, o único do seu grupo familiar que foi relaxado ao braço secular. Naquele contexto, era imprescindível para o personagem que apresentasse argumentos plausíveis diante dos inquisidores. Qualquer deslize em palavras ou contradição o poderia levar ao mesmo destino do irmão. Em todo o interrogatório, Antônio Rodrigues Garcia, procurou ser prudente com as palavras. No seu primeiro interrogatório no dia seis de agosto de 1732, já descreveu quem o persuadiu a deixar a Lei de Cristo, inserindo-o no judaísmo, como dito anteriormente neste estudo, para os inquisidores era de extrema importância essa informação. Os interrogatórios para os presos eram sempre uma seção de terror psicológico, o medo envolto sobre quais acusações e denúncias pesariam sobre os mesmos<sup>105</sup>.

Antônio Rodrigues foi categórico em sua fala, disse estar ali para confessar culpas de “judaísmo” que ele tinha cometido. Assim sendo, essa informação clara já induz o andamento do processo, pois ele assume sua principal culpa ser judaizante. Rodrigues Garcia jogou com as mesmas peças do Santo Ofício, a necessidade de ser objetivo em suas palavras. Podemos afirmar que estas questões conduziram os trâmites do seu processo, que não foi tão extenso, justamente pela objetividade de suas palavras perante a Mesa inquisitorial. Visualizamos essa clareza na sua

---

<sup>105</sup> O Santo Ofício dava oportunidade aos prisioneiros em participar de uma mise-en-scène de legitimação dos procedimentos de condução dos processos, fazendo com que os argumentos e acusações nunca fossem refutados assertivamente pelo. Eram os já mencionados artigos de defesa, cortadas e contraditas, momento em que o réu, sem conhecer o nome de seus delatores, questionava a respeito do tempo e do local onde disseram que ocorreu o crime imputado, apresentavam um alibi e testemunhas abonatórias de sua fidelidade à religião católica e tentava provar que a prisão partia de inimigos interessados em vingança pessoal. Ele contestava o que lhe era possível saber vagamente, por sua suposição e apresentava testemunhas que deveriam ser todas cristãs-velhas, excepcionalmente houve testemunho de cristãos-novos. (SEVERS, 2016. 189.).

conduta em suas confissões quando o mesmo citou seu primo materno Jerônimo Rodrigues<sup>106</sup>, que foi um dos braços direito de Diogo Nunes Henriques, assim como Antônio Rodrigues Garcia, este cristão-novo chegou à Bahia com sua família, indo para o Recôncavo. Jerônimo viajou para Lisboa e se apresentou ao Santo ofício espontaneamente no ano de 1729, para ele seria uma boa estratégia já que a apresentação voluntária poderia dar um melhor desfecho ao processo. Seu processo demonstrou que foi um homem de muitas querelas com outros cristãos-novos. Um desses cristãos-novos em que Jerônimo Rodrigues se indispôs foi Antônio Rodrigues Garcia. Por esse motivo, Rodrigues Garcia disse aos inquisidores que ele era seu inimigo capital<sup>107</sup>. Sabia que seu primo teria o apontado em suas confissões. Então ele declarou à mesa:

[...] que se inimigo capital de Jerônimo Rodrigues em razão deste pedir a ele confitente uma dívida da qual se estava já pago e ele confitente, esta causa o descompôs chamando o de ladrão e o mesmo ameaçou a ele confitente que o havia depois em estado de não ter uma camisa [...] e que se escapasse com vida que poderia dar graças a Deus e nunca mais se reconciliaram mais que sem embargo dito tem dito a verdade e a respeito das mais pessoas disse nada. (ANTT/TSOL-IL Proc. N° 6292. F. 33, 34.).

Antônio Rodrigues Garcia foi um homem maculado pelas insígnias do Tribunal do Santo Ofício. E junto com ele, várias pessoas de sua família também foram estigmatizadas pela Inquisição. Assim, mediante as análises efetuadas sobre suas confissões diante da mesa dos inquisidores, Rodrigues Garcia foi cauteloso na abordagem sobre aspectos referentes aos seus parentes. Podemos então presumir, acerca de suas declarações ao Tribunal lisboeta, que estas, estiveram envoltas de manobras, seu processo inquisitorial nos mostrou a relação entre esses vários aspectos. Estava inserido em um contexto de medo e terror. Um cenário conflituoso, que girava em torno dos melindres do processo, por isso a necessidade de Rodrigues Garcia em ocultar informações, ou até mesmo camuflá-las no intuito de salvaguardar sua família e sua própria vida. A historiadora Suzana Severs ao analisar alguns cristãos-novos da família Nunes de Miranda, também atentou para tal perspectiva de que os Nunes Miranda possam ter forçado uma alteração do caso para o propósito inquisitorial, como uma maneira de aliviar as penas que teriam que enfrentar na justiça secular:

Temendo a aplicação de penas severas pela justiça comum de Placência – como o enforcamento ao qual Simão foi condenado, ou o degredo para galés e presídios de Castela –, mobilizaram-se a fim de promover a revogação das sentenças com uma confissão de judaísmo. Acreditavam que, ao serem

---

<sup>106</sup> ANTT/TSOL-IL Proc. N° 10003. *Processo de Jerônimo Rodrigues*

<sup>107</sup> Dizer ser inimigo capital era uma tática usada pelos cristãos-novos como forma de invalidar o testemunho de acusação que ocorre contra o réu.

reconhecidos como judaizantes, o Santo Ofício suspenderia o processo na justiça comum – secular – e os transferiria ao fórum inquisitorial. (SEVERS, 2005: 152).

Com os inquisidores, Antônio Rodrigues Garcia deveria fornecer a todos os judaizantes que compunham a rede familiar e de amigos. Neste sentido, na audiência do dia treze do mês de setembro de 1732, nos Estaus das Casas Terceiras da inquisição de Lisboa, perante o inquisidor Agostinho Gomes Guimarães, Rodrigues Garcia pediu audiências. Nesta confissão, ofereceu mais nomes e cerimônias praticadas por ele, seus parentes e alguns amigos.

Porque foi na era de 1726 nas Minas Gerais no Sítio Chamado Rio das Pedras em casa de Davi Mendes da Silva, XN mercador não sabe de quem é filho, nem de que terra deste Reino se natural e morador no dito Sítio, não sabe que foi preso ou apresentado se achou com ele e com Francisco Ferreira companheiro no negócio e da mesma casa do dito Davi Mendes da Silva solteiro natural segundo ele da Vila Crispim junto a Almeida e morador no sobredito Sítio não sabe se foi preso ou apresentado e com Domingos Nunes irmão dele confitente a quem disse em outra confissão antecedente estando todos a saber ele digo todos os quatro a saber ele confitente e os dito Davi Mendes da Silva Francisco Ferreira e Domingos Nunes ceando perguntaram a ele confitente os ditos Davi Mendes da Silva e Francisco Ferreira se era cego ou se tinha vista, e que este era o modo da gente da nação se costuma declarar e respondendo ele confitente que tinha vista e não era cego se declararão todos por crentes e observantes da Lei de Moisés [...]. (ANTT/TSOL-IL Proc. Nº 6292. F. 39,40.).

Os cristãos-novos vivenciavam seus próprios arranjos sociais e religiosos, dentro de suas redes havia uma certa cooperação entre eles, todavia, mesmo sendo uma rede de parentesco e acolhimento isso não era um fator balizador para que não houvesse algumas querelas. Obviamente estamos também analisando homens de negócios, que apesar de ter uma vida baseada nas práticas mosaicas, seus entraves comerciais geravam disputas e delongava alguns atritos sobre eles. Como foi descrito por Antônio Rodrigues Garcia, um embate com seu primo Jerônimo Rodrigues, mesmo tendo relatado que participou de várias cerimônias judaicas juntos, contou aos inquisidores que era inimigo capital de seu primo, por ele, Jerônimo Rodrigues o ter chamado de “ladrão”. Rodrigues o acusou de não ter pago uma dívida, ameaçando-o de morte. Uma das táticas na Mesa do Santo Ofício era essa justificativa de declarar ser inimigo capital de outro cristão-novo, na tentativa de invalidar alguma acusação que poderia ter sido feita por determinada testemunha. No ano de 1717, eles estiveram entre práticas no sertão do São Francisco como descreveu Jerônimo Rodrigues, em seu processo.

Disse mais que haverá doze anos no sertão da Bahia e sítio da Ermida de Nossa Senhora da Lapa, distante meia légua da fazenda que chamam Bitiriraba, se achou, digo, e casa de Antônio Rodrigues Moreno, seu primo segundo e irmão inteiro do dito Domingos Nunes, xn tratante natural deste Reino não sabe donde,

e morador no dito sítio da Lapa, não sabe se fostes preso ou apresentado, se achou com o mesmo, estando ambos sós, entre práticas se declararam por crentes e observantes da lei de Moisés para a salvação de suas almas e por sua observância disseram que faziam as ditas cerimônias e não se falaram mais. (ANTT/TSO-IL Proc. nº 10.0032. F. 28, 29).

Na audiência do dia doze de maio, de 1733, declarou sua genealogia<sup>108</sup>, suprimiu algumas informações acerca de sua família, a exemplo do nome de seus avós, disse não saber. Descreveu que tinha um tio paterno, chamado Domingos Rodrigues Garcia, mas foi vazio sobre este seu parente, pois não soube informar de onde era sua origem e sua moradia. Quanto aos tios maternos já foram abordados neste estudo. Dos seus cinco irmãos declarados, um dos tais fixou moradia em Castela, Manoel Rodrigues. Antônio Rodrigues Garcia disse ser solteiro e sem filhos. Prosseguindo sua confissão disse que era batizado e crismado e que no tempo de sua iniciação fazia as boas obras de cristão; “E logo posto de joelhos se (...) e benzeu e disse as orações e doutrina a saber, Padre nosso, Ave Maria, Salve Rainha, credo mandamentos da Lei de Deus e os da Santa Madre igreja que todo soube muito bem.” (ANTT/TSOL-IL Proc. Nº 6292. F 53.).

Mediante as confissões de Antônio Rodrigues Garcia, e tudo que foi discorrido pelo mesmo, o inquisidor Agostinho Gomes Guimarães, juntamente com o inquisidor Francisco de Souza, notaram que Rodrigues Garcia contribuiu com o Tribunal da Inquisição, mostrando estar arrependido de todos os seus “erros heréticos”. Ainda declarou “que a crença da dita lei lhe durou até que começou a confessar suas culpas, então as largou por entender que ia errado e que só era verdadeiro a lei de Cristo<sup>109</sup>. Neste sentido, o Santo Ofício cumpriu o seu papel<sup>110</sup>.

O processo de Rodrigues Garcia foi concluído no dia vinte e um de julho de 1733, sua sentença foi o confisco de bens, abjuração, cárcere e hábito ao arbítrio, instrução para ser inserido no cristianismo. Uma pena mais branda, de acordo com Elias Lipiner os termos significa: abjuração em forma; cárcere, que significava permanecer na cidade onde foi julgado no caso, Lisboa, por tempo determinado pela mesa inquisitorial, sendo proibido sair sem a autorização expressa do Santo Ofício; uso do hábito penitencial a arbítrio, ou seja, uso do sambenito por três a nove meses – o tempo também é determinado pela mesa e instrução na fé católica, que consistia na participação de um catecismo para corrigir os desvios dogmáticos da religião.

---

<sup>108</sup> A Genealogia do personagem foi descrita no segundo capítulo dessa dissertação, também se encontra no apêndice desse estudo.

<sup>109</sup> ANTT/TSOL-IL Proc. Nº 6292. F. 61. *Processo de Antônio Rodrigues Garcia*.

<sup>110</sup> Visto, porém como usando o réu de bom e saudável conselho, confessou suas culpas na mesa do Santo Ofício com mostras e sinais de arrependimento, pedindo delas perdão e misericórdia, que dos mais dos autos resulta. ANTT/TSOL-IL Proc. Nº 6292. f. 72. *Processo de Antônio Rodrigues Garcia*.

Antônio Rodrigues Garcia ainda foi condenado às penitências espirituais, que imputava ao réu a obrigação de comungar, confessar e assistir à missa, também por tempo determinado pelos inquisidores.

Feita os vistos na mesa do Santo Ofício desta Inquisição de Lisboa em os 21 dias do mês de Julho de 1733 anos, estes autos culpas e confissões de Antônio Rodrigues Garcia, XN, homem de negócio solteiro, filho de Antônio Rodrigues Garcia, também homem de negócios, natural das Frexeadas, Vila de Pinhel Bispado do Viseu, morador no sítio Bom Jesus da Lapa, Sertão do Rio de São Francisco, Arcebispado da Bahia, réu preso nesses conselhos e pareceu a todos escritos quais confissões do réu se acharam em termos de ser recebidas e não há mais a estes o réu a dizer de si. Constan em ele e outras pessoas suas contritas e não contritas com algumas das quais não estavam indiciadas apresentam na crença dos seus erros que evidenciamos pelo que foi preso. Ele seja recebido ao grêmio e irão da Santa Madre Igreja de Roma em pena e penitência de suas culpas, vá ao auto público da fé na forma confirmada nele ouça sua sentença, abjure seus heréticos erros em forma, tenha cárcere e retido ao arbítrio e se declare que incorreu excomunhão maior de que será arbítrio *in forma Ecclesia*, e confiscação de todos os bens para o fisco e câmara real e nas mais penas se diz contra si, nestes estabelecidas, tenha penitências espirituais e instrução ordinária, e deverá ser enviado por cárcere por sua previa confissão de mês de agosto de 1726 em diante e da presença (...). (ANTT/TSOL-IL Proc. Nº 6292. fl. 65.).

Seu Auto Público de Fé<sup>111</sup> foi realizado foi 20 de setembro de 1733 na Igreja de São Domingos em presença dos Ministros da Inquisição e do “*El Rei Dom João os 2 príncipes nossos, os Senhores infantes Dom Francisco e Dom Antônio, os senhores Inquisidores e mais ministros da Mesa muita nobreza e povo (...)*.” (ANTT/TSOL-IL Proc. Nº 6292. fl. 65.)

#### Ida e Permanência

Aos dezesseis dias do mês de Outubro de 1733 anos em Lisboa nos Estaos e casa Terceiras das audiências da Santa Inquisição estando ali em audiência de manhã os santos Inquisidores, mandaram vir presente si a Antônio Rodrigues Garcia dos cárceres da audiência por confessar e estava instruído e confessando e sendo presente se foi dito que ele não torne a cometer as culpas, porque foi preso e processado nesta Inquisição, nem outra semelhantes sob pena de ser castigado em todo o rigor de direito e que cumpra o que foi prometido em sua abjuração com que se contem em uma carta que lhe será dada, o que tudo prometeu cumprir sob cargo de Juramento dos Santos Evangelhos que lhe foi dado, de que foi este termo de mandado dos ditos Senhores Inquisidores com quem assinou Francisco de Souza o escrevi. (ANTT/TSOL-IL Proc. Nº 6292. fl. 79.).

---

<sup>111</sup> Proclamação solene, em praça pública, das sentenças condenatórias pelo Tribunal da Inquisição.

Figura 13: Ida e Permanência

Ida e Permanência

40

Aos dezesseis dias do mez de Outubro  
de mil Setecentos e oitenta e tres annos  
em Lisboa nos Paços e Casa da Real  
Chancaria da Santa Inquisição estando a Rey  
omnibus e mandado do Santo In-  
quisidor mandados Ver presente a An-  
tonio Thomaz Garcia de Camargo da de-  
vota Real Chancaria e de Real Chancaria e  
Confessado e sendo presente de foy dito  
que elle não tomou a Cometa as culpas  
porque foy preso e denunciado nesta Inqui-  
zición nem outras semelhantes e obediencia  
de se castigar e cumprir o que se lhe  
deu e que cumprado e que tomou prometido  
em sua abjuracao e que se contentem  
com a Real Chancaria que lhe foi dada e que  
sua promessa cumprir e se cumprir de jura-  
mento de Santo Evangelho que lhe foy  
dado e que foy e de termo de mandado do  
dho Santo Inquisidor e Comarcal de  
nos Francisco de Sousa regente

Ante a Real Chancaria

Antonio Thomaz Garcia

TORRE  
TOMBO

(ANTT/TSOL-IL Proc. Nº 6292. fl. 79.).

O Tribunal do Santo Ofício, foi um aparato institucional e religioso, que tinha no seu cerne a incumbência de punir com rigor e severidade, todas as práticas concebidas como “heréticas<sup>112</sup>”. Podemos conjecturar que uma vez alcançado pelos tentáculos do Santo Ofício não havia escapatória. De qualquer modo era um culpado para os inquisidores, restava ao preso

<sup>112</sup> É extraordinariamente difícil sabermos hoje até onde vai a medida de honestidade da confissão. A mente perturbada do prisioneiro debate-se entre uma sessão e outra, e ele não sabe o que deve ou não responder. Existe o desejo de salvar-se, mais muitas vezes misturado com o problema da consciência e da fé. Confessa, nega seu judaísmo, torna a afirmá-lo. Uns suportam a tortura e a solidão dos cárceres, outros se matam. Nenhum crê na santidade do Santo Ofício. Mentem, enganam, subornam os funcionários, (NOVINSKY, 1970. 158.).

se sobressair da pena capital. Naquele contexto as confissões se tornaram o objeto balizador que propiciou o funcionamento de toda aquela engrenagem inquisitorial.

As análises perpetradas no processo de Antônio Rodrigues Garcia, bem como nos processos de cristãos-novos que pertenceram ao seu convívio social, comercial e religioso, nos permitiu construir o seu trajeto nos Sertões do rio de São Francisco. Neste sentido, também nos possibilitou averiguar os resquícios identitários constituídos da memória judaica, que traduzem uma herança simbólica que foi materializada no construto das vivências sociais e religiosas do povo sertanejo<sup>113</sup>.

---

<sup>113</sup> (...) observando a sociedade brasileira percebe-se que essa presença fertilizou o cotidiano através de alguns símbolos, personagens e valores éticos em quantidades suficientes para considera-los como um dos substratos importantes para a formação nacional, mesmo que passem despercebidos e sejam sentidos apenas como uma presença oculta. (VALADARES, 2007. 285.).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou reunir diversos fragmentos da trajetória do Cristão-novo Antônio Rodrigues Garcia, sendo este o eixo balizador da nossa pesquisa. Tendo como espacialidade geográfica o contexto histórico do Sertão do rio de São Francisco. Neste sentido, investigaram-se os resquícios de suas vivências constituídos no construto da sociabilidade, religiosidade do povo sertanejo. Todavia, nosso trabalho se encerra com a certeza de que, não concluiu com respostas definitivas, sendo assim, oferecemos uma gama de possibilidades de análises dentre as mais variadas possíveis. A trajetória de Antônio Rodrigues Garcia foi apenas a ponta do iceberg que possibilitou juntar os diversos fios da trajetória de um personagem.

Foi através do processo inquisitorial de Antônio Rodrigues Garcia que esta pesquisa debruçou sobre a vida familiar deste personagem, seu círculo de convívio, em diferentes etapas de sua vida. Como também foi possível direcionar o nosso olhar para outros processos inquisitoriais, e assim dimensionarmos a conjuntura social, econômica e religiosa da época. Neste sentido, retomamos sucintamente seus passos pelo Sertão do rio de São Francisco. Rodrigues Garcia, um sujeito histórico, que viveu na colônia brasílica dentro das possibilidades que encontrou para perseverar. Nascido no seio de uma família cristã-nova, na vila portuguesa de Frexeidas, aportou no Brasil no ano de 1713, deu início a sua vida comercial em terras sanfranciscana, no ano de 1715.

No sertão do rio de São Francisco, fixou moradia no lugar chamado de “O Sítio do Bom Jesus da Lapa”, adentrando nas praças comerciais nesta região. Estabelecendo seu comércio com parentes, cristãos-novos e cristãos-velhos. Antônio Rodrigues se associou aos vários sujeitos, intermediando seus negócios, que estavam voltados para a comercialização de escravos, cavalos, dentre outras mercadorias, como também o adiantamento de créditos. Construindo uma sólida corrente de elos e relacionamentos, que constituiu uma extensa rede social. Essas redes residiram na criação de elos simbólicos, entre estes agentes. Eram comerciantes, estendendo seus negócios, com uma gama de pessoas, e dentro das praças comerciais que percorriam, praticavam suas cerimônias e ritos judaicos, vivenciando a sua fé mosaica.

A partir do segundo decênio do século XVIII, o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, passou a rastrear diversos cristãos-novos nas regiões da Capitania da Bahia e Minas Gerais por

culpas de judaísmo. Mediante as diversas prisões, muitos desses cristãos-novos tiveram que mudar à sua maneira de vida, muitos se refugiaram em Londres, outros fugiram para Portugal, e alguns resolveram se apresentar ao Santo Ofício na tentativa de abrandar suas penas. Vários cristãos-novos, contudo, decidiram continuar suas vidas na colônia, comercializando e judaizando mesmo acuados e com medo. No mês de dezembro de 1731, os comissários do Santo Ofício André da Costa e Braga e João da Cruz alcançaram Antônio Rodrigues Garcia no Sertão do São Francisco, com 38 anos de idade, de onde foi levado para Lisboa na Nau Nossa Senhora do Carmo, pelo Capitão de Mar e Guerra Pedro da Silva Maia. Nosso personagem responderia aos inquisidores pelo crime de judaísmo e ficou confinado em uma cela nos Estaus das Casas Terceiras das Audiências por um ano e três meses.

Em sua primeira confissão, Antônio Rodrigues Garcia, entregou onze pessoas ao inquisidor Agostinho Gomes Guimarães, como a maioria das pessoas arroladas por Rodrigues Garcia, já terem sido presas ou apresentadas, sua confissão não foi suficiente para os inquisidores, sendo admoestado a dizer a verdade e o nome das pessoas que estiveram com ele nas práticas mosaicas. Nas audiências seguintes, forneceu mais nomes de pessoas e práticas judaicas por ele perpetrado, conseguindo com que os inquisidores tivessem em suas confissões, satisfação e o arrependimento do réu por suas práticas heréticas, sendo aplicadas as penas do Santo Ofício. Seu Auto Público da fé foi celebrado no dia vinte de setembro de 1733, na Igreja de São Domingos em Lisboa.

Com todos os seus bens confiscado pelo Santo Ofício e tendo cárcere e hábito ao arbítrio, ficou recluso em Lisboa. A documentação não nos oferece os acontecimentos posteriores a sua abjuração. Não foi possível deduzir o que fez de sua vida, depois da passagem pelo Santo Ofício, se conseguiu licença para voltar a colônia brasílica, ou se refugiou em Londres como sua tia Ana Mendes. O rastro de Antônio Rodrigues Garcia se perde, mas, através do seu processo inquisitorial foi possível reconstruir sua trajetória pelos Sertões do São Francisco, parte das suas relações comerciais, como também suas vivências religiosas, entre seus parentes e amigos nas práticas mosaicas. Através desses documentos históricos, sobretudo, o transitar de Rodrigues Garcia entre o Sertão do São Francisco e outras partes da Colônia, foi possível dimensionar as várias singularidades em que ele esteve envolvido. Perceber as dinâmicas da época, as efervescências do contexto histórico. Neste sentido foi perceptível observar as diversas realidades nas quais fez parte. O viver na Colônia, que poderia perpassar por várias nuances.

O movimentar desses cristãos-novos nos mostraram suas redes de sociabilidades e seus desdobramentos. Por meio das vivências desses sujeitos históricos, foi possível descortinar um momento importante para o Sertão do São Francisco. Sua expansão demográfica, os caminhos dos Currais de gado e do ouro, que serviram de interligação com a Capitania de Minas Gerais, do Piauí, de Pernambuco, de Goiás e do Maranhão no século XVIII. O conglomerado de pessoas atraídas pela busca do enriquecimento, e a fuga do Santo Ofício, esses agentes históricos participaram da construção de uma rede de negócios que movimentou as praças no Ultramar.

Destarte, este estudo fez um breve resgate dos movimentos de Antônio Rodrigues Garcia, um personagem entre tantos outros cristãos-novos, que nascido no seio de uma família cristã-nova, procurou possibilidades para subsistir dentro da América portuguesa. A pesquisa histórica nos permite construir questionamento ao longo do percurso, tentando solucioná-los. Contudo, levantamos outra questão: havia alguma saída para que Antônio Rodrigues Garcia, sua família e amigos não sucumbissem frente ao poder institucional da Inquisição? Evidente que sim. Como muitos outros cristãos-novos que nunca foram alcançados pelos tentáculos inquisitoriais, essas saídas existiam e poderiam ter sido exploradas por estes cristãos-novos. Porém, deve-se sempre ter em mente que as ações históricas também são fruto das escolhas individuais, são elas que nos permite reconstruir as singularidades da história.

Antônio Rodrigues Garcia e seus companheiros escolheram construir a sua vida na América portuguesa, cientes da existência de uma instituição que, a qualquer momento, poderia lhes arruinar todas as conquistas. A prisão não deve resumir a trajetória destes indivíduos em algum tipo de fracasso. Foi a autonomia destes sujeitos históricos que movimentou os processos políticos, sociais e econômicos do Antigo Regime português e refletiu diretamente no próprio ultramar. Persistiram se tornaram importantes agentes comerciais, tentando todas as estratégias possíveis para preservar suas práticas e ritos judaicos, contribuindo com a formação cultural e religiosa do Sertão do São Francisco.

## Apêndice

### Informações Genealógicas de Antônio Rodrigues Garcia<sup>114</sup>

#### Via Materna

1 – Manuel Fernandes, filho de Fernão Nunes e Catarina Guterres natural da Vila de Almeida. Casou-se com Brites Rodrigues, dada como natural de Almeida, filha de Diogo Fernandes e Izabel Mendes. Desse matrimônio houve sete filhos, todos naturais de Frexeidas.

2 – Izabel Nunes casada com José Cardoso, cristão-novo, tratante, tiveram três filhos, todos naturais do Escalhão que são:

1. Manuel Cardoso, vaqueiro, morador das Alagoas no Piauí, solteiro.
2. Beatriz Cardoso, solteira, viúva de Antônio Nunes.
3. Antônio Cardoso, tratante, morador na cidade da Bahia, casado com Joana da Cruz.
4. Francisco Cardoso, tratante, morador em Freixo de Numão, casado.
5. Jerônimo Rodrigues TSO-IL/10003), tratante, casado com Guiomar da Rosa, residentes em Salvador, tiveram três filhos:

6. José Rodrigues Cardoso (TSO-IL/0009);

1. Gabriel;
2. Bernarda;

2 - Catarina Rodrigues que casou com Antônio Rodrigues Carregado, curtidor, sem filhos.

2 - Maria Nunes que casou com Antônio Rodrigues Garcia, de quem teve:

1. **Antônio Rodrigues Garcia (TSO-IL/6292).**

---

<sup>114</sup> Parte dessa genealogia foi retirada do trabalho de Natalia Ribeiro Martins cuja a pesquisa foi debruçada sobre a trajetória do tio materno do personagem principal dessa dissertação.

2. Domingos Nunes (TSO-IL/1657), homem de negócios, morador nas Minas Gerais, relaxado pela Inquisição em 1732.
  3. Manuel Rodrigues ausentou-se para o reino de Castela.
  4. Maria Nunes;
  5. Ana Rodrigues;
  6. Beatriz Rodrigues;
2. Brites Nunes, faleceu solteira e sem filhos;
2. António Nunes, homem de negócio, casado primeiro com Ana da Silva, natural da vila de Melo, filha de António Fernandes e Maria da Silva, e casado segundo com Catarina de Leão. Do primeiro matrimônio, teve:
1. Brites;
  2. Manuel Nunes, casado com Teresa Nunes;
  3. Rosa;
1. Antônia;
  2. António;
  3. Manuel;
  4. Miguel;
5. Maria Nunes (TSO-IC/7202) casada com Felix Nunes, de quem tem:
1. José Nunes (TSO-IL/10360)
  2. Manuel Nunes (TSO-IC/9252)
  3. Daniel Nunes se casou com Guiomar Henriques, de quem teve;
  4. Francisco;
  5. António.

1. David Nunes;
2. Beatriz da Silva casada Gaspar Nunes Henriques, de quem teve;
3. Gaspar;
4. José;
1. Rosa;
2. Joana.
3. Leonor
4. Ana da Silva (TSO-IC/6134), casada com Micael Nunes (TSOIC/8889) de quem teve: Manuel da Silva Nunes Casado com Justa Maria
5. Diogo Nunes casado com Violante da Paz, natural da Muxagata, filha de Rafael da Paz, de quem teve:
  1. António Nunes (TSO-IC/5570), tratante;
  2. Rafael, falecido de menor idade;
  3. Leonor, falecida de menor idade.
  4. Francisco Nunes, ausentou-se menor de idade.
2. Antônio Nunes casado segundo com Catarina de Leão, tiveram duas filhas: Ana Nunes, casada não sabe com quem;
 

Maria Nunes, casada não sabe com quem;
2. Ana Mendes, solteira, ausente em Londres;
2. Diogo Nunes Henriques (TSO-IL/7487), homem de negócio e morador em Vila Rica do Ouro Preto, casado com Brites Henriques, natural da vila Almeida, filha de Catarina da Paz, de quem teve:

1. Manuel Nunes da Paz, (TSO-IL/9542) natural da vila de Lumbrales Reino de Castela, homem de negócio e morador em Curralinho, nas Minas do Ouro. Casou-se com Maria Nunes, e descendência desconhecida;
2. Helena Nunes, natural da vila de Lumbrales, Reino de Castela. Casada com Manuel Mendes, tratante de profissão, moradores na Cidade da Bahia. Helena faleceu no mar sem herdeiros.

## **REFERÊNCIAS**

### **Fontes**

#### **Fontes impressas**

#### **Fontes manuscritas**

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT: Lisboa, Portugal).

Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (TSO-IL)

Nº 2424, processo de Ana Bernal de Miranda

Nº 8025, processo de Antônio de Sá Almeida

Nº 10474, processo de Antônio de Carvalho de Oliveira

Nº 10481, processo de Antônio Fernandes Pereira

Nº 10484, processo de Antônio da Fonseca

Nº 10476, processo de Antônio da Fonseca Rego

Nº 2139, processo de Antônio Rodrigues de Campo

Nº 6292, processo de Antônio Rodrigues Garcia

Nº 2134, processo de David Mendes da Silva

Nº 2422 processo de Dionísia da Fonseca

Nº 7488, processo de Diogo Nunes

Nº 7487, processo de Diogo Nunes Henriques

Nº 1779, processo de Domingo Nunes

Nº 6759, processo de Duarte da Costa da Fonseca

Nº 1292, processo de Francisco Nunes de Miranda

Nº 10156, processo de Francisca Henriques

Nº 8777, processo de Gaspar Fernandes Pereira

Nº 6488, processo de Guiomar da Rosa

Nº 10003, processo de Jerônimo Rodrigues

Nº 2608, processo de José da Fonseca Caminha

Nº 19, processo de José Rodrigues Cardoso

Nº 8015, processo de Luís Mendes de Sá

Nº 542, processo de Manuel Nunes da Paz

Nº 1820, processo de Maria Bernal de Miranda:

Nº 11824, processo de Manuel Nunes Sanches

Nº 9001, processo de Pedro Nunes de Miranda

Nº 11403, processo de Violante Rodrigues de Miranda

Nº 018/0986 Regimentos do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal

### **OBRAS DE REFERÊNCIA**

BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico [...]. 8 v, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>>

WOLFF, Egon e Frieda. *Dicionário Biográfico I Judaizantes e Judeus no Brasil 1500 – 1808*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. 1986.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. São Paulo: Publifolha, 2000. 7ª ed.

\_\_\_\_\_. *Articulação Portugal/Brasil. Redes informais na construção do sistema Atlântico (séculos XVI-XVIII)* Amélia APOLÔNIA e Amândio BARRO. In: Políticas e estratégias administrativas no mundo Atlântico / Suely Creusa Cordeiro de Almeida; Gian Carlo de Melo Silva; Kalina Vanderlei Silva; George Felix Cabral de Souza (Orgs). – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. 493.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo: Cortez, 2003.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Potentados e bandidos: os motins do São Francisco*. Revista do Departamento de História – FAFICH/ UFMG. Belo Horizonte, v. 9, 1989.

BARROS, José D’Assunção. “O lugar da história local na expansão dos campos históricos” In: OLIVEIRA,

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de História” in Obras escolhidas, vol.1

BOURDIEU, Pierre, *A Economia das Trocas Simbólicas*, Perspectiva, 2009.

BICALHO, Maria Fernanda. *Modos de governar o império*. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Modos de governar: *Ideias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo, Alameda, 2005. 2ª ed., p.14.

BICALHO, Maria Fernanda. *As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria (org.). Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. pp. 343-371.

\_\_\_\_\_. *As câmaras ultramarinas e o governo do Império*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 189-221.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva. 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para a economia dos bens simbólicos*. 3ª ed., São Paulo: Zouk, 2006.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. IN: Razões práticas: sobre a teoria da ação.

Campinas: Papirus, 1996.

BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [1969].

FERREIRA, Roquinaldo. “*A arte de furta*”: *redes de comércio ilegal no mercado imperial ultramarino português (c. 1690 – c. 1750)*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria (org.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. pp. 203-241.

\_\_\_\_\_. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: *notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760)*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria (org.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. pp. 243-294.

\_\_\_\_\_. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 29-71.

FOUCAULT, Michel. “*Nietzsche, a genealogia e a história;*” “*Sobre a geografia*” In: *Microfísica do poder*. 16ªed. Rio de Janeiro:

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII*. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; CAMPOS, Adriana (Orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: EDUFES, 2014. pp. 25-67.

FERNANDES, Neusa. *A Inquisição em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

\_\_\_\_\_. *Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria (org.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a. pp. 43-93.

\_\_\_\_\_. *A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 163-188.

FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). *Na trama das redes: Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2010.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O Mapa que Inventou o Brasil*. Fundação Odebrecht, 2013.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio*. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: HUCITEC. 2006

FURTADO, Júnia Ferreira. *Teias de Negócio: conexões mercantis entre as Minas do ouro e a Bahia, durante o século XVIII*. In: FRAGOSO, J; FLORENTINO; M. JUCÁ, A. C.; CAMPOS, A. *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráficos e relações sociais no mundo português*. Vitória: EDUFES. 2014. p. 151-176.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. LTC, 1981.

GOULART, Eugênio Marcos Andrade. *O Caminho dos Currais do Rio das Velhas a Estrada Real do Sertão*. Belo Horizonte: Cooperativa e de Cultura Médica Ltda. 2009.

GUEDES, Roberto; SAMPAIO, António (org.). *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014a. pp. 187-208.

HESPANHA, António Manuel (Org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime: coletânea de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HESPANHA, António Manuel. *Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites*. In: IDEM. *Caleidoscópio do Antigo Regime* HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. *Os poderes num império oceânico*. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal. Quarto volume: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. pp. 395-413. regime. São Paulo: Alameda, 2012. pp. 65-75.

HESPANHA, António Manuel (Org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime: coletânea de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de Caminho: trânsitos, Comércio e Cores nos Sertões da América Portuguesa - Século XVIII*. Bahia: Uesb. 2012

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista do Piemonte do século XII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

LIMA JUNIOR Augusto. *A Capitania das Minas Gerais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1978.

LIPINER, Elias. *Os Judaizantes nas Capitanias de Cima*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1969.

LIPINER, Elias. *Santa Inquisição Terror e Linguagem*. Rio de Janeiro: Editora Documentário. 1977.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Caminhos do Sertão Ocupação Territorial Sistema Viário e Intercâmbios Coloniais dos Sertões da Bahia*. Rio de Janeiro: Editora Arcádia. 2007.

NOVINSKY, Anita. *Cristãos Novos Na Bahia*. São Paulo: Editora Perspectiva. 1972.

NOVINSKY, Anita. *Inquisição Prisioneiros do Brasil Séculos XVI A XIX*. São Paulo: Editora Perspectiva. 2009.

NOVINSKY, Anita. *Inquisição, Inventários de Bens Confiscados a Cristãos-novos*. São Paulo: Imprensa Nacional Casa da Moeda Livraria Camões.

NOVINSKY, Anita. *Os Judeus que Construíram o Brasil Fontes inéditas para uma nova visão da História*. São Paulo: Planeta do Brasil. 2015.

PIERONI, Geraldo. *Banidos A Inquisição e a Lista dos Cristãos-Novos condenados a Viver no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil LTDA. 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo. Editora Brasiliense. 2008

REVAH, I. S. *Entrevista com o prof. I. S. Reváh conduzida por Abílio Diniz Silva*. In: SARAIVA, José António. *Inquisição e cristãos-novos*. Lisboa: Estampa, 1994.

REVAH, I. S. *Os marranos*. In: FALBEL, Nachman; GUINSBURG, Jacó (Org). *Os marranos*. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos, 1977.

ROCHA, Geraldo. *O Rio São Francisco Fator Precípua da Existência do Brasil*. São RODRIGUES, Aldair Carlos. *Homens de negócio: vocabulário social, distinção e atividades mercantis nas Minas setecentistas*. História, São Paulo, v. 28, 2009. pp. 191-214. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/08.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023. Paulo: Companhia Editora Nacional. 2004.

ROSENDAHL, Zeni. *Espaço & Religião, Uma Abordagem Geográfica*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

SALVADOR, José Gonçalves. *Os Cristãos-Novos em Minas Gerais durante o Ciclo do Ouro (1695-1755) Relações com a Inglaterra*. São Paulo: Pioneira. 1992.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Batismos, casamentos e formação de redes: os homens de negócio cariocas nas fontes paroquiais setecentistas*. In: FRAGOSO, João;

SANTOS, Ana Maria Carvalho dos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (Org) *História Regional e Local: Discussões e Práticas*. Salvador: Quarteto, 2010.

\_\_\_\_\_. “História, Região e espacialidade”. *Revista História Regional* 10(1); 95- 129,2005.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. 2010. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010

SARAIVA, Antônio José. *Inquisição e Cristãos-Novos*. Porto: Editora Inova Porto. 1968.

SEVERS, Suzana Maria de Sousa Santos. *Além da Exclusão a convivência entre cristãos-novos e cristãos velhos na Bahia setecentista*. Salvador: EDUNEB. 2016.

SCHETINI JR., A. “Costurando fragmentos: cristãs-novas da Bahia e a rota sefardita no século XVIII”. In: GARCIA, E; SANTOS, G. (org.). *Mulheres no mundo Atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021. p. 63-81 SCHETINI JR., A. *Cristãs-novas e criptojudáismo na Bahia setecentista*. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

- SIQUEIRA, Sonia Aparecida. *A Inquisição*. São Paulo: FTD. 1998.
- SOBREIRA, Caesar. *Nordeste Semita Ensaio sobre um Certo Nordeste que em Gilberto Freyre também é semita*. São Paulo: Editora Global. 2009.
- SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no Século XVIII Poder político local e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Comércio, riqueza e nobreza: Elites mercantis e hierarquização social no Antigo Regime português*. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; CAMPOS, Adriana (Orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: EDUFES, 2014b. pp. 69-89. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/1227>. Acesso em: 15 Dez. 2022.
- \_\_\_\_\_. *Os homens de negócio e a Coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria (org.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. pp. 794-105.
- \_\_\_\_\_. *Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos*. In: ALMEIDA, Carla; FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio (org.). *Conquistadores e Negociantes: histórias da elite no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 225-264.
- SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1973].
- WEBER, Max. *A política como vocação*. In: GERTH, H. H., MILLS, Wright (Org.). *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1982. pp. 97-153.
- WOOD, Russell. A. J. R. *Histórias do Atlântico Português*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. *A representação da sociedade e do Poder*. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal. Quarto volume: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993a. pp. 121-133.
- \_\_\_\_\_. *As redes clientelares*. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal. Quarto volume: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993b. pp. 381-393.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1989.
- VALADARES, Paulo. *A Presença Oculta Genealogia, Identidade e cultura Cristã-Nova brasileira nos séculos XIX e XX*. Fortaleza: Fundação Fortaleza Ana Lima. 2007.

ANTUNES, Cátia. *A história da análise de redes e a análise de redes em história*. IN. *História. Revista da FLUP*. Porto, IV Série, vol. 2 - 2012, pp 11-22

JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *Quando a gente não espera, o sertão vem: Grande sertão: veredas, uma interpretação da história do Brasil e de outros espaços*. IN. *196 Art Cultura*, Uberlândia, v. 11, n. 18, p. 195-205, jan.-jun. 2009.

SANTOS, Elaine da Silva. *Cristãos-Novos no Sertão do São Francisco: a trajetória do cristão-novo Antônio Rodrigues Garcia (século XVIII)* IN. *Contraponto - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI*. Teresina, v. 9, n. 1, jan./jun. 2020.

### *Teses e Dissertações*

CONCEIÇÃO, Héliida Santos. *O Sertão e o Império: As Vilas do Ouro na Capitania da Bahia (1700-1750)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2018.

FERREIRA, Débora Cristina dos Santos. *Servindo ao Santo Ofício entre a norma e o poder: os agentes inquisitoriais (1580 – 1640)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá. 2014.

MARTINS, Natália Ribeiro. *De Portugal às Minas do Ouro: a trajetória do cristão-novo Diogo Nunes Henrique (1670-1729)*. Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2015.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. *“Viver por Si”, Viver pelos seus: Famílias e Comunidades de escravos e Forros no “Certam de Sima do São Francisco” (1730 – 1790)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual da Bahia. Santo Antônio de Jesus. 2011.

VASCONCELOS, Claudia Pereira. *“Ser-Tão Baiano: O alugar da Sertanidade na Configuração da Identidade Baiana*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia

WACHTEL, Nathan. *A fé na lembrança: labirintos marranos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

## **SITES**

Diligencia de Habilitação de Domingos do Prado de Oliveira disponível em <<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2325746>> acesso em 12/10/2022.

Demonstração dos Afluentes do Rio São Francisco, em Minas Gerais <<http://www.iepha.mg.gov.br>> Acesso em: 16/08/2023

LISTA, ROL 4. Descrição dos bens ativos e passivos de uma empresa ou sociedade comercial. "inventário", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em <<https://dicionario.priberam.org/invent%C3%A1rio>> Acesso em 05-06-2022.